

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

FRANCA
2024

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA NA PERSPECTIVA DA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: formação e prática profissional.

Orientador(a): Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2024

S523(

Sgarbi, Gabrielle Stéphaney Nascimento

O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
SERVIÇO SOCIAL / Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi. --
Franca, 2024
155 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1. Estágio supervisionado em Serviço Social. 2. Formação
profissional em Serviço Social. 3. Trabalho profissional do
assistente social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos
pelo autor(a).

GABRIELLE STÉPHANY NASCIMENTO SGARBI

**O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Área de Concentração: Trabalho e Sociedade

Data da defesa: 05/08/2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profa. Dra. Maria Cristina Piana
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima
UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Campus de Franca

Profa. Dra. Suenya Thatiane Souza
Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus Belo Horizonte

Profa. Dra. Luzilene de Almeida Martiniano
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Ituiutaba

À minha mãe, Angela Paula do Nascimento, pelo seu amor, generosidade, sacrifícios e pelo grande ser humano que é. Amo você!

Ao meu esposo, Eduardo Grisi Barbosa, homem honesto e trabalhador que me traz muito orgulho. Obrigada por se fazer presente em todos os momentos e por sempre me incentivar. Amo você!

A todos (as) os (as) pesquisadores (as) que lutam pela ciência brasileira.

*De tudo ficam três coisas:
A certeza de que estamos sempre
começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar...
Portanto, devemos:
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro.
Fernando Pessoa*

AGRADECIMENTOS

Concluir o doutorado não foi uma tarefa fácil, pelo contrário demandou tempo, dedicação e muita renúncia, mas era de se esperar, afinal realizar um sonho exige muito de nós, mas em compensação traz muita felicidade e a sensação de dever cumprido.

Eu não chegaria até aqui sozinha e por isso, começo agradecendo a Deus, pela infinita bondade e misericórdia, por fazer-se presente todos os dias da minha vida, me amparar diante das dificuldades e cuidar de mim e de minha família com tanto amor.

Agradeço imensamente a minha mãe Angela, que me deu a vida, me educou e sempre me incentiva. Eu devo a ela quem eu sou!

Agradeço ao meu esposo e sua família. O Eduardo sempre esteve presente me apoiando. Ele é a pessoa que vive os sonhos junto comigo, meu porto seguro, meu amor da vida toda.

Ao Bento, meu filho de quatro patas, obrigada pela companhia na escrita da tese e pelo amor incondicional.

Gratidão aos meus queridos avós, Joana Aparecida da Silva Nascimento e Dimas do Nascimento que são exemplos de pessoas dedicadas e trabalhadoras.

À minha querida orientadora e madrinha, Professora Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira que tenho imenso apreço, uma mulher de muita inteligência e dedicação. Pessoa ímpar que desde a minha graduação vem contribuindo de forma significativa no meu processo de formação profissional com sua ampla bagagem teórica e sua empatia. Eu agradeço por todos os momentos que dividimos no decorrer da graduação e da pós-graduação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), por propiciar momentos de acolhimento, partilha, reflexão e construção de conhecimentos acerca da formação profissional e do estágio supervisionado.

O meu agradecimento e admiração por todos(as) colegas de profissão e de outras categorias que passaram pela minha vida profissional e tanto me ensinaram.

Aos meus queridos padrinhos e madrinhas, Mariana Costa, Iara Cristina de Oliveira, Mariana Nishino, Guilherme Rezende, Maicow Lucas Walhers, Maria Luísa Franco de Almeida, Suzana Batista de Andrade e Douglas, pessoas que se fazem

presente em minha vida e que para além dos laços de amizade, nos tornamos família.

As participantes da pesquisa, agradeço a disponibilidade, atenção e a contribuição de vocês que foi primordial para desvelar a realidade da supervisão acadêmica de estágio e das condições de trabalho do (a) assistente social no exercício da docência.

Agradeço aos meus alunos que estiveram comigo durante todas as disciplinas ministradas na UNESP ao longo destes anos e que me mostraram que eu estava no caminho certo.

À CAPES, todo o meu reconhecimento da relevância do auxílio financeiro que me proporcionou tranquilidade para que eu me dedicasse a pesquisa de doutorado.

*A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta
dois passos.
Caminho dez passos, e o horizonte corre
dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais
alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de
caminhar.
Eduardo Galeano*

SGARBI, Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi. **O (Des) compasso da supervisão acadêmica na perspectiva da formação profissional em Serviço Social**. 2024. 153f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

A investigação almeja analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social diante da precarização das condições de trabalho do (a) assistente social no exercício da docência e os seus reflexos na formação profissional das (os) discentes dos cursos de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do estado de São Paulo, Regional Sul II. Busca-se depreender a compreensão das (os) supervisoras (es) acadêmicas (os) sobre o processo de estágio supervisionado, o desenvolvimento da supervisão acadêmica nas instituições de ensino superior e as condições de trabalho do (a) assistente social docente. A concepção teórico-metodológica da pesquisa baseia-se no materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa; foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo documental para fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados e, a pesquisa de campo com vistas a aproximação e compreensão da realidade social. Apesar dos avanços já identificados, sobretudo a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS para os cursos de Serviço Social, da Política Nacional de Estágio e da Resolução nº 533 que Regulamenta a supervisão direta de estágio supervisionado, a supervisão acadêmica é permeada por desafios, tais como: precarização do ensino superior, sobretudo dos cursos na modalidade semipresencial e à distância, fragilização das condições de trabalho da (o) assistente social docente e a ausência de visibilidade da referida atividade diante de outras disciplinas. Nas considerações finais da pesquisa foram evidenciados os resultados obtidos por meio da análise dos dados e dos estudos realizados; considerando que os desafios identificados causam prejuízo à formação profissional e ao exercício da profissão, foram propostas possíveis formas de enfrentamento para essa realidade, buscando contribuir para construção de conhecimento, possíveis debates da categoria no que concerne ao estágio supervisionado e superação dos desafios.

Palavras-chave: Serviço Social; Supervisão Acadêmica de Estágio; Formação Profissional; Trabalho Docente.

SGARBI, Gabrielle Stéphanly Nascimento. **The (Mis)compass of academic supervise in Social Work from the perspective of professional training**. 2024. 153f. Thesis (Doctorate in Social Work) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

ABSTRACT

The investigation aims to analyze how academic supervision of internships in Social Work occurs in view of the precarious working conditions of social workers in the teaching profession and its effects on the professional training of students on Social Service courses at the Institutions. of public and private Higher Education in the state of São Paulo, Southern Region II. The aim is to understand the understanding of academic supervisors about the supervised internship process, the development of academic supervision in higher education institutions and the working conditions of teaching social workers. The theoretical-methodological conception of the research is based on historical-dialectic materialism, with a qualitative approach; Bibliographical research and documentary study were used to substantiate theoretical knowledge and support data analysis and field research with a view to approaching and understanding social reality. Despite the advances already identified, especially from the ABEPSS Curriculum Guidelines for Social Service courses, the National Internship Policy and Resolution No. 533 that Regulates the direct supervision of supervised internships, academic supervision is permeated by challenges, such as : precariousness of higher education, especially blended and distance learning courses, weakening of the working conditions of teaching social workers and the lack of visibility of the aforementioned activity compared to other disciplines. In the final considerations of the research, the results obtained through data analysis and studies carried out were highlighted; Considering that the challenges identified cause harm to professional training and the exercise of the profession, possible ways of coping with this reality were proposed, seeking to contribute to the construction of knowledge, possible debates in the category with regard to the supervised internship and overcoming the challenges.

Keywords: Social service; Academic Internship Supervision; Professional qualification; Teaching Working Conditions.

SGARBI, Gabrielle Stéphanhy Nascimento. **La (des)brújula de la supervisión académica en Trabajo Social desde la perspectiva de la formación profesional.** 2024. 153f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) - Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2024.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar cómo se produce la supervisión académica de las pasantías en Trabajo Social ante las precarias condiciones laborales de los trabajadores sociales de la profesión docente y sus efectos en la formación profesional de los estudiantes de carreras de Servicio Social en las Instituciones Superiores públicas y privadas. Educación en el estado de São Paulo, Región Sur II. El objetivo es comprender la comprensión de los supervisores académicos sobre el proceso de pasantía supervisada, el desarrollo de la supervisión académica en las instituciones de educación superior y las condiciones laborales de los trabajadores sociales docentes. La concepción teórico-metodológica de la investigación se fundamenta en el materialismo histórico-dialéctico, con un enfoque cualitativo; Se utilizó la investigación bibliográfica y el estudio documental para fundamentar los conocimientos teóricos y sustentar el análisis de datos y la investigación de campo con miras a abordar y comprender la realidad social. A pesar de los avances ya identificados, especialmente a partir de los Lineamientos Curriculares de las carreras de Servicio Social de la ABEPSS, la Política Nacional de Pasantías y la Resolución N° 533 que Regula la supervisión directa de las pasantías supervisadas, la supervisión académica está permeada por desafíos, tales como: precariedad de la educación superior, especialmente los cursos semipresenciales y a distancia, el debilitamiento de las condiciones laborales de los trabajadores sociales docentes y la falta de visibilidad de la mencionada actividad frente a otras disciplinas. En las consideraciones finales de la investigación se destacaron los resultados obtenidos a través del análisis de datos y estudios realizados; Considerando que los desafíos identificados perjudican la formación profesional y el ejercicio de la profesión, se propusieron posibles caminos para enfrentar esta realidad, buscando contribuir a la construcción de conocimiento, posibles debates en la categoría respecto de la pasantía supervisada y la superación de los desafíos.

Palabras clave: Trabajo Social; Supervisión de Prácticas Académicas; Formación profesional; Condiciones de Trabajo Docente.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária das participantes	32
Gráfico 2 – Estado civil	33
Gráfico 3 – Número de filhos das participantes	33
Gráfico 4 – Graduação em Serviço Social em Instituições de natureza.....	34
Gráfico 5 – Nível de Formação Acadêmica.....	35
Gráfico 6 – Há quanto tempo atua na área do Serviço Social?.....	36
Gráfico 7 – Há quanto tempo atua na instituição que está atualmente?.....	37
Gráfico 8 – Há quanto tempo atua como supervisora acadêmica de estágio? .	38
Gráfico 9 – Quantidade de estagiários (as) supervisionados (as) por cada profissional	38
Gráfico 10 – Atualmente você possui quantos vínculos empregatícios?	39

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNPL	Conselho Nacional dos Profissionais Liberais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social
EAD	Ensino a Distância
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
NESS	Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social
PETSS	Programa de Educação Tutorial em Serviço Social
PEP	Projeto Ético Político Profissional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágio em Serviço Social
ICENE	Instituto de Ciências Exatas, Naturais e Educação
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
ICTE	Instituto de Ciências Tecnológicas e Exatas
IELACHS	Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS	16
SESSÃO 1 - CAMINHOS TRILHADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	23
1.1 Análise da caracterização dos (as) supervisores (as) acadêmicos (as) de estágio participantes da pesquisa	30
SESSÃO 2 – BREVE RETROSPECTO DA GÊNESE E DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	41
2.1 Precarização do ensino superior brasileiro	50
2.2 Educação à distância.....	55
2.3 Pandemia de Covid-19 e suas repercussões no ensino superior e no mundo do trabalho	58
SESSÃO 3 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DIRETRIZES CURRICULARES EM SERVIÇO SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TRABALHO PROFISSIONAL.....	64
3.1 Trabalho na era da mundialização do capital.....	65
3.2 Formação profissional em serviço social em tempos de desmantelamento do ensino superior.....	80
3.3 Diretrizes Curriculares em Serviço Social: desafios frente a contrarreforma do ensino.....	87
SESSÃO 4 – SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	102
4.1 Estágio supervisionado e a Pandemia de Covid-19	111
4.2 O (A) assistente social no exercício da docência e da supervisão acadêmica de estágios nos cursos de Serviço Social que compõe a regional sul II da ABEPSS.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	130

APÊNDICES.....	138
APÊNDICE A – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO	139
APÊNDICE B – CONTATO VIA E-MAIL COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIONAL SUL II DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS.....	141
APÊNDICE C – CONTATO VIA E-MAIL COM OS (AS) SUPERVISORES ACADÊMICOS (AS) DE ESTÁGIO.....	142
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS (AS) SUPERVISORES (AS) ACADÊMICOS (AS)	145
 ANEXOS	 146
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE EÉTICA.....	147
ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO	149
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA	152

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O estudo possui o intuito de analisar o processo de supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do Estado de São Paulo perante os desafios contemporâneos da educação superior brasileira e da precarização das condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, sobretudo o trabalho docente em tempos de acirramento das desigualdades sociais após o ápice da pandemia de Covid-19.

A pesquisa foi norteadas pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (DC), aprovadas em 08 de novembro de 1996, a Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução (CFESS) nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta o estágio supervisionado em Serviço Social, a Política Nacional de Estágio (PNE), o Código de Ética do (a) Assistente Social (1993) e o Projeto Ético Político Profissional (PEP).

Considerando que nossos objetos de pesquisa são construções históricas, **se faz** relevante compreendermos a trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora; a mesma dedicou-se ao estudo concernente à temática estágio supervisionado em Serviço Social, formação profissional e trabalho do (a) assistente social desde a graduação em Serviço Social, totalizando dez anos ininterruptos de estudos, construção de conhecimentos, participação e publicações em eventos científicos, evidenciando a trajetória acadêmica e o embasamento teórico acerca da temática.

Desde 2013, a pesquisadora é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da referida universidade. O GEFORMSS constitui-se de um espaço plural, com a participação de discentes de graduação e pós-graduação, docentes e assistentes sociais que atuam em diversos espaços sócio-ocupacionais; e possui como líder a Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, estudiosa da temática e orientadora da presente pesquisa.

No decorrer do curso de graduação, a pesquisadora desenvolveu dois projetos de pesquisa, intitulados: “Formação Profissional em Serviço Social: o estado das artes do estágio supervisionado” e “Formação profissional em Serviço Social e o seu reatamento no exercício da profissão”, nos anos de 2013 a 2015, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

De 2014 a 2015, realizou estágio supervisionado na Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI), que se trata de um trabalho de extensão universitária e também caracteriza-se como campo de estágio, e oferecia cursos e oficinas socioeducativas para as pessoas idosas do município de Franca/SP, possuía o intuito de propiciar a aquisição e ampliação de conhecimentos, estimular à convivência social e a compreensão dos direitos sociais, por meio de um trabalho que visava a autonomia e o envelhecimento ativo.

O estágio foi extremamente relevante na formação profissional da pesquisadora, pois possibilitou a compreensão das mediações presentes no trabalho profissional, da mediação entre teoria e prática e a construção da identidade profissional.

As experiências vivenciadas na graduação, sobretudo no decorrer da iniciação científica resultaram no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que abordou o tema do estágio supervisionado e foi intitulado “Formação Profissional em Serviço Social: adentrando o universo do estágio supervisionado”, sob orientação da Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

Almejando seguir carreira acadêmica, em 2016 a pesquisadora ingressou no mestrado acadêmico em Serviço Social pelo Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP, sob orientação da Professora Doutora Maria Cristina Piana.

O desenvolvimento da dissertação intitulada “Supervisão de estágio em Serviço Social frente as condições de trabalho do (a) assistente social supervisor (a) de campo e seus rebatimentos na formação profissional do (a) estagiário (a)” favoreceu o pensamento crítico, científico, o aprofundamento teórico de práticas e métodos de pesquisa para a construção de conhecimento e os resultados da sua pesquisa motivaram/impulsionaram a pesquisadora a adentrar no doutorado.

Durante o mestrado tornou-se possível a participação em diversos eventos científicos, elaboração de artigos, publicações acadêmicas, troca e aquisição de conhecimentos, contribuindo significativamente para a formação profissional.

Concomitante ao mestrado, buscando qualificar-se para o futuro exercício profissional enquanto docente, a autora realizou o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, “Docência na Educação Superior”, pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

Diante das inquietações advindas da trajetória acadêmica e profissional, a pesquisadora continuou buscando compreender a realidade cotidiana da (o) assistente social, principalmente da (o) supervisora acadêmica (o), pois na época do mestrado o recorte da dissertação era compreender como ocorria a supervisão de campo de estágio e a relação com o mundo do trabalho, e a pesquisadora não havia debruçados seus estudos na supervisão acadêmica.

Em 2019, ingressou no doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Franca/SP, sob orientação da Professora Doutora Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira.

No primeiro e segundo semestre do mesmo ano, realizou estágio docência na disciplina “Processo Educativo em Serviço Social: Problemática do Exercício Profissional (PESS)”, sendo desenvolvidas atividades de supervisão acadêmica de estágio junto aos discentes do curso de graduação em Serviço Social que estavam cursando o quinto semestre.

Essa experiência foi muito significativa, pois tornou-se possível articular a experiência em sala de aula como supervisora acadêmica, as possibilidades e os desafios com a pesquisa de doutorado. A experiência trouxe expressivas reflexões e inquietações acerca do ensino superior brasileiro, da formação profissional e das condições e relações de trabalho da (o) assistente social no exercício da docência. Essas reflexões foram de suma importância para o desenvolvimento da tese.

A referida disciplina apresentou os seguintes objetivos: promover a integração entre graduação e pós-graduação, propiciar oportunidades de desenvolvimento de pesquisas integradas entre discentes da graduação e pós-graduação, envolvendo os campos de estágios como cenários de investigação e intervenção, constituir espaço de formação docente a partir de teorias relativas à didática e a metodologia ensino aprendizagem pautada em teorias pedagógicas que dialoguem com o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) e, contribuir com a formação de profissionais capazes de fazer a Supervisão Acadêmica em conformidade com a direção política e pedagógica do PEP.

A pesquisa, ora apresentada, foi de natureza qualitativa; a fundamentação teórica e metodológica orientada pelo método do materialismo histórico-dialético, e com a realização de pesquisa bibliográfica e estudo documental com vistas a fundamentar o conhecimento teórico e embasar a análise dos dados, e bem como a

realização da pesquisa de campo para maior aproximação da pesquisadora da realidade social.

A tese foi organizada em quatro sessões; o primeiro intitulado de “CAMINHOS TRILHADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS”, apresentou para o leitor os procedimentos metodológicos que foram utilizados; por meio deles torna-se possível compreender toda trajetória da pesquisa, o método, a problematização, as etapas e os instrumentais utilizados.

A segunda sessão intitulada “BREVE RETROSPECTO DA GÊNESE E DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA”, realizou uma reconstrução da trajetória histórica das instituições de ensino superior no Brasil, os desafios no decorrer da história e as possibilidades contemporâneas do ensino superior brasileiro.

A terceira sessão “FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DIRETRIZES CURRICULARES EM SERVIÇO SOCIAL E A RELAÇÃO COM O TRABALHO PROFISSIONAL”, teve o intuito de compreender qual é o significado do trabalho na sociedade capitalista, sua constituição e organização, o processo de reestruturação do capital e as transformações societárias que condicionam o trabalho do assistente social no exercício da docência. Essa sessão também buscou discutir a formação profissional na contemporaneidade, os avanços e retrocessos, sobretudo após as contrarreformas do ensino superior, o fenômeno da mercantilização do ensino e as modalidades de ensino a distância e semipresencial.

A quarta sessão intitulada “ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE COM O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE”, buscou analisar o percurso histórico do estágio supervisionado, conquistas e desafios.

O estágio relaciona diretamente a formação e o exercício laboral do (a) assistente social por meio do contato do (a) discente com o (a) supervisor (a) de campo e acadêmico, e a qualidade ou a precariedade de um refletirá no outro e, por conseguinte, na formação profissional e futura atuação do estagiário.

A pesquisadora utilizou obras de autores (as) que abordam o estágio supervisionado, formação e trabalho profissional, tais como Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira (2009), Graça Druck (2011), Yolanda Guerra (2009), Marilda Villela Iamamoto (2012), Leslieane Caputi (2014), Letícia Terra Pereira (2018), Kátia Regina de Souza Lima (2019).

Foi realizada uma análise da temática trabalho, delimitando-se autores como Karl Marx (2013), José Paulo Netto (2011), Ricardo Antunes (2021) Giovanni Alves (2004), Marilda Vilela Iamamoto (2012) e Yolanda Guerra (2009), buscando compreender como constitui-se o trabalho, as condições de trabalho e a atuação do (a) assistente social e os avanços da profissão no decorrer da história.

Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados, aplicados para as (os) supervisoras (es) acadêmicas (os) de estágio, buscando analisar o desenvolvimento da supervisão acadêmica, as condições de trabalho docente na contemporaneidade e seus reflexos na formação profissional dos discentes e futuros profissionais. Posteriormente, houve a análise e interpretação dos dados.

Nas considerações finais da pesquisa foram evidenciados os resultados obtidos por meio da análise dos dados e dos estudos realizados pela pesquisadora no decorrer do doutorado; considerando que os desafios identificados causam prejuízo a formação profissional em Serviço Social e ao exercício da profissão, foram propostas possíveis formas de enfrentamento para essa realidade, buscando contribuir para construção de conhecimento, possíveis debates da categoria no que concerne ao estágio supervisionado e superação dos desafios.

SESSÃO 1 - CAMINHOS TRILHADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta sessão buscou apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados por meio deles torna-se possível compreender a trajetória da pesquisa, o método, a problematização e os instrumentais utilizados.

O processo de pesquisa exige do pesquisador domínio de fundamentos teóricos, de um método de construção de conhecimento, de procedimentos metodológicos coerentes com o objeto de investigação e o exercício da criatividade – qualidade necessária à elaboração de respostas inovadoras às problemáticas de pesquisa (Bourguignon, 2006).

O estudo foi de natureza qualitativa porque trabalhou com questões relativas aos sentimentos humanos que não podem ser quantificados. Conforme Minayo e Sanches (1993, p. 247), nenhuma abordagem é mais científica que a outra, pois:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um *continuum*, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, as relações sociais devem ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice e versa.

A abordagem qualitativa teve o intuito de compreender a realidade social, reconhecendo as contradições do real, pois esse tipo de pesquisa trabalhar com “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2014, p. 21).

A fundamentação teórica e metodológica pautou-se no materialismo histórico-dialético de Karl Marx. Concorde Paulo Netto (2011, p. 42)

Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começasse “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem determinações mais simples. Este foi o caminho ou, se quiser, o método.

Faz-se necessário destacar que, “A dialética trabalha com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos” (Minayo, 2011, p. 24).

Nesse sentido, pesquisar a supervisão acadêmica de estágio diante do descompasso do mundo do trabalho contemporâneo necessita de um olhar crítico

para depreender a compreensão das (os) supervisoras (es) acadêmicas (os) sobre: o processo do estágio supervisionado, o desenvolvimento da supervisão acadêmica e as condições de trabalho da (o) assistente social docente, visto que “[...] a realidade concreta só é alcançada quando compreendida para além de sua aparência” (Kosik, 1989, p. 120).

O objeto do estudo foi a supervisão de acadêmica e os desafios na formação profissional nos cursos de Serviço Social das IES públicas e privadas da Regional Sul II.

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto de estudo (Paulo Netto, 2011, p. 22).

A pesquisa apresentou as seguintes questões norteadoras:

- Como ocorre a precarização no mundo do trabalho na hodiernidade, sobretudo no trabalho docente?
- Quais são os fatores que favorecem a intensificação da precarização do ensino superior?
- Como propiciar e manter uma formação profissional de qualidade frente os desafios contemporâneos?
- Quais são os rebatimentos na supervisão acadêmica de estágio e na formação profissional dos discentes?

Estes questionamentos advêm de um debruçar cuidadoso sobre a temática estágio supervisionado, formação e trabalho profissional que foi possível devido ao desenvolvimento das pesquisas de iniciação científica PIBIC/CNPq (Sgarbi, 2014), Trabalho de Conclusão de Curso (Sgarbi, 2015) e dissertação de mestrado em Serviço Social (Sgarbi, 2018). ¹

O objetivo geral foi analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19.

Os objetivos específicos da pesquisa foram analisar as condições de trabalho da (o) supervisora acadêmica (o) das IES públicas e privadas localizadas na Regional Sul II da ABEPSS que oferecem curso de Serviço Social na modalidade de

¹ Os estudos citados evidenciam o acúmulo teórico da pesquisadora e a adequação da temática escolhida para o doutorado.

ensino presencial; realizar a caracterização das (os) supervisoras acadêmicas (os) acerca das condições de trabalho, do vínculo empregatício, da formação profissional e da formação continuada; desvelar a produção de conhecimento acerca da educação superior brasileira, da formação profissional, da supervisão acadêmica e da precarização do mundo do trabalho; depreender o cotidiano da supervisão acadêmica de estágio no contexto da formação profissional e identificar os rebatimentos da supervisão acadêmica na formação profissional dos (as) discentes das IES públicas e privadas localizadas na Regional Sul II.

A seguinte indagação foi norteadora da pesquisa: a precarização das condições de trabalho do (a) supervisor (a) acadêmico (a) implica na formação profissional dos cursos de Serviço Social das IES públicas e privadas da Regional Sul II?

Foram selecionados procedimentos metodológicos para investigar e compreender a realidade da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social perpassada pelas possibilidades e desafios da formação e do trabalho profissional do (a) assistente social, objetivando desenvolver a pesquisa de forma coerente com o objeto de estudo, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica coloca frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse. Esse esforço em discutir ideias e pressupostos tem como lugar privilegiado de levantamento em bibliotecas e arquivos. Trata-se de um confronto de natureza teórica que não ocorre diretamente entre o pesquisador e os autores sociais que estão vivenciando uma realidade peculiar dentro de um contexto histórico-social (Minayo, 2014, p. 53).

A pesquisa bibliográfica fundamentou teoricamente a pesquisa e propiciou a análise dos dados. Foi realizado o levantamento de fontes bibliográficas na área da educação superior brasileira, formação profissional, em Serviço Social, estágio supervisionado e condições de trabalho por meio do estudo de livros, artigos científicos, dissertações, teses e leis vigentes. Esse levantamento buscou compreender e analisar as principais questões que fomentam o debate acerca do processo de supervisão acadêmica de estágio, das condições de trabalho do/a assistente social, sobretudo no exercício da docência em tempos pandêmicos de Covid-19 e seus reflexos na formação do (a) estagiário (a) e na futura atuação profissional do (a) assistente social.

Buscando fundamentar o conhecimento, foram analisadas diversas obras de autores (as) que abordam a temática do processo de estágio supervisionado, do ensino superior brasileiro e a temática do trabalho.

Segundo Paulo Netto (2011, p. 21), “[...] o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento)”.

O recorte temporal da pesquisa bibliográfica foi a partir da década de 1990, pois nesse período intensificou-se o avanço do ideário neoliberal no Brasil e ocorreu a aprovação do Código de Ética do (a) assistente social, da Lei de Regulamentação da Profissão e a formulação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, buscando agregar mais qualidade para a formação profissional.

Já o recorte temporal da pesquisa de campo foi de 2006 a 2021, pois 2006 foi um marco na profissão porque nesse ano ocorreu a avaliação da implementação de dez anos da aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, seguido de outros importantes marcos – em 2008 foram formuladas a Resolução nº 533 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Lei Federal nº 11.788; e em 2010 foi criada a Política Nacional de Estágio (PNE). O ano de 2016 também foi considerado um marco na profissão, pois comemorou duas décadas das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, e em 2020 houve a comemoração de uma década da PNE. Esse período de quinze anos foi muito significativo para a profissão, principalmente no que se refere ao avanço das legislações acerca do estágio supervisionado e o aumento de sua visibilidade para a formação profissional, comparado com períodos anteriores.

O recorte da pesquisa foi encerrado no ano de 2021 porque nesse ano ocorreu a comemoração de vinte e cinco anos das Diretrizes Curriculares, tornando-se evidente os estudos no eixo temático e os avanços legislativos que norteiam a formação profissional e estágio. O ano de 2021, também abarcou a pandemia de Covid-19 que teve o seu primeiro caso no Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020 e refletiu diretamente na vida das pessoas, na organização da sociedade frente a doença, nas relações de trabalho, no ensino superior, na formação profissional e, por conseguinte, no estágio supervisionado.

O estudo documental foi desenvolvido por meio da análise das legislações vigentes ², concomitantemente ocorreu o estudo dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social das IES públicas e privadas da Regional Sul II da ABEPSS, com intuito de analisar como é organizada e como ocorre a supervisão acadêmica em cada universidade.

Concorde Gil (2008, p. 51) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”

Também foi realizada a pesquisa de campo com vistas a aproximar a pesquisadora da realidade social estudada, propiciando a compreensão das dificuldades e das possibilidades na hodiernidade. “Concebemos o campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação” (Minayo, 2014, p. 40).

O universo da pesquisa foram as IES que oferecem a graduação em Serviço Social na modalidade de ensino presencial, localizadas no estado de São Paulo, Regional Sul II e vinculadas às universidades pública estadual, pública federal, pública municipal, privada sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos.

Ressalta-se, que: “A ABEPSS é composta por seis regionais, essa divisão é estabelecida pela ABEPSS e, a Regional Sul II compreende o estado de São Paulo” (ABEPSS, 2018).

Para a formulação do projeto de pesquisa para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nos meses de agosto e setembro de 2018, a pesquisadora realizou um mapeamento das IES por meio de consulta no site do e-MEC³.

Ao todo foram identificadas setenta e oito instituições localizadas no estado de São Paulo, que ofertavam o curso de Serviço Social na modalidade de ensino presencial; dentre essas, três são públicas, sendo uma pública municipal, uma pública estadual e uma pública federal, respectivamente: Faculdade de

² Segundo Iamamoto (2009, p. 224) “As legislações profissionais representam uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis.”

³ O e-MEC foi criado em 2007, com intuito de realizar os processos eletrônicos de regulamentação das IES. Por meio do e-MEC as IES realizam o processo de credenciamento, credenciamento e autorização dos cursos.

Ciências e Letras de Bragança Paulista (FESB), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

No mês de junho de 2021, foi realizado um novo mapeamento que evidenciou que doze IES de natureza privada foram desativadas/extintas e quatro foram criadas/credenciadas para oferecer o curso de Serviço Social, ou seja, atualmente a Regional Sul II conta com setenta IES, sendo três públicas que corresponde a 4,5% e sessenta e sete privadas representando 95,5% das instituições.

De 2018 a 2021, houve uma redução de 8,4 % de IES privadas que ofertam o curso de Serviço Social na Regional Sul II.

Os (as) participantes da pesquisa foram onze assistentes sociais no exercício da docência, supervisores (as) acadêmicos (as) vinculados (as) as IES públicas e privadas da Regional Sul II da ABEPSS.

Após o exame geral de qualificação do doutorado, a pesquisadora encaminhou a tese ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, Campus Franca, através da Plataforma Brasil. A pesquisa seguiu à Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016 (Conselho Nacional de Saúde, 2016), visto que envolveu seres humanos e o trabalho foi orientado pelo Código de Ética do (a) Assistente Social, respeitando-se a confidencialidade das informações, anonimato dos (as) participantes e a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para apreensão dos dados empíricos a pesquisadora encaminhou por *e-mail*, convites para as setenta IES públicas e privadas da Regional Sul II da ABEPSS, para que conhecessem o propósito do estudo e pudessem autorizar a participação dos (as) supervisores (as) acadêmicos (as).

Em 2022 ocorrerem as aplicações dos questionários semiestruturados e a realização das entrevistas individuais com os (as) supervisores (as) acadêmicos por se tratar do período mais recente para a obtenção dos dados empíricos.

A entrevista como fonte de informação nos fornece dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos — que são objetos principais da investigação qualitativa — referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Os cientistas sociais costumam denominar esses últimos de dados “subjetivos”, pois só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: idéias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de

sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (Minayo, 2007, p.65).

A professora orientadora acompanhou todo o processo de desenvolvimento do presente estudo, propiciando e norteando o respaldo teórico e metodológico necessário para a análise dos dados.

A pesquisa foi realizada apenas com as pessoas que manifestarem interesse e disponibilidade. Foi enviado juntamente com o convite, um questionário semiestruturado – elaborado pela pesquisadora, contendo perguntas abertas e fechadas, com intuito de realizar a caracterização das supervisoras acadêmicas participantes.

A análise dos dados contou com um olhar minucioso, leitura atenta dos questionários semiestruturados, análise cuidadosa para a elaboração de quadros, gráficos e tabelas, almejando comunicar os resultados, facilitar a leitura, a visualização da pesquisa e a compreensão das informações para o leitor.

Por meio da análise dos questionários foi estabelecida uma amostra para selecionar os sujeitos e convidá-los posteriormente para participarem da entrevista. Foram utilizados os seguintes critérios para seleção do (a) supervisor (a) acadêmico (a):

- Assistentes sociais docentes com vínculo de pelo menos dois anos na mesma IES e com atuação na graduação em Serviço Social na modalidade de ensino presencial,
- Tempo como supervisor (a) acadêmico (a), igual ou superior a dois anos,
- Graduação realizada em modalidade presencial em instituições públicas ou privadas, aceitabilidade e disponibilidade.

Ressalta-se que, de acordo com o objeto de estudo foram estabelecidas as seguintes categorias teóricas: supervisão acadêmica, formação profissional, ensino superior e trabalho docente.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas com os (as) supervisores (as) acadêmicos (as) por meio do aplicativo Google Meet, com o intuito de analisar como se efetiva a supervisão acadêmica de estágio em cada IES frente às condições de trabalho do (a) assistente social docente (a) e os seus reflexos na

formação profissional do (a) estagiário (a). Ressalta-se que as entrevistas foram gravadas com a devida autorização dos participantes.

Uma técnica utilizada para a análise foi a observação. Nesse sentido, a observação da pesquisadora é primordial no decorrer da entrevista, pois as falas carregam significados, vivências, sentimentos e pretensões, bem como a expressão corporal e facial que também se caracterizam como uma forma de comunicação que pode apresentar aquilo que a fala não trouxe, essas expressões possuem grande significado.

Para análise e tratamento dos dados, a pesquisadora debruçou-se em obras de autores como Minayo (2014) e Bourguignon (2006); houve escuta atenta, organização, transcrição das falas, leitura das transcrições e com intuito de assegurar o anonimato dos (as) participantes e a confidencialidade das informações foram atribuídos codinomes para os (as) supervisores (as).

Após as entrevistas foi possível estabelecer categorias empíricas⁴ definidas a partir da fala dos (as) supervisores (as) e da análise dos dados⁵.

Como forma de devolutiva dos resultados da pesquisa, será disponibilizada, via e-mail, cópia digitalizada da tese aos participantes da pesquisa, e publicização dos resultados à sociedade por meio de publicações acadêmicas, participação em fóruns de discussão acerca da temática; divulgação dos resultados no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), e/ou reuniões de supervisores promovidas pelas IES.

O próximo item demonstrará a caracterização das (os) supervisoras (es) acadêmicas (os) de estágio participantes da pesquisa.

1.1 Análise da caracterização dos (as) supervisores (as) acadêmicos (as) de estágio participantes da pesquisa

⁴ Podemos considerar as categorias como "uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico" (BARDIN, 1979, p.117).

⁵ Costuma-se: (a) decompor o material a ser analisado em partes (o que é parte vai depender da unidade de registro e da unidade de contexto que escolhermos); (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise); (d) fazer inferências dos resultados (lançando-se mão de premissas aceitas pelos pesquisadores); (e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada. Observamos que nem toda análise de conteúdo segue essa trajetória. O caminho a ser seguido pelo pesquisador vai depender dos propósitos da pesquisa, do objeto de estudo, da natureza do material disponível e da perspectiva teórica por ele adotada.

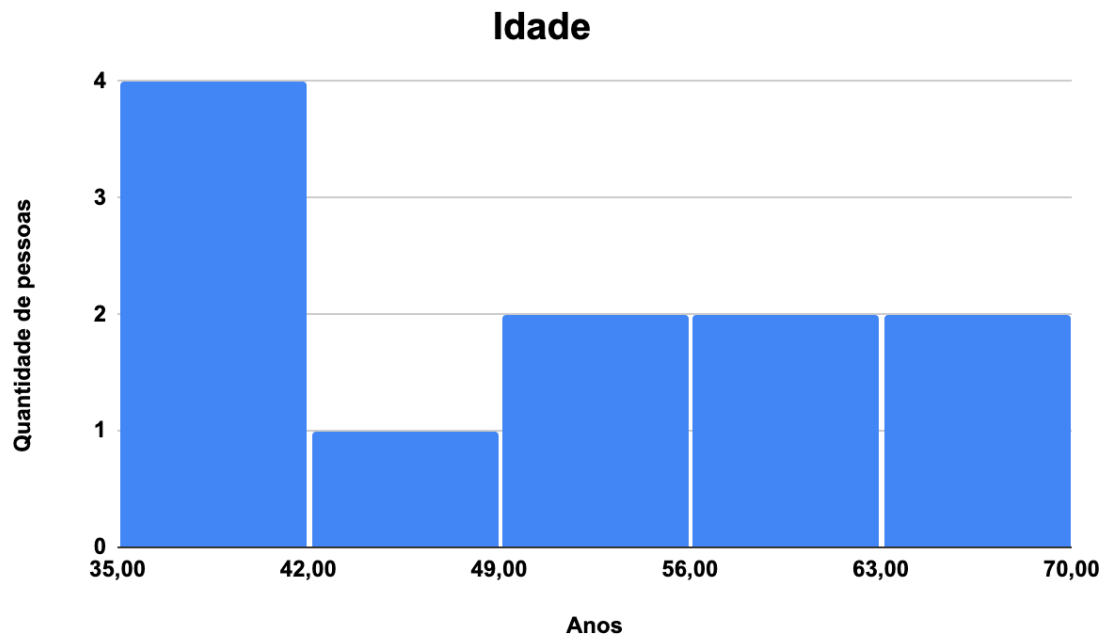
A pesquisadora enviou por e-mail cerca de oitenta convites para participar da pesquisa contendo o questionário semiestruturado, contudo, somente onze pessoas participaram e algumas Instituição de Ensino Superior (IES) responderam informando que os (as) profissionais só teriam autorização para participar de pesquisas da própria instituição.

Faz-se necessário ressaltar que, a presente pesquisa aborda temas relevantes, permeados por situações contraditórias e que causam debate/discussão, tais como: condições de trabalho dos (as) assistentes sociais nas IES, execução ou não da supervisão acadêmica de estágio e questões inerentes ao ensino superior brasileiro. Desse modo, algumas IES podem ter tido receio de autorizarem as (os) docentes supervisores acadêmicos de exporem a realidade do seu cotidiano profissional, apesar do convite garantir sigilo e seguir todos os preceitos éticos.

Em consonância com os procedimentos metodológicos estabelecidos, foram examinados onze questionários, todos preenchidos por participantes do sexo feminino. Para preservar o anonimato das participantes, optou-se por atribuir codinomes que homenageiam estagiárias que integraram a disciplina intitulada "Processo Educativo em Serviço Social: Problematização do Exercício Profissional" (PESS), ministrada pela pesquisadora na UNESP Franca em 2019. Os codinomes adotados são os seguintes: Bianca, Helena, Mariana, Isis, Liz, Ana, Iara, Camila, Beatriz, Alice e Júlia.

Por meio dos dados apreendidos nos questionários, elencamos no gráfico 1 a faixa etária das supervisoras acadêmicas.

Gráfico 1 – Faixa etária das participantes

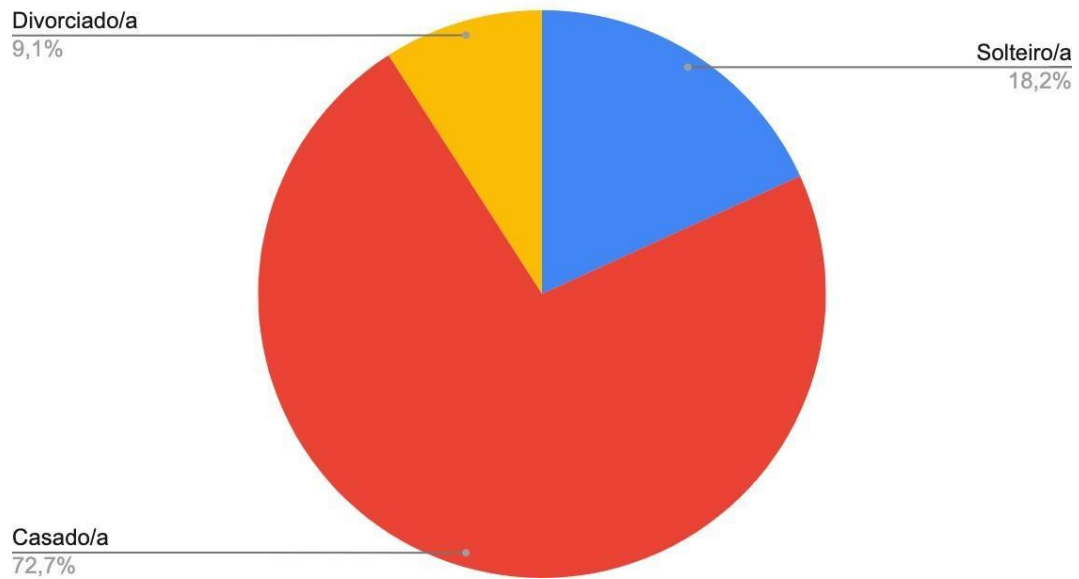


Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi, 2023.

Observa-se que duas pessoas possuem trinta e sete anos e a idade dos (as) demais participantes é variável.

Gráfico 2 – Estado civil

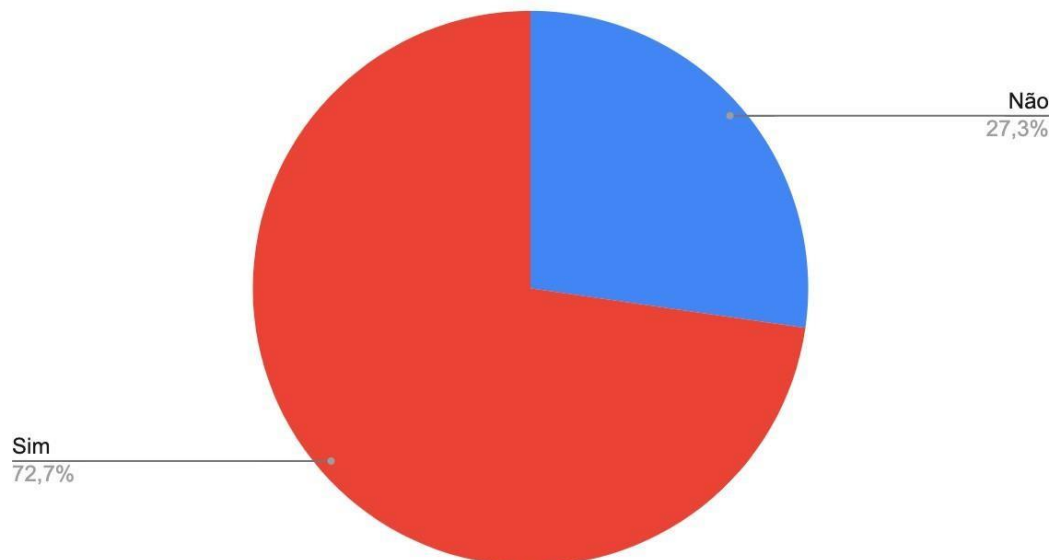
Estado civil



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2023.

Gráfico 3 – Gráfico acerca do número de filhos (as)

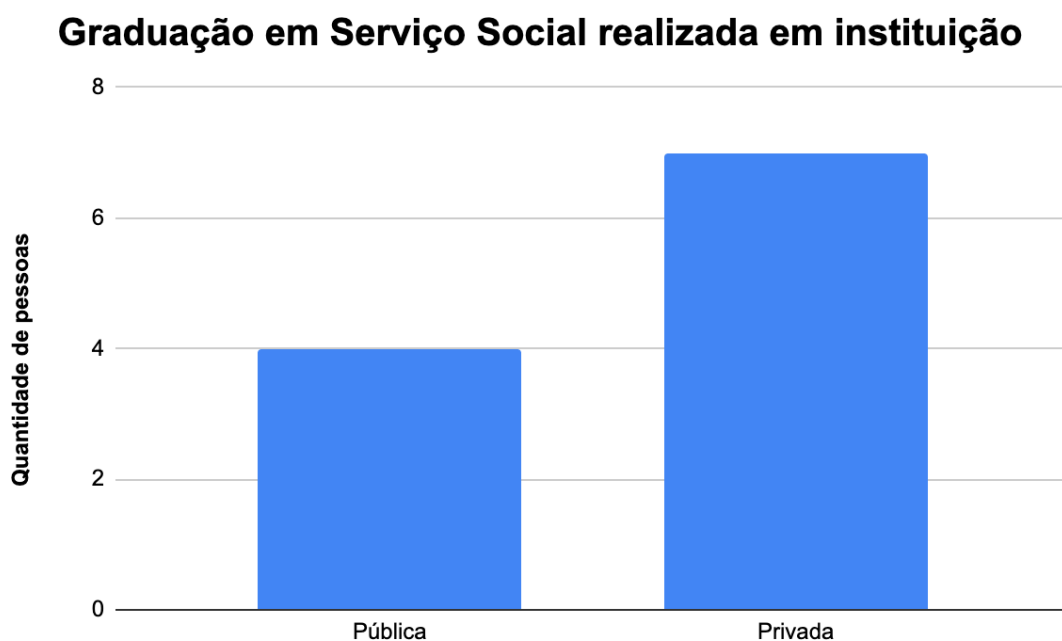
Você tem filhos?



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, 2023.

Vale ressaltar que, a mulher possui muitas demandas de trabalho que não se resumem apenas em sua atividade laboral fora do ambiente familiar, pois geralmente a mulher trabalha cuidando da casa e dos filhos, o chamado trabalho invisível que se refere a uma atividade não remunerada e que também possui o poder de sobrecarregar e levar a exaustão.

Gráfico 4 – Número de supervisores (as) que cursaram a graduação em Serviço Social em instituição de natureza pública ou privada



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, 2023.

Todos os (as) participantes cursaram a graduação em Serviço Social na modalidade presencial, sendo que quatro estudaram em uma instituição de natureza pública e sete em faculdades privadas.

Gráfico 5 – Nível de formação acadêmica



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 2023.

Todos (as) supervisores buscaram qualificar-se por meio de cursos de Pós-Graduação, cinco possuem mestrado acadêmico, três concluíram o doutorado, duas estão cursando e uma já finalizou o Pós-Doutorado em Serviço Social.

Acerca da formação profissional continuada, os (as) participantes informaram que também estão realizando os seguintes cursos:

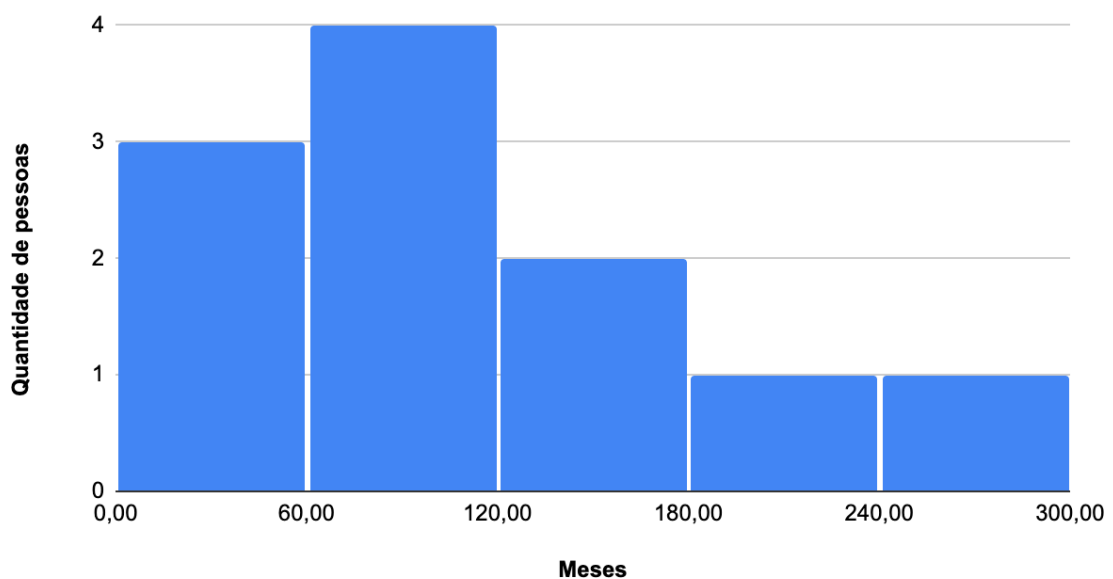
- Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos, modalidade à distância ofertado pela Universidade de São Paulo – USP.
- Curso de curta duração sobre a Política de Assistência Social oferecido pela Ministério da Cidadania.
- Cursos de curta duração ofertados pela IES em que a supervisora atua e participação em Grupo de Estudo e Pesquisa.

- Estudos para concursos públicos por meio de materiais e cursos online.
- Curso de curta duração de inglês.
- Estudo para formulação de projeto de pesquisa para o Doutorado, pois a supervisora participará de alguns processos seletivos em 2023.

Acerca do tempo em que os (as) participantes atuam na área do Serviço Social: Apenas uma profissional atua na área há um ano, três trabalham há dez anos, duas há vinte anos, três exercem o trabalho há trinta anos e duas há quarenta anos.

Gráfico 6 – Tempo em que atua na Unidade de Formação Acadêmica

Há quanto tempo atua na instituição que está atualmente?

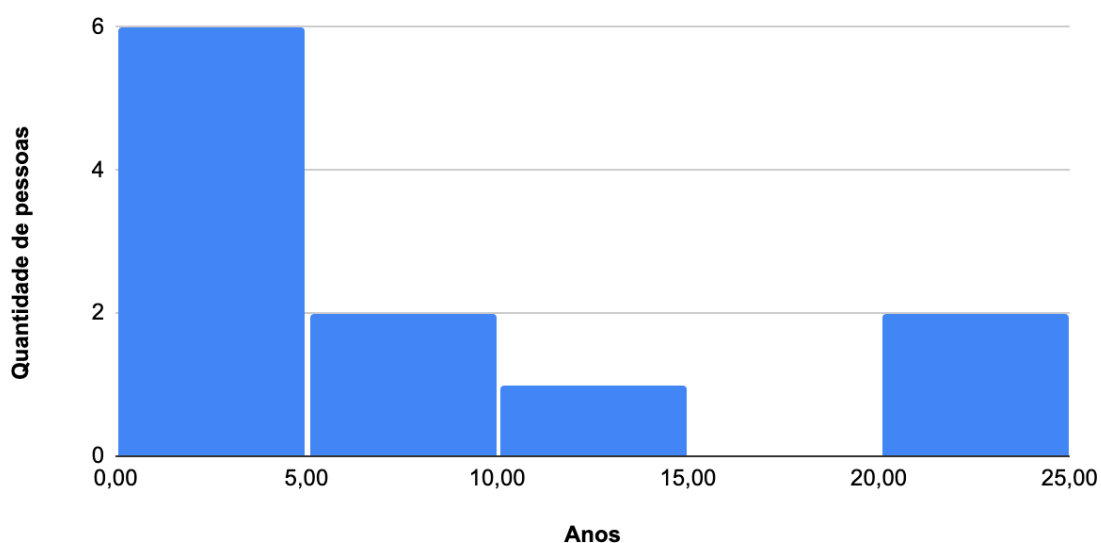


Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2023.

É possível perceber que apenas três profissionais atuam em um período de até cinco anos e que as restantes possuem mais tempo de experiência na mesma instituição.

Gráfico 7 – Tempo em que atua enquanto supervisora acadêmica de estágio

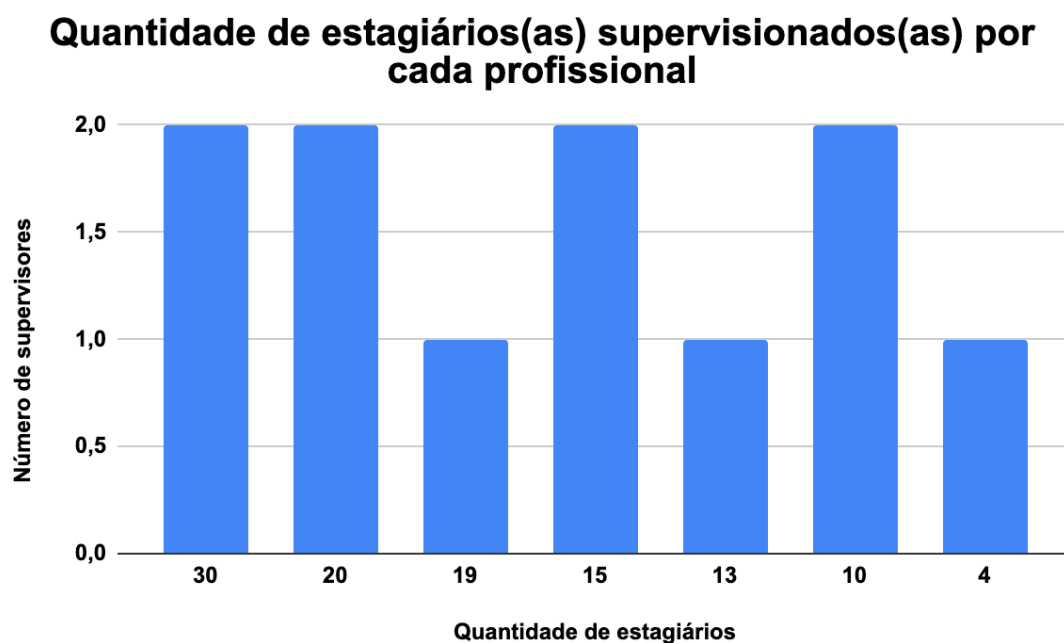
Há quanto tempo você atua enquanto supervisor (a) acadêmico (a) de estágio?



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 2023.

Conforme percebemos no gráfico 6, apesar da maioria das participantes exercer atividade laboral como assistente social há muitos anos na mesma instituição, seis participantes atuam como supervisoras de campo de estágio há apenas cinco anos.

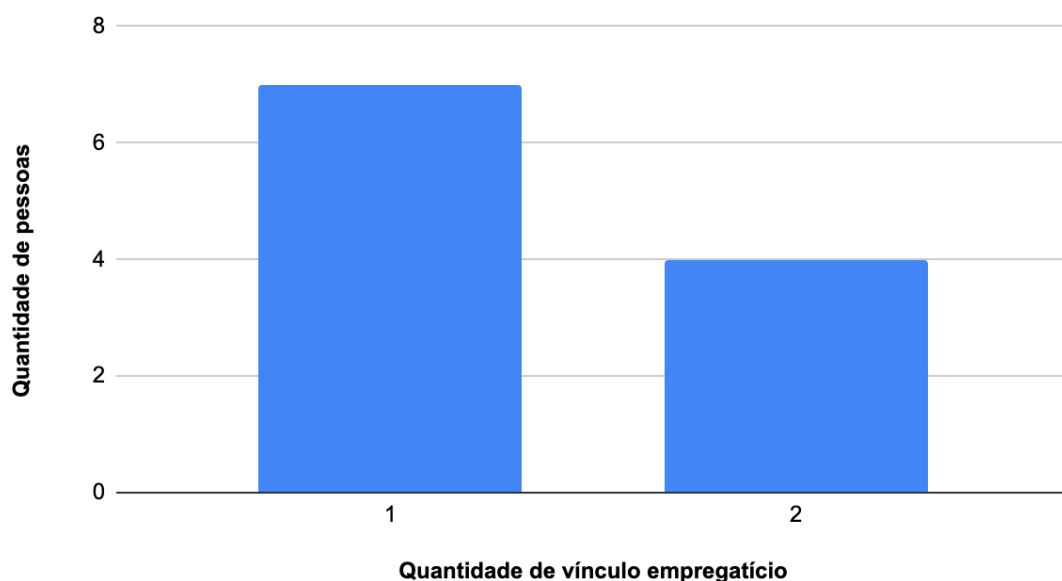
Gráfico 8 - Quantidade de estagiários (as) supervisionados (as) por cada profissional



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 2023.

Gráfico 9 – Quantidade de vínculos empregatícios

Atualmente você possui quantos vínculos empregatícios?



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2023.

Observa-se que a maioria das supervisoras possuem apenas um vínculo empregatício. Acerca dos vínculos empregatícios e da carga horária em cada um, seis supervisoras e um supervisor atuam quarenta horas semanais com regime de dedicação exclusiva em universidades; uma participante trabalha trinta horas como assistente social no setor público, dez horas semanais como professora e também possui uma carga horária variável na prestação de serviços autônomos na área de consultoria e perícia social; duas supervisoras trabalham quarenta horas como orientadoras sociais em instituições do terceiro setor e vinte horas semanais como docentes em faculdades privadas; uma participante exerce atividade laboral como assistente social no setor público com carga horária de trinta horas e atua como docente em uma faculdade durante quatro horas semanais.

Gráfico 10 – Natureza do vínculo empregatício dos (as) supervisores (as)



Fonte: Elaborado por Gabrielle Stéphanhy Nascimento Sgarbi, 2023.

Seis supervisores (as) são celetistas, sendo três do setor público e três do privado, três possuem contrato temporário, um (a) além de atuar como servidor (a) público (a) também mantém um vínculo de trabalho informal⁶ para obter uma renda extra.

Segundo o IBGE (2019), o percentual de trabalhadores informais chegou, em 2019, a 41,3% do total da população ocupada, e a incidência de trabalhadores e trabalhadoras que prestavam serviços, ocultos na categoria de trabalhadores por conta própria, mas vinculados a empresas de aplicativos e plataformas digitais, tinha crescido 29,2% de 2017 para 2018, evidenciando a progressiva expansão da uberização⁷ do trabalho.

⁶ A informalidade (que ocorre quando o contrato de trabalho não obedece a legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo direto de precariedade, sua vigência expressa formas de trabalho desprovido de direitos e, por isso, encontra clara similitude com a precarização. (ANTUNES, 2015)

⁷ De acordo com Abílio (2020, p. 111) "O termo uberização, embora inspirado pela empresa de aplicativo global, não se iniciou com a Uber nem se restringe a ela, expressando uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho e uma tendência global que também poderia ser denominada informalização do trabalho".

**SESSÃO 2 – BREVE RETROSPECTO DA GÊNESE E DOS DESAFIOS DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O percurso histórico da educação superior brasileira é marcado por diversas mudanças que refletem as transformações políticas, sociais e econômicas país. Desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus até os dias atuais, o ensino superior brasileiro tem passado por diversas fases, incluindo a criação das primeiras universidades, a expansão da rede de instituições de ensino, a luta pela democratização do acesso e a busca por qualidade e excelência no ensino. Nesta sessão, vamos discutir a educação superior brasileira, destacando suas principais características.

A construção da política educacional brasileira está relacionada às decisões do Poder Público, ou seja, o que o Estado delibera em relação à agenda política, econômica e social em determinados tempos históricos.

Para discutir as perspectivas e limites da educação brasileira, se faz necessário analisar o caráter das políticas sociais, e especialmente da política de educação empreendida pelo Estado brasileiro.

No decorrer da história a educação vem sofrendo transformações que viabilizam a concretização de um direito, contudo, também buscava atender os interesses do capital, evidenciando uma trajetória marcada por grandes transformações ocorridas devido as reivindicações da população em busca de uma educação de qualidade e para todos, mas essa vem sendo articulada de forma estratégica para manipulação ideológica da classe burguesa.

A história da educação superior no Brasil começa com a chegada dos primeiros colonizadores europeus, no século XVI. Na época, a educação era voltada para os filhos da elite colonial, e era ministrada por padres jesuítas. O ensino superior era oferecido apenas em Portugal, e os brasileiros que desejavam estudar precisavam viajar para o país.

A primeira instituição de ensino superior no Brasil foi criada em 1792, com a fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro, e a Escola de Cirurgia da Bahia, em 1808. Essas instituições tinham como objetivo formar profissionais em áreas específicas, como engenharia, arquitetura e medicina, mas ainda eram poucas e restritas a uma elite privilegiada.

De acordo com Saviani (2008, p. 24), no que se refere à política educacional brasileira, haveria inúmeros aspectos a considerar, dentre eles, a histórica resistência que as elites dominantes tem a acerca das lutas em torno de processos

de reformas populares da educação pública e também a descontinuidade das medidas de políticas educacionais elaboradas pelo Estado.

Abordar a relação entre Estado e as políticas educacionais no Brasil constitui grande desafio, visto que nosso liberalismo foi outro, nosso intervencionismo foi outro e, não chegando a consolidar plenamente nem um nem outro, chegamos – por força das alterações no capitalismo mundial – no início do século XXI com a necessidade de diminuir um Estado já diminuto em sua dívida histórica com a parcela majoritária da população excluída dos requisitos mínimos para uma vida civilizada (Araújo, 2011, p.287).

Uma das principais limitações historicamente construída e que se mantém até os dias atuais, é a questão já tradicional da escassez dos recursos financeiros destinados à educação no Brasil. Em seguida, as intermináveis reformas, que se prolongam perpetuamente, no que diz respeito ao comprometimento de solucionar os problemas da educação no país.

Desde a chegada dos Jesuítas no Brasil, alguns documentos vêm sendo elaborados, pensando nas normas organizativas para uma ação educativa. Nessa época, cabia à coroa manter o ensino, mas era o rei em Portugal que enviava verbas para a manutenção e as vestimentas dos Jesuítas.

Posteriormente, a verba passa a ser repassada pela arrecadação de uma determinada porcentagem de impostos, onde dez por cento de todos os tributos arrecadados na colônia brasileira passaram a ser destinados à manutenção dos colégios jesuítas. Essa mudança causou um impacto nos diferentes aspectos referentes ao contraste entre as privações da primeira fase e a facilidade e o conforto da segunda.

Historicamente, a educação vem apresentando vestígios excludentes e discriminatórios. Desde a época jesuítica, o ensino era mantido com recursos públicos, porém não preenchia os requisitos característicos da ideia de uma educação pública universalista, pois era ministrado sob domínio privado.

Segundo Saviani apud Marcílio (2005, p. 3):

O resultado foi que, quando se deu a expulsão dos Jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuítas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas.

No período imperial, a educação superior no Brasil começou a se desenvolver mais rapidamente. Em 1827, foi criada a primeira faculdade de Direito do país, em São Paulo, seguida pela criação de outras instituições de ensino superior em diversas áreas, como engenharia, medicina e humanidades. A partir de 1854, com a criação da Escola Central, o ensino superior passou a ser oferecido pelo Estado, o que contribuiu para a ampliação do acesso e a democratização do ensino.

Com a Proclamação da República, em 1889, a educação superior no Brasil passou por uma nova fase de expansão e democratização. A partir da década de 1920, foram criadas várias instituições de ensino superior públicas, como a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, e a Universidade de São Paulo, em 1934. Essas instituições tinham como objetivo democratizar o acesso à educação superior, tornando-a mais acessível a todas as camadas da sociedade.

Durante a ditadura militar, que durou de 1964 a 1985, o ensino superior no Brasil sofreu uma série de mudanças e retrocessos. Houve uma redução do investimento público na educação, o que levou ao fechamento de diversas instituições de ensino superior e à redução do número de vagas. Também houve uma forte repressão aos movimentos estudantis e às manifestações políticas dentro das universidades, o que levou à diminuição da liberdade de expressão e da autonomia universitária. Com o fim da ditadura militar e o processo de redemocratização do país, a educação superior brasileira começou a se recuperar.

Porém, perante a esses acontecimentos históricos, é que se pode refletir sobre a exclusão e o preconceito existentes com alguns grupos sociais, até os dias atuais. Além disso, a educação se tornou uma ferramenta de grande importância para o sistema de produção capitalista, pois capturada pelos interesses do próprio capital, a educação se converte em uma mercadoria que visa primordialmente a ampliação da taxa de lucro, haja vista que o processo de formação de capital humano repercute em maximização da capacidade produtiva da força de trabalho. Isso porque cada vez mais a educação vai sofrendo um processo de mercantilização de sua estrutura enquanto Política Social de Estado.

Nos anos de 1980 a 1990, o Brasil passou por um processo de redemocratização, que teve impactos significativos na educação superior. A Constituição de 1988 reconheceu a educação como um direito de todos e estabeleceu a obrigação do Estado em garantir o acesso universal à educação.

Faz-se necessário ressaltar o direito que os indivíduos possuem de ter acesso à educação.

Artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, online).

Entretanto, o direito de acesso à educação, em especial a educação superior possui suas particularidades.

Artigo 208: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (Brasil, 1988, online).

Porém, as mudanças sofridas pelo ensino superior realizadas pelo governo neoliberal brasileiro ao longo dos anos, colocam a educação “não como um direito, mas como um serviço e este último podendo ser privatizado e não público. Seu conceito, então, baseia-se na ideia de eficácia, sucesso no emprego, previsão, planejamento, controle e êxito” (Chauí, 2003, p.01). Conforme destaca a autora:

A lógica proposta para a Universidade e sua constituição segue a mesma lógica do capitalismo atual que em seu fim último quer a fragmentação de todas as esferas da vida social, fazendo com que o atual modelo institucional permita fazer desaparecer a marca essencial da docência, que é a formação. (Chauí, 2003, p. 10).

A educação como direito do cidadão deve ser garantida na esfera pública. No entanto, o que se percebe é que o Estado cooptado pelos interesses da classe dominante a qual também representa, não leva à cabo as prerrogativas supracitadas. O que tem acontecido são inúmeros adiamentos para a resolução dos problemas educacionais enraizados no país.

O Brasil se apoiou na Constituição de 1988, prevendo em suas disposições transitórias (a União, os estados e municípios) que deveriam, pelos próximos dez anos, destinar cinquenta por cento do orçamento educacional para essa finalidade. Só que isso não foi concretizado, e quando esse prazo estava vencendo, o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, com prazo de mais dez anos com a mesma finalidade e posteriormente, foram criados a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

em 1996, o Plano Nacional de Educação de 2001, que também tem prazos decenais para atingirem o objetivo, bem como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que foi instituído para substituir o FUNDEF e prorrogar por mais quatorze anos as soluções dos problemas educacionais.

Diante desse contexto, pode-se esperar que quando os prazos estiverem vencendo, surgirá um novo plano que será lançado para prorrogar e adiar para futuramente a utopia da educação de qualidade para todos.

Verifica-se a ideologia capitalista unida a política neoliberal, no sentido de desconstituir um direito social, deixando a lógica mercantil, direcionar a formação profissional. Cabe ressaltar, que a aprovação da LDB foi considerada um marco legal e uma grande conquista da população, infelizmente ao mesmo tempo em que marca grandes mudanças deste cenário em âmbito positivo, deixa a educação fragilizada pelo papel do Estado em seu pensamento neoliberal, que propicia a legalidade da privatização da educação, uma vez que (Chaves, 2010, p. 485) “liberalizou a oferta da educação superior pela iniciativa privada”, como destacado no dispositivo legal:

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimentos das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal (Brasil, 1996).

A educação nessa perspectiva torna-se claro que a lei contribui para a privatização do ensino superior que passa a ser visto como mais um produto a ser adquirido pelo mercado que se consolida na área universitária como “fábrica de diplomas”.

Toda essa tendência possui um forte ligamento as contrarreformas sofridas no ensino superior após os anos de 1990 durante o governo Cardoso, pois visavam atender as condicionalidades impostas pelos organismos internacionais “com o Banco Mundial, em particular um documento “O Ensino Superior: as lições derivadas da experiência de 1994” (Cislaghi, 2010, p. 266), embora esse documento seja uma estratégia para ampliação do ensino como um todo, possui uma intenção voltada especialmente para os fins econômicos.

Desse modo, faz-se necessário o olhar analítico e crítico sob os aspectos relativos aos diferentes modos de organização e reorganização da estrutura

educacional brasileira, como por exemplo a gestão educacional, currículo, infraestrutura das unidades escolares, condições de acesso e permanência dos estudantes, condição de trabalho para os profissionais, reforçam a constatação da existência de ciclos de violação de direitos sociais que conseqüentemente afetam a vida da população sob diversas formas, ao considerarmos a dimensão de integralidade dos direitos sociais organizados sob a estrutura de políticas sociais setoriais, que deveriam ser pensados no sentido de caminharem de maneira interdependente.

A Universidade serve normalmente para a manutenção do sistema dominante, mas pode servir também para a transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de ideias e a liberdade de pensamento (Wanderley, 2022, p. 11).

A educação superior no Brasil carrega consigo os ranços, de “uma educação elitista que formava um letrado com aptidões gerais. Desta forma, o novo na educação superior brasileira já nascia completamente arcaico” (Lima, 2013, p. 15).

Desse modo, surge a necessidade de analisar e identificar os desafios e as possibilidades para oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade. Qualidade no acesso ao educando e sua permanência, requisitos estes necessários para que a educação realmente aconteça e seja garantida para todos.

Gramsci acreditava que a sociedade poderia alcançar novos patamares civilizatórios, por meio de uma transformação engendrada principalmente pelo papel do intelectual orgânico, na construção de uma contra hegemonia, onde âmbito da cultura seria de suma importância para pôr em movimento as engrenagens das mudanças sociais, uma vez que a transformação seria alcançada através da conscientização crítica em um campo onde alcançaria toda uma articulação conjunta para a supressão da ideologia burguesa.

Ademais, haveria de fato a construção de uma nova mentalidade política e social a partir do momento em que a classe trabalhadora se articulasse coletivamente para lutar de forma organizada, se reconhecendo enquanto classe para si, pela elevação de sua posição enquanto agente transformador da realidade.

Nesse sentido Gramsci coloca:

Pode haver uma reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de

reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (Gramsci, 2011, p. 19).

Sendo assim, devemos destacar que para vislumbrarmos uma transformação na política de educação é necessária a articulação de forças fundando mudanças tanto no campo econômico, como político e cultural, uma vez que a transformação implica em um movimento que possibilite aos sujeitos sociais a compreensão e a crítica das estruturas e superestruturas sociais vigentes, no sentido da superação do consenso.

Gramsci em seus estudos evidencia que as divisões postas pelos vários níveis sociais determinam os padrões de vida, ou melhor, como a sociedade se articula e dentro desta lógica ele destaca a formação do intelectual e como esse no contexto capitalista está articulado dentro da ideologia burguesa.

Sendo assim, ele evidencia que a educação é um dos principais meios de controle social e estabelecimento de consensos, administrando de forma astuta a desigualdade, construto de um Estado burguês.

É dentro dessa análise que Gramsci busca evidenciar nos seus estudos a importância de propiciar através do pensamento coletivo a compreensão de elevarmos o intelectual a um nível orgânico na busca de transformação, tendo como centralidade a transformação pela elevação da consciência crítica.

Gramsci considera que assim como a hegemonia da classe dominante amparam-se em mecanismos instituídos em organizações sociais da sociedade civil, esses mesmos mecanismos tão eficientes para a dominação das classes subalternas, poderiam amparar, por sua vez, um novo pensamento, uma nova ideologia que propagasse os interesses dessa classe subalterna, configurando-se, finalmente, em instrumento para seu benefício. Por consequência do esclarecimento cultural e educacional das grandes massas, inevitavelmente, haveria transformações na ordem social, pois, cientes de seu papel e importância, estas classes estariam aptas a subtrair-se à condição (Martins, 2007, p. 70-71).

Pensar na construção coletiva do saber como instrumento de busca pela liberdade é algo que se torna demasiadamente necessário no cenário atual, uma vez que vivemos tempos de esmagamento dos direitos sociais, e uma ideológica neoliberal que a cada dia usa dos meios articuladores da política de educação como instrumentos de pretensa formação de cidadão acríticos, pautados em uma subalternidade absoluta.

Construir o caminho que leve os subalternos a saírem dessa condição implica pensar em um processo de emancipação construído cotidianamente, por meio do desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular. Isso exclui atividades particulares, tomadas por meio da vontade individual e passa a ser um projeto coletivo, com consciência coletiva sobre o papel do sujeito na ação política do dia a dia (Bordalo, 2014, p. 454).

É exatamente dentro dessa ideologia que necessitamos articular uma concepção coletiva de contra hegemonia posta em movimento a partir também da própria política educacional, como estratégia de luta e resistência, para que essa realmente seja direito de todos, e não sendo articulada de forma estratégica a continuar sendo instrumento de consolidação da hegemonia dominante.

Nesse sentido Gramsci coloca que:

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais 'intervencionista', que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a 'impossibilidade' de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das 'posições' hegemônicas do grupo dominante, etc. (Gramsci, 2011, p. 255).

Todo esse movimento de ação do intelectual orgânico pela via da educação implica em articulações que buscam repensar as questões de estrutura e superestrutura da sociedade, desconstruir ideologias e pensamentos, principalmente acerca dos papéis do Estado, uma vez que podemos concluir que na atual conjuntura o mesmo desenvolve cada vez mais políticas centradas no pensamento neoliberal.

Tal centralidade é cada vez mais compatibilizada nas políticas educacionais, quando percebemos como essas estão sendo gestadas tendo como foco uma ideologia política que simplesmente tolhe o ser humano em sua potencialidade ontológica, evidenciando um ser que vive alienado dentro do mundo das coisas.

É preciso evidenciar que historicamente a educação é gestada dentro de um sistema de perversidade e desigualdade, onde pensar em educação demanda dois biônimos: educação para classe burguesa e educação para a classe trabalhadora, que consiste entre dominantes e dominados, estrutura e superestrutura, que perpassam a história e se solidificam em políticas educacionais que atende a índices cada vez mais mascarados e uma falsa justiça social.

Toda essa situação lúdica criada pelo sistema capitalista embriaga a população e desarticula dessa o seu grande poder enquanto classe organizada coletivamente, tendo como junção um Estado omissivo e mínimo para o social, mas

potencializa cada vez mais esse ser não palpável como articulador central dos interesses do capital.

Diante dessa realidade devemos evidenciar o que Gramsci evidencia em seus estudos sobre Estado ampliado que deve compreender algo maior que o que está posto, dando a este uma centralidade pautada no coletivo, sendo ampliado considerando que:

[...] certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...] (Gramsci, 2005, p. 84).

Construir uma sociedade que evidencie cada vez de forma mais lúcida sua dominação pela via da coerção e exploração é papel primordial dos intelectuais orgânicos inseridos na política de educação, lutando pela justiça social, tendo como centralidade o ser humano, evidenciando suas potencialidades ontológicas para construção de uma educação libertadora, em que o sujeito histórico seja centro de todas as ações e as lutas sociais sejam resultado da sua capacidade de transformar o estado abstruso da realidade.

Nesse sentido ficou evidenciado a importância educação ser articulada pela grande massa de forma coletiva evidenciando a transformação e elevação do intelectual orgânico, onde através dessa modificação a grande massa potencializa por meio da articulação coletiva um movimento que viabiliza a transformação da realidade vivenciada.

Uma vez que a política de educação enquanto instrumento de produção de consensos perceber quais são os espaços de contradição dentre deste campo que possibilitam a edificação de movimentos contra hegemônicos, vislumbrando a existência dos intelectuais orgânicos como um dos catalizadores do enfrentamento da realidade.

2.1 Precarização do ensino superior brasileiro

Pesquisar sobre os avanços e desafios no ensino superior brasileiro é primordial para compreendermos a lógica da sociedade e do mercado em busca da

autonomia e garantia dos direitos sociais das pessoas por meio de uma educação justa e de qualidade para todos.

Infelizmente o que vivenciamos na hodiernidade é um acesso restrito para poucos de uma educação com qualidade, e esta realidade teve início na gênese da educação superior brasileira que foi contraditória, tendo a luta da população para garantir uma educação de qualidade e concomitantemente a ideologia capitalista objetivando estabelecer um mercado de trabalho competitivo, desigual e rentável, essa disputa ocasionou marcas que se arrastaram para contemporaneidade, gerando grandes embates, sobretudo no ensino superior.

Desde 1970, o processo de reestruturação dos meios de produção desencadeou extensos processos que ocasionaram a propagação dos ideais neoliberais que resultaram em uma mercantilização das políticas sociais como a educação, no qual se destaca a nível de ensino superior, mas foi na década de 1990 que foi consolidado esses ideais, considerando o dismantelamento das políticas sociais a favor das necessidades da expansão do capital (Pereira, 2013, p.186).

Ou seja, o direito do cidadão que deveria ser garantido pelo Estado passou a ser assumido pela sociedade, onde a privatização da educação se torna algo normal, incorporado pela população como algo cultural do seu cotidiano.

A educação ocasionou um investimento que configurou um mercado de trabalho ainda mais acirrado, e competitivo, onde a formação profissional direcionou-se para a qualificação com vistas ao mercado de trabalho.

Essa perspectiva abrange toda a estrutura produtiva principalmente o campo do ensino superior, visto agora como um grande mercado de possibilidades de acumulação de trabalho, onde a educação torna-se mercadoria, reafirmando a visão neoliberal de um estado “mínimo significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (Frigotto apud Chaves, 2006, p.40).

Vivemos em um momento notável das desigualdades sociais e se a educação superior ocorre sem qualidade, ela deixa de ter o principal objetivo que é a formação profissional de qualidade e passa a ter o objetivo de especialização com vistas às exigências do mercado.

A ampliação do ideário neoliberal vem desresponsabilizando o Estado e transferindo suas obrigações para a sociedade civil, contribuindo para a precarização das políticas sociais, entre elas a educação.

O Estado passa de ofertador de uma educação gratuita e de qualidade, para o papel de fiscalizador, esta inversão no seu papel rebate diretamente na qualidade da formação profissional.

O direito de acesso à educação, em especial a educação superior possui suas particularidades “(...) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (Brasil, 1988).

No ensino superior, existe o limite para o ingresso nas Universidades Públicas e Federais, a questão dos excedentes, que é um contraponto entre as vagas disponíveis e o número de aprovados e os classificados nos vestibulares. Segundo Almeida (2006) O vestibular é um exame feito para excluir candidatos porque a universidade elitista não teria vaga para todos.

Devido à dificuldade da maioria da população se inserir no ensino superior, o Governo Federal investiu na criação de programas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni)⁸ e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁹ no Governo do Luís Inácio Lula da Silva, que garantem que uma porcentagem das vagas ofertadas seja destinada aos egressos da escola pública, negros e índios, com o intuito de profissionalizar o brasileiro e possibilitar que este possua um diploma.

Apesar do movimento de expansão do ensino superior e da criação destes programas, ainda há muitos obstáculos que impedem que um grande número de estudantes tenha a oportunidade de frequentar uma universidade, pois muitos/as estudantes têm dificuldades de acesso à educação superior devido a barreiras financeiras, falta de informação sobre os processos seletivos ou por não terem tido uma formação adequada no ensino básico.

Um dos principais desafios da educação superior brasileira é a desigualdade social. Ainda hoje, o acesso à educação superior é restrito a uma parcela da população, principalmente às pessoas de alta renda e que frequentaram escolas particulares de boa qualidade. É preciso investir em políticas que garantam o acesso à educação superior para todas as camadas sociais, a fim de promover a inclusão social e o desenvolvimento econômico do país.

⁸ Criado em 2005 por meio da Lei nº 11.096, com a finalidade de conceder bolsas parciais e integrais a estudantes de graduação em IES privadas.

⁹ Instituído pela Lei nº 10.260/2001, com intuito de conceder financiamento estudantil a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Na contemporaneidade a educação tanto de natureza pública quanto privada vem sofrendo com a mercantilização do ensino, precarização do trabalho docente através da produtividade acadêmica, com a supremacia da quantidade rebatendo diretamente na qualidade da formação profissional do assistente social, tornando-se necessário que as IES públicas e privadas invistam na valorização dos/as docentes para que esses profissionais sejam reconhecidos pelo relevante trabalho que realizam, o que pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e para o aumento da motivação e do engajamento dos/as discentes.

Uma das causas da precarização do ensino superior é a expansão desordenada das instituições. Desde os anos 1990, buscando uma resposta para a demanda da sociedade diante do problema dos excedentes, o número de universidades e faculdades privadas cresceu exponencialmente, muitas vezes sem critérios adequados de qualidade e sem garantias de infraestrutura adequada. Isso levou a uma oferta excessiva de cursos, muitos deles com qualidade insuficiente, o que impacta negativamente a formação dos estudantes.

Na realidade brasileira é possível verificar que existem diferenças relevantes no quesito qualidade da educação ofertada pelas IES, pois algumas possuem reconhecimento internacional por sua excelência no ensino e na pesquisa, como aponta o ranking de qualidade de (2022, 2021 e 2020) como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), já outras recebem advertências do MEC devido a problemas de qualidade e baixo desempenho acadêmico dos (as) discentes e essa realidade afeta diretamente a formação profissional de estudantes nos mais diversos cursos e a educação superior de forma geral.

Mas esse fato não exime a universidade pública de sofrer com a precarização, visto que um dos principais desafios é a falta de investimento adequado, o financiamento do setor é insuficiente e muitas universidades possuem problemas de infraestrutura, falta de recursos e de pessoal, o que pode afetar negativamente a qualidade do ensino e a formação de profissionais capacitados.

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos: (i) em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o

aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento (Lima, 2009, p. 36).

O Brasil ainda investe pouco em educação em comparação com outros países da América Latina e do mundo desenvolvido. Essa falta de investimento se reflete em salários baixos para professores, sobretudo em instituições privadas e em uma infraestrutura insuficiente para atender às demandas dos estudantes, muitas vezes o espaço é precário, possui poucos laboratórios de informática, bibliotecas pequenas e com poucos exemplares de livros.

Outro desafio relevante é a qualidade do ensino. Embora existam instituições de alta qualidade reconhecida, ainda existem muitas que não ofertam a educação adequada para os/as discentes.

Além disso, é importante que a educação superior brasileira esteja alinhada com as demandas do mercado de trabalho e com as necessidades da sociedade. É preciso que os cursos de graduação e pós-graduação sejam atualizados constantemente, de forma a formar profissionais capacitados para atuar nas áreas em que há demanda.

Torna-se necessário compreender as mudanças na educação superior na atualidade e seus rebatimentos, pois as especificidades inerentes ao ensino superior e seus desafios refletem diretamente no processo de formação profissional, tanto em sua natureza, como no seu conteúdo.

Desse modo, salienta-se a ampliação exponencial do Ensino à Distância (EaD) no Brasil, principalmente nos últimos dez anos, a procura por essa modalidade de ensino cresce a cada dia diante da condição financeira do/a candidato/a, da dificuldade de passar no vestibular de universidades públicas e federais, da elevada mensalidade em alguns cursos nas IES privadas, da qualidade da educação recebida ao longo da vida, entre outros fatores que se mostram expressivos à contemporânea evasão ao ensino a distância, tornando-se necessário refletirmos acerca dessa modalidade.

2.2 Educação à distância

A modalidade EaD é uma mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem através da utilização de meios tecnológicos para a propagação do conhecimento aos discentes, possibilitando a estes desenvolver atividades em lugares e tempos diversos.

Em 1990, o EaD era utilizado no Brasil em cursos profissionalizantes e para a complementação dos estudos, com o avanço da tecnologia e ampliação da internet, a educação à distância foi se expandindo gradativamente e teve seu marco na Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996, online).

Em 2001, o Ministério da Educação autorizou as instituições de ensino superior a cumprirem até 20% do curso à distância, pela Portaria nº 2253 (BRASIL, 2001b, online). Ainda em 2001 autorizou a abertura de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* à distância, Resolução CES/CNE nº 1 (Brasil, 2001a, online).

Em 2006, o EaD foi autorizado pelo Ministério da Educação no Decreto nº 5.773/2006 (Brasil, 2006, online).

Na contemporaneidade a educação tanto de natureza pública quanto privada vem sofrendo com a mercantilização do ensino, precarização do trabalho docente através da produtividade acadêmica, com a supremacia da quantidade rebatendo diretamente na qualidade da formação profissional do assistente social, nesta conjuntura de precarização do ensino superior, torna-se necessário compreender as mudanças na formação profissional do/a assistente social e seus rebatimentos na futura atuação profissional.

Vivemos em um momento notável das desigualdades sociais e avanços tecnológicos, onde existe um nítido rebatimento da tecnologia na vida das pessoas, inclusive nas interações sociais através das redes sociais.

Houve uma brusca mudança nas instituições que oferecem cursos de Serviço Social. Inicialmente a igreja foi a precursora, posteriormente o Estado, e em seguida o Setor Privado se tornou pioneiro no oferecimento à modalidade à distância.

Tornou-se evidente que o Ensino à Distância (EaD) proporcionou maior acesso ao ensino superior, o que também ficou explícito foi o incentivo do Estado ao EaD, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso passando por Lula e Dilma, a legislação tem sido favorável para o crescimento desta modalidade.

O argumento é que a modalidade à distância está em expansão, o que possibilita maior acesso à educação superior e profissionalizante dos brasileiros. Isso reafirma que a função do Estado está passando despercebida, ele deveria garantir educação de qualidade e gratuita.

Porém, com o crescimento da modalidade à distância que em sua maioria oferece cursos de natureza privada, a função do Estado vem sendo modificada de ofertador para fiscalizador. “Artigo 80 - O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” (Brasil, 1996, online).

Se no ensino público não tem vaga suficiente para todos, o indivíduo recorre a instituição privada. A mensalidade do EaD é mais acessível e proporciona flexibilidade nos horários, assim muitas vezes o indivíduo opta pela mesma.

A modalidade à distância surge como solução para que todos tenham acesso ao ensino superior, mas esta facilidade ao ingresso no ensino superior pode entrar em conflito com o objetivo da Universidade. Se ocorrer desta forma a educação superior deixa de ter o principal objetivo que é a formação profissional de qualidade e passa a ter o objetivo de especialização com vistas às exigências do mercado.

O EaD deve se adequar as legislações e atividades obrigatórias desenvolvidas nos cursos presenciais, entretanto ele se difere em vários aspectos dos cursos presenciais, podemos evidenciar as diferenças e seu reflexo na formação profissional dos discentes.

No cotidiano acadêmico presencial o/a discente frequenta a Faculdade, Centro Universitário ou a Universidade e tem contato com seus colegas e com o/a docente podendo dialogar e refletir a partir da opinião e experiência coletiva sobre um determinado tema, tendo discussão e riqueza na sala de aula.

Na modalidade à distância o/a discente frequenta o Polo de apoio presencial de educação à distância, tendo contato somente com o tutor e consequentemente pela natureza do curso geralmente o discente é isolado dos colegas do próprio curso, de outros cursos e do movimento estudantil.

Geralmente nos sites de EaD não é possível encontrarmos o perfil/currículo do tutor, geralmente este só possui a graduação. O/A docente que pensa e produz o conteúdo não possui outra aproximação com o discente, esse conteúdo é transferido através do material didático aos tutores que operacionalizam, desta maneira poderemos ter o apostilamento do ensino.

Segundo o Censo da Educação Superior “71% das matrículas do ensino superior presencial correspondem a cursos de bacharelado, enquanto nos cursos EaD metade dos cursos é de licenciatura, ou seja, responsável pela formação de professores” (INEP; MEC, 2009, online).

Na modalidade a distância evidencia-se o distanciamento do discente com o docente, o docente elabora as aulas que serão transmitidas virtualmente, este é o único contado dele com os discentes.

Segundo o Censo Superior de 2009, o curso de Serviço Social já ocupava o terceiro lugar em número de matrículas na modalidade de EAD [...]. A degradação da qualidade do ensino aí fartamente identificada é motivo de preocupação na defesa do legado ético-político construído pelo Serviço Social nas últimas décadas ante o ambiente de avanço do conservadorismo na sociedade (Iamamoto, 2017, p. 21).

Deste modo no futuro o Brasil terá docentes que iram saber exercitar somente o ensino, o que vai contra as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que determina a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outro desafio é o estágio supervisionado que se caracteriza como uma exigência curricular, configurando-se no projeto pedagógico do curso. É de grande relevância para a formação profissional do (a) assistente social, é no estágio que o discente tem aproximação com a realidade concreta, possibilitando a compreensão das situações enfrentadas pelo (a) assistente social no seu cotidiano profissional, podendo associar a teoria com a prática, um momento em que o/a estagiário/a consegue entender novas possibilidades da dinâmica no trabalho profissional do assistente social, é no estágio o aluno começa a se identificar como membro efetivo da categoria profissional, apropriando-se do seu compromisso social.

O estágio é a primeira aproximação do (a) estudante ao espaço institucional e à prática profissional e possui peso específico no processo de aprendizagem.

A modalidade à distância declara iniciar o estágio supervisionado entre o 4º e 5º período com uma carga horária entre 400 e 450 horas.

O curso presencial inicia o estágio supervisionado no 5º período com uma carga de 435 horas. O estágio deve ser efetivado conforme a legislação vigente da Política Nacional de Estágio (PNE). Entretanto muitos assistentes sociais que se formaram através do curso presencial não querem supervisionar estagiários da modalidade à distância pela diferença na formação profissional e pela precarização do trabalho do (a) supervisor (a) de campo.

O (A) assistente social tem o compromisso ético de ser supervisor de estágio, como supervisor (a) o (a) assistente social vai ter que ensinar e tirar todas as dúvidas do/a estagiário (a), vai se reaproximar da teoria. Porém esta prática vem preconizando o trabalho do assistente social e a supervisão perde a qualidade, devido a fatores como a falta de espaço físico adequado na instituição, um número excedente de estagiários para cada assistente social, estagiários que não cumprem a carga horária exigida, a impossibilidade da supervisão direta já que os discentes não se encontram com o docente supervisor (a) acadêmico (a), entre outros desafios.

2.3 Pandemia de Covid-19 e suas repercussões no ensino superior e no mundo do trabalho

O ano de 2020 foi marcado por uma situação inesperada, a pandemia causada pela Covid-19, denominado Covid-19 que afetou não somente o Brasil, mas assolou o mundo como um todo, ocasionando maior dificuldade ao acesso a patrimônios e serviços, um acirramento da crise econômica e das desigualdades sociais.

O cenário antes da pandemia, já contabilizava uma massa imensa de trabalhadores informais, precarizados, flexíveis, intermitentes, e que, no caso dos uberizados, não tinham alternativa senão trabalhar 8, 10, 12 e até 14 horas por dia. Se não o fizessem, não perceberiam salários, pois compreendem uma categoria completamente à margem dos direitos do trabalho. Com a eclosão da nova pandemia do capital, como vão fazer agora? Se as empresas onde trabalham fecharem suas portas, de que e como irão sobreviver? Pois bem, o capitalismo, a sociedade política e o Estado, todos um tanto quanto predadores no cumprimento do ideário e das pragmáticas dos capitais, não lhes preservaram o direito essencial à vida. É por isso que este segmento ampliado da classe trabalhadora (que no Brasil tem mais de cinco milhões em atividades uberizadas) se constitui no Privilégio da Servidão, como escravidão digital porque se encontram na informalidade, onde vigora a manipulação que converte a crescente força de trabalho em prestadores de serviços e, portanto, desprovidos de direitos. Agora constatamos que essa alquimia empresarial se torna letal na era da pandemia (Antunes, 2021, p. 112).

A pandemia de Covid-19 causou muito sofrimento a população de todo mundo, transtornos de ansiedade, depressão, medo e óbitos de pessoas de todas as faixas etárias e classes sociais, sobretudo as menos favorecidas, que além da falta de emprego, possuíam maior dificuldade para acessar o saneamento básico, água tratada, condições seguras de habitação, convênio médico e dependiam

exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), que vivencia um colapso por não possuir estrutura adequada para o enfrentamento da pandemia.

A tragédia social antecede a situação pandêmica. Se compararmos, por exemplo, com alguns países escandinavos, onde os índices de trabalho informal e precarizados são menores, a classe trabalhadora pode se resguardar em casa e continuar percebendo seus salários, além de serviço público de saúde com qualidade. Nos países da periferia, como o Brasil, os trabalhadores informais e precários são jogados nas ruas, sendo que as mulheres-trabalhadoras, os negros e os imigrantes são mais duramente atingidos (Antunes, 2021, p. 113).

Devido ao isolamento social houve uma redução na produção de diversos insumos e mercadorias, ocasionando no aumento da inflação e na redução de postos de trabalho, e para que a recuperação da economia, para que as indústrias e empresas voltem a produzir com a mesma capacidade anterior à pandemia foi essencial que primeiramente o mercado global se recupere, questão essa diretamente relacionada à exportação.

Segundo o Banco Mundial (2020) “um terço da população brasileira (66,3 milhões de pessoas) vive em famílias onde mais da metade da renda provém de fontes de trabalho desprotegidas. Nessas famílias, a maior parte da renda advém de trabalho informal ou independente”.

Diante dessa complexa realidade, o Governo Federal forneceu um auxílio emergencial¹⁰ para as pessoas com baixo poder aquisitivo. Para poder receber o benefício mensal de R\$ 600,00 as pessoas deveriam atender os seguintes requisitos: ser maior de 18 anos, não ter emprego formal, não ter benefício previdenciário ou assistencial, exceto Bolsa Família, possuir renda familiar de até três salários-mínimos e não ter recebido acima de R\$ 28.559,70 anual.

O auxílio emergencial de R\$ 1.200,00 era destinado a mulheres chefes de família que deveriam se enquadrar nos seguintes critérios: Mãe chefe de família receberia duas cotas do auxílio, total de R\$ 1.200,00, sendo possível acumular com o Bolsa Família.

¹⁰ Segundo Irineu (2021, p. 10) Além de aproveitar a conjuntura para passar a boiada, viabilizando o avanço de pautas conservadoras em diversas áreas, que vão desde o meio ambiente à reforma administrativa, todas as poucas iniciativas voltadas para incidir sobre os efeitos sociais e sanitários foram tomadas sob intensas pressões políticas. Do orçamento destinado a conter os efeitos da pandemia em 2020, o governo deixou de gastar cerca de 15% do total, algo em torno de R\$81 bilhões. Destes, R\$28,9 bilhões estavam destinados ao auxílio emergencial, mas permaneceram nos cofres públicos (INESC, 2021). Este benefício, que em virtude da pressão no Congresso começou com parcelas de R\$600,00, foi cortado pela metade e depois suspenso. A retomada, em 2021, reduziu ainda mais o valor das parcelas e o programa está sendo progressivamente desidratado pelo governo federal.

A conquista desses benefícios ocorreu historicamente por meio das lutas sociais da classe trabalhadora brasileira que por vezes não tinha suas demandas atendidas pelo Estado, porém, ressalta-se que, apesar dos benefícios emergências possuírem aprovação legal não foram todas as pessoas que conseguiram ter o seu direito assegurado, pois por vezes a população pobre não possui acesso aos equipamentos (computador, notebook, tablet, celular com acesso a internet) para conseguirem realizar o cadastro que era de forma online, não conseguiam anexar os documentos solicitados, não conseguiam contactar as pessoas responsáveis por tal cadastro e não conseguiram ser contempladas e receber o benefício.

Ressalta-se que, o Serviço Social atuou na linha de frente da pandemia do COVID-19, a categoria profissional reafirmou seu compromisso na busca pela efetivação dos direitos dos(as) usuários(as), para que sejam respeitados em sua dignidade humana, buscando a ampliação da cidadania.

Outra mudança necessária para preservar o isolamento social foi o trabalho remoto, modalidade home office, na qual o indivíduo exercia suas atividades laborais em sua residência.

O trabalho remoto se afirmou como uma realidade e traz um aumento ímpar na exploração, intensificação e precarização do trabalho, em um cenário já tomado pelo desemprego e pela informalidade. Assim, professores, pesquisadores e assistentes sociais vivenciam intensas transformações nos processos de trabalho nos quais se inserem (De Castro, 2023, p.75).

Este cenário foi agravado diante da pandemia causada pela Covid-19, que aprofundou a desigualdade social e a deixou mais explícita no cenário político, mostrando quem tem o direito à vida e quem tem direito a morte diante de uma política marcada pelos interesses de grande capital.

Diante dos constantes cortes nas políticas públicas, principalmente na área de saúde, assistência e educação. Percebemos que as medidas sanitárias de distanciamento e isolamento social como forma de prevenção do contágio e da disseminação da doença, mostrou a situação de calamidade pública que perpassou o Brasil.

As pessoas que possuíam uma condição financeira mais alta na sua maioria conseguiram cumprir com as medidas de isolamento sem tanto prejuízo, mas a maioria da classe trabalhadora tiveram que expor a situações de risco para garantir sua reprodução e de sua família e o processo de acumulação capitalista, diante da falta de política pública e a pouca responsabilização do Estado na proteção e

garantia de condições mínimas para a população para se manterem nas medidas sanitárias de isolamento social.

No campo da educação, com o advento da pandemia observou-se o agravamento do desmonte da política pública, onde há uma supervalorização das propostas de ensino remoto, que ao mesmo tempo valorizam somente a dimensão do ensino na formação profissional e também coloca o ensino à distância como alternativa de garantir que o ensino ocorra nos programas de graduação e pós-graduação.

Salienta-se que, antes da pandemia de Covid-19 a discussão acerca do ensino de qualidade já era primordial para a defesa de uma formação profissional crítica e qualificada, a necessidade desse diálogo foi intensificada no período pandêmico diante dos novos desafios que foram impostos para todas as áreas da vida humana, inclusive a educacional.

No decorrer da pandemia, houve momentos que as medidas de isolamento social mais rígidas foram necessárias e as UFAs de todo Brasil implementaram o ensino emergencial remoto para que os discentes pudessem continuassem os estudos independente das medidas de isolamento social, porém não foram todos os/as discentes que tiveram um fácil acesso aos equipamentos necessários (computador, notebook, tablet e celulares com acesso à internet).

Uma pesquisa realizada pela Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), da qual participaram estudantes de Serviço Social de todo o Brasil, revelou que 46,3% das/os discentes afirmam que as UFAs não estabeleceram nenhum diálogo com elas/eles antes de aderir ao ensino remoto emergencial. Além disso, 33,7% relataram não haver nenhuma política de permanência que garanta o acesso das/os alunas/os aos equipamentos necessários (computadores, internet, etc.)” (ABEPSS, 2021, online).

Apesar da dimensão de excepcionalidade que as medidas de isolamento social adotadas na pandemia passaram a exigir, principalmente quando nos referimos ao Ensino Remoto Emergencial (ERM) as pesquisas, extensão e estágio supervisionado configuram-se como problemática para a efetivação conforme preconizado pela categoria nos diferentes níveis de ensino.

A integração do ERE também impactou significativamente o estágio supervisionado, um componente fundamental para a formação dos assistentes sociais, conforme abordaremos na sessão três da presente tese de doutorado.

Os prejuízos do ERE para o projeto de formação do Serviço Social defendido pela ABEPSS se manifestam especialmente pela perda do diálogo/debate coletivo e das estratégias pedagógicas que ampliam a interação docente/discente; pela falta de aprofundamento dos conteúdos das disciplinas; e pela redução dos conteúdos programáticos das disciplinas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. (De Castro, 2023, p.79)

Coloca-se no centro do debate novos paradigmas em relação ao ensino: discussões sobre as modalidades de educação remota e à distância, o uso de tecnologias de informação e plataformas digitais, começam a fazer parte do debate da agenda política da categoria. As condições de acesso aos recursos tecnológicos e meios para o desenvolvimento das atividades, o não acesso temporário a bibliotecas e espaços para desenvolver as pesquisas, tem se configurado como desafios nesse cenário.

O trabalho remoto e o ensino remoto emergiram como uma realidade incontornável, acarretando um incremento singular na exploração, na intensificação e na precarização laboral, num contexto já permeado pelo desemprego e pela informalidade. Consequentemente, professores/as, pesquisadores/as e assistentes sociais experimentam mudanças profundas nos paradigmas laborais que os circundam, e os/as discentes tiveram que se adaptar a essa nova modalidade de ensino.

Os programas de pós-graduação também foram desafiados para apresentar propostas para preservar a qualidade da formação profissional continuada e das pesquisas, tendo que criar estratégias a curto prazo para responder as demandas dos (as) discentes e das exigências das agências de fomento das pesquisas científicas.

Como profissionais, docentes e discentes de Serviço Social, não estamos alheios a essa dinâmica complexa que atravessou a sociedade brasileira. A banalização da vida e do sofrimento, a destituição de direitos, o trabalho e ensino remoto precários, os ataques a universidade e a produção de conhecimento atravessam nosso cotidiano, mas também nos impulsionam a tecer resistências. Isto requer organização coletiva e bases teórico-metodológicas sólidas para enfrentar o imediatismo e o presenteísmo (Irineu, 2021, p. 10).

No período pós-pandêmico a presença do ensino remoto que não possuía mais caráter emergencial continuou presente nos cursos de graduação, inclusive no Serviço Social, pois diversas UFAs, sobretudo de natureza privada mesmo o curso sendo presencial elas aderiram a disciplinas na modalidade on-line mescladas com

as presenciais, bem como diversas atividades extracurriculares que também ocorrem on-line.

A pós-pandemia também fortaleceu o ensino à distância e o trabalho remoto/home office, naturalizando essa realidade que antes da Covid-19 era mais frequente em países desenvolvidos.

**SESSÃO 3 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL, DIRETRIZES CURRICULARES EM
SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE DO MUNDO DO TRABALHO**

3.1 Trabalho na era da mundialização do capital

Nesta sessão, discutiremos a categoria trabalho e os principais aspectos da precarização do trabalho do (a) assistente social e seus impactos na qualidade do atendimento e na saúde mental do profissional.

Com o passar das décadas vivenciamos profundas transformações na organização da sociedade que rebatem diretamente nas demandas e exigências contemporâneas do trabalho e consequentemente na vida da classe trabalhadora¹¹ que necessita do trabalho para garantir sua subsistência.

De acordo com Iamamoto (2012, p. 87), “[...] o acesso ao trabalho continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não seja a sua capacidade de trabalho.”

Perante a essa realidade, faz-se necessário compreender o panorama contemporâneo do mundo do trabalho. A classe trabalhadora como um todo, engloba diversas profissões que vivenciam constantes limites e possibilidades em seu cotidiano e em sua atuação profissional, porém nesse estudo abordaremos as condições de trabalho do assistente social, sobretudo no exercício da supervisão acadêmica de estágio.

Faz-se necessário destacar que o Serviço Social é uma profissão intrinsecamente investigativa e que intervém diretamente na realidade social. Os (as) assistentes sociais lidam diariamente com as expressões mais impactantes da questão social.

A questão social é apreendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2008, p. 27).

Essa característica coloca o (a) assistente social em uma posição, onde sua atuação vai além de simplesmente compreender os desafios enfrentados pela classe, sendo imprescindível a atuação contra a violação de direitos.

¹¹ A classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. (Antunes; Alves, 2004, p. 336)

A atuação do assistente social desempenha um papel de extrema relevância na sociedade, uma vez que se concentra em áreas onde as desigualdades sociais são mais acentuadas, visando incessantemente à promoção da justiça social.

Diante desse contexto, torna-se necessário que o (a) profissional possua um olhar crítico sobre a realidade, capaz de abranger a totalidade das situações em que está inserido.

A capacidade de compreender profundamente os contextos em que intervém não apenas fortalece a eficácia das ações profissionais, mas também reforça o compromisso do(a) assistente social com a transformação positiva e a equidade social. Para tanto faz-se necessário que o(a) profissional busque uma formação continuada para conseguir atender as demandas do cotidiano, porém também se configura como uma exigência do capitalismo contemporâneo. Conforme afirma Antunes e Alves (2004, p. 347):

A necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho. Parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra-fetice que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital

O Serviço Social é uma profissão liberal e está inserida na divisão social e técnica do trabalho, dessa forma o (a) assistente social faz parte da classe trabalhadora, sendo um (a) profissional assalariado (a) que vivencia a precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões na contemporaneidade, bem como em outras profissões.

A precarização se refere a situações em que as condições laborais se mostram inadequadas e não atendem às necessidades básicas do profissional. Estas necessidades incluem não apenas um salário justo, mas também uma carga horária apropriada, ambientes de trabalho seguros, acesso a materiais necessários para a execução das ações e perspectivas de carreira sólidas.

No caso do (a) assistente social, a precarização do trabalho ocorre em diversos contextos e esferas de atuação, abrangendo áreas como a assistência social, saúde, educação, habitação, área jurídica, entre outras.

Essa problemática está associada à ausência de investimentos adequados por parte do Estado nessas áreas e à política de terceirização, fatores que contribuem significativamente para a fragilização das condições laborais em diversos

setores. A precarização transcende o âmbito profissional, tendo impactos negativos tanto nos indivíduos que exercem tais funções quanto na sociedade como um todo.

Devido à precarização das condições de trabalho no âmbito do Serviço Social, a vasta demanda de profissionais e a baixa oferta de oportunidades/postos de trabalho para absorver esta mão de obra, observa-se a formação de um exército de reserva.¹²

Por muitas vezes, motivados pela necessidade de subsistência e pela busca por experiência profissional, esses profissionais submetem-se a empregos com remuneração baixa e até a situações irregulares que violam os princípios éticos da profissão, tais como: trabalhar além das trinta horas semanais, mesmo após a conquista desse limite pela categoria, sem a devida compensação por horas extras; além disso, há casos em que assinam termos de estágio sem os (as) discentes terem, de fato, estagiado na instituição; outras práticas questionáveis incluem a subscrição de documentos e projetos que não são de sua produção intelectual, mas requerem a assinatura do profissional do Serviço Social para serem encaminhados a prefeituras, conselhos municipais ou empresas privadas em busca de captação de recursos.

Ressalta-se que, o trabalho informal, ou seja, sem registro na carteira de trabalho e desprotegido também é uma realidade na profissão.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais e aumentando o trabalho desprotegido (Antunes; Alves, 2004, p. 336).

Essas situações revelam não apenas a vulnerabilidade dos profissionais diante das condições precárias de trabalho, mas também os dilemas éticos enfrentados no contexto do Serviço Social contemporâneo.

A carga horária excessiva é um dos principais fatores que contribuem para a precarização do trabalho do (a) assistente social. Quando o (a) profissional trabalha mais horas do que é capaz de suportar, pode resultar em exaustão e estresse,

¹² Para Karl Marx em sua crítica da economia política (2013), o exército de reserva corresponde à força de trabalho excedente das necessidades da produção.

afetando negativamente sua habilidade em tomar decisões assertivas e fornecer um serviço de qualidade.

Pode ser percebida ainda, no dia a dia da atividade laboral, diante da forte sensação de que o tempo foi comprimido; ou também na clara densificação da jornada de trabalho, na qual todos se desdobram para executar sozinhos o que antes era feito por dois ou mais trabalhadores. Além disso, é visível por meio dos bancos de dias e horas que ajustam a jornada às demandas flexíveis do mercado, assim como através da instituição de uma parcela variável do salário subordinada ao cumprimento de metas de produção e “qualidade”, entre outras formas de manifestação (Praun, 2014).

Além disso, a falta de equipamentos e materiais adequados também pode prejudicar o trabalho do (a) assistente social, impedindo-o (a) de realizar atividades essenciais de maneira eficiente, por exemplo: o(a) profissional precisa realizar uma visita domiciliar, mas a instituição não oferece o automóvel e ele precisa utilizar o próprio; precisa elaborar relatórios e/ou projetos, mas o computador/notebook é dividido com outros profissionais que por dividirem a mesma máquina podem ter o acesso facilitado a dados sigilosos dos usuários, entre outros desafios.

Ambos os desafios, a sobrecarga de carga horária e a falta de recursos apropriados, convergem para criar um ambiente laboral que prejudica a qualidade do serviço prestado, sublinhando a necessidade crítica de abordar essas questões para melhorar as condições de trabalho na profissão.

Outro aspecto que rebate na efetivação dos direitos é o crescente Estado Mínimo que há décadas na sociedade capitalista vem transferindo as responsabilidades do Estado para instituições filantrópicas, terceiro setor e sociedade civil.

No modelo do Estado Mínimo, este não deve participar da atividade econômica neoliberal com empresas públicas e muito menos em algumas linhas essenciais de produção e serviços, detentora do monopólio de certas atividades (telefonia, energia elétrica, combustíveis, segurança pública, etc.). Aqui a proposta é transferir para o domínio privado o que era propriedade pública (Faleiros, 2014).

A ineficiente gestão pública de recursos, que não cumprindo adequadamente seu papel, inviabiliza a construção de novos equipamentos e a manutenção apropriada dos já existentes, sobrecarregando estes últimos, com desafios como alta demanda de usuários para poucos serviços, número reduzido de profissionais, ausência de profissionais de especialidades específicas na rede pública, ausência de capacitação para os profissionais, burocratização para o encaminhamento e

acesso da população, contribuindo para o fechamento ocasional de alguns serviços, prejudicando diretamente diversos usuários que tem assim seus direitos violados.

A orientação das políticas sociais foi significativamente alterada. Elas são privatizadas, gradualmente retirados da órbita do Estado (são repassados à sociedade civil – Igreja, ONG, instituições de apoio, organizações de bairro, etc.); por sua vez, essas políticas sociais são direcionados (contra o princípio universalista, eles são usados hoje apenas para pessoas carentes com um serviço pontual – o que resulta na baixa qualidade de assistência para aquelas pessoas que dependem apoio do Estado); e finalmente eles também são desconcentrados (o que implica uma descentralização executiva, uma centralização normativa e administrativa e uma excessiva centralização econômica. Os serviços sociais, assistência estatal, subsídios para produtos e serviços de uso popular, suplementos salariais, etc., são bastante reduzidos em quantidade, qualidade e variabilidade. Se o Estado está falido como querem fazer crer neoliberais, o subfinanciamento e a privatização, seriam a possibilidade de obtenção de recursos. O Estado não pode e nem deve, de acordo com a linhagem neoliberal, alocar um volume importante de financiamento para políticas sociais e Serviço Social. Ele dificilmente desviará recursos escassos para cobrir alguns serviços não fornecidos por instituições não-governamentais ou privadas, ou destinados (direcionados) para aqueles que não têm condições de contratá-los privadamente. Assim, estes "serviços estatais para os pobres" são transformados em "serviços estatais pobres"; ou seja, quem tiver condições de contratá-lo na órbita privada terá um bom serviço, quem não poderá fazê-lo deverá então recorrer à prestação do serviço estadual, e receberá um tratamento ruim, despersonalizado e escasso (Caputi, 2014).

Diante dos desdobramentos das tendências apontadas, faz-se relevante destacar que a cada dia no mundo do trabalho presencia-se a expansão do trabalho no terceiro setor¹³ como uma forma de suprir a ausência, a intervenção mínima do Estado.

O Terceiro Setor assume uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos (Antunes; Alves, 2004, p. 339).

O Estado transfere muitas de suas responsabilidades para o Terceiro Setor por meio de chamamentos públicos, articulando um convênio entre Estado e instituições sem fins lucrativos da sociedade civil, o vínculo entre esses dois atores é

¹³ Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade (Costa, 2005, p. 04).

mantido durante a vigência do contrato, sendo a instituição a responsável por executar as ações e o Estado de fiscalizar.

Após o término do contrato a instituição pode renovar o contrato ou o Estado pode realizar um novo chamamento público, no qual podem participar diversas instituições que tenham interesse no serviço. Destaca-se alguns itens que são analisados em um chamamento público, tais como: a experiência da instituição na área do serviço que será prestado, a proposta de intervenção da instituição, e se o valor ofertado pelo Estado está em consonância com o que a instituição busca.

O terceiro setor vem expandindo-se na contemporaneidade devido à diminuição de vagas para o Serviço Social em concursos públicos e redução dos serviços público diante da crescente parceria entre Estado e as instituições sem fins lucrativos.

No que se refere às condições e relações de trabalho, assistentes sociais, na condição de trabalhadores(as) assalariados(as), são submetidos(as) aos mesmos processos de degradação e violação de direitos que sofre o conjunto da classe trabalhadora, no interior da heterogeneidade que a caracteriza. Dentre esses processos, ao lado do(a) servidor(a) público, estatutário com contrato regido por regime jurídico próprio (profundamente atacado nesse momento), encontramos os mais variados vínculos contratuais, entre os quais: os chamados PJs ou “pejotização” no jargão da área; a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por serviço, por projeto nos chamamentos públicos; o trabalho intermitente, entre outros que tipificam o processo continuado de reestruturação produtiva do trabalho e do capital, expressa a nova morfologia ou a “uberização” do trabalho, como vem sendo denominado esse amplo movimento de mudanças que atinge o trabalho no capitalismo contemporâneo (Raichelis, 2021, p. 142).

Diante desse contexto, faz-se relevante destacar que por meio da análise crítica e minuciosa dos questionários e das entrevistas¹⁴, foi elencada a categoria - trabalho profissional da assistente social em instituições públicas e do terceiro setor, e subcategoria - condições de trabalho da assistente social no exercício da docência, e a categoria - Precarização do ensino superior, subcategoria – supervisão acadêmica de estágio.

Para que tenhamos uma categorização (ou classificação), é importante garantirmos que as categorias (ou classes) sejam homogêneas. Em outras palavras, cada categoria deve ser obtida a partir dos mesmos princípios utilizados para toda a categorização. Podemos, por exemplo, classificar os conteúdos de um conjunto de entrevistas seguindo uma divisão de valores morais adotados pelos entrevistados (de forma consciente ou não). Assim,

¹⁴ [...] a entrevista está sujeita dinâmica das relações existentes na sociedade. Quando se trata de um grupo marcado por conflitos, cada entrevista expressa de forma diferenciada a luz e a sombra da realidade (Minayo, 2007, p. 65).

cada uma das classes seria obtida tendo como foco valores morais. Podemos utilizar mais de um critério na classificação do material a ser analisado. O importante é submetermos todo o conjunto de material a ser analisado aos mesmos critérios (Minayo, 2007, p. 88).

Partindo desse pressuposto, a análise a seguir abordará a categoria do trabalho profissional da assistente social em instituições públicas e do terceiro setor, com foco na subcategoria das condições de trabalho da assistente social no contexto do exercício docente.

A supervisora Helena desempenha funções como orientadora social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, além de exercer a docência em uma instituição de ensino superior. No decorrer da entrevista, mencionou que trabalha quarenta horas semanais, realizando atividades similares às do trabalho profissional do Serviço Social, como elaboração de relatórios sociais, porém sem assiná-los. Sua atuação como orientadora social surge da dificuldade em encontrar oportunidades como assistente social. Helena relatou que as instituições, cada vez mais, estão oferecendo vagas para orientadoras sociais ou estágios do curso de Serviço Social, em detrimento das oportunidades para assistentes sociais, visando redução de custos. Diante dessa realidade, ela se vê obrigada a aceitar jornadas de trabalho mais longas, com remuneração reduzida pela metade, em busca de inserção no mercado laboral e garantia de sua subsistência.

Ana compartilhou que seu cotidiano profissional no exercício da docência ocorre uma vez por semana na instituição de ensino superior (IES) onde trabalha. Nessa ocasião, ela ministra quatro horas de aulas da Disciplina de Supervisão da Prática Profissional I e II. Além disso, Ana mantém outro vínculo empregatício, dedicando trinta horas semanais como assistente social no Departamento de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social. Com múltiplas responsabilidades em ambos os trabalhos, Ana utiliza os finais de semana não para elaborar o conteúdo das aulas, mas para uma tarefa que não é remunerada e muitas vezes passa despercebida, considerada "invisível" – pois ninguém vê, ninguém sabe, embora realizada. Isso ocorre em um momento que poderia ser dedicado ao lazer, descanso e convívio familiar.

Isis “Como professora em uma universidade privada e assistente social no terceiro setor, minha rotina é exaustiva. Meus dias começam cedo, na noite anterior já estou me preparando mentalmente para enfrentar as demandas do dia. À noite, antes mesmo de chegar à faculdade, já reviso o plano de aula, respondendo e-mails

de alunos e o grupo de WhatsApp que não para. Entre uma aula e outra, muitas vezes mal tenho tempo para respirar. Corro de uma sala de aula para outra, carregando livros, materiais didáticos e, é claro, meu computador repleto de apresentações e planilhas. A sensação de estar sempre correndo contra o relógio é constante.”

O trabalho remoto não remunerado é uma realidade cada vez mais presente na rotina de profissionais de diferentes áreas, incluindo o Serviço Social. Os estudantes frequentemente solicitam a criação de grupos de WhatsApp com a presença dos professores, e em algumas situações, até a direção das faculdades pressiona os docentes a estarem disponíveis para esclarecer dúvidas, mesmo fora do horário de trabalho estabelecido.

Mariana “Tenho dois vínculos trabalhistas, trabalho 30 horas semanais como assistente social no terceiro setor e doze horas como professora em uma faculdade privada, pois apesar da docência ser minha paixão, o salário não é suficiente para me manter. À noite, quando finalmente chego em casa após as aulas, ainda há trabalho a ser feito, preparo aulas, corrijo trabalho e atualizo o material da supervisão acadêmica. Muitas vezes, sacrifico horas de sono para dar conta de tudo. Essa rotina exaustiva se repete dia após dia, semana após semana, durante todo o ano letivo. Embora seja difícil, o desejo de ver os estudantes crescerem e aprenderem continuam a me motivar.

Liz “Possuo diversas atividades, trabalho bastante com três vínculos empregatícios, dou aula, atuo com carteira assinada em uma instituição do terceiro setor e também presto serviço como autônoma.”

Camila “Tenho uma grande paixão pelo ensino, embora reconheço os desafios que acompanham a educação, e também atuo como assistente social na Prefeitura Municipal de Franca. O meu compromisso com ambas as áreas é intenso, e, por vezes, a demanda de trabalho é exaustiva. Na minha atuação como assistente social, enfrento desafios diversos, mas também tenho a oportunidade de proporcionar apoio vital às comunidades locais, contribuindo para enfrentar questões sociais e promover a inclusão e a equidade. Mesmo diante das demandas intensas, encontro gratificação em poder fazer a diferença em ambas as esferas.”

Beatriz “Docente há quatro anos em faculdade privada e há três anos como supervisora acadêmica.”

Alice “Tenho jornada dupla, trabalho como assistente social no setor público e como professora a noite. A minha rotina é cansativa, mas amo lecionar, sinto que completa a minha atuação profissional.”

Júlia “Assistente social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), e recentemente comecei a dar aula em uma faculdade privada, o valor da hora aula é baixo, mas preciso da experiência em sala de aula para tentar um concurso para docente em universidade pública futuramente.”

A supervisora Bianca relatou que “atua como docente efetiva em uma universidade pública. Ela explicou que passa a maior parte do tempo coordenando pesquisas, queixou-se da exigência para publicar, e disse que ama estar com os alunos e sente-se realizada no exercício profissional.

Já Lara disse que “o cotidiano docente é intenso com inúmeras atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As condições de trabalho são precárias e tem impacto direto no processo de formação profissional. Um exemplo disso é a recusa da instituição em contratar mais docentes assistentes sociais para lecionar em outras matérias, também há uma discrepância com relação ao valor pago para professores de outras áreas de formação e o Serviço Social, embora seja um dos cursos mais antigos ofertados pela instituição, é pouco valorizado e isso rebate nas condições e relações de trabalho. Há uma forte pressão para desmobilização e desarticulação do corpo docente do Curso de Serviço Social. Isso porque, nos posicionamos contra as medidas adotadas pela instituição e que afetam nossas condições de trabalho e o processo de formação profissional dos (as) estudantes. Infelizmente compreendi que sofremos retaliações devido ao nosso posicionamento contrário as práticas da instituição”

Diante da fala da Lara, tornou-se possível observar que, em alguns casos, as profissionais possuem receio ao expressar suas opiniões técnicas sobre situações antiéticas e conservadoras que ocorrem no cotidiano dos espaços de trabalho. Esse medo está associado ao temor de retaliações, incluindo repreensões e até demissões. Em outras palavras, há uma preocupação em perder a fonte de renda, uma vez que o medo de não conseguir uma nova colocação no mercado de trabalho é agravado pela ampla oferta de mão de obra, especialmente após a implementação dos cursos de Serviço Social nas modalidades à distância e semipresencial.

Esse panorama reflete a vulnerabilidade enfrentada pelas profissionais, destacando a necessidade de abordar questões éticas desafiadoras no ambiente profissional.

Os objetivos das IES, sobretudo as de natureza privada muitas vezes estão fortemente vinculados à competitividade no mercado e à busca pelo lucro, resultando em repercussões significativas nas condições e relações de trabalho dos(as) docentes.

A precarização do trabalho tem um impacto direto na qualidade do atendimento aos usuários dos serviços públicos e privados. Quando o (a) profissional trabalha em condições precárias, pode ficar sobrecarregado e ter dificuldades em prestar um serviço de qualidade, o que pode afetar a vida das pessoas e comunidades atendidas.

Este cenário evidencia a importância de compreendermos as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelos docentes de Serviço Social, a fim de evidenciar esse debate na categoria e refletir sobre formas significativas de combater as condições de trabalho precarizadas e fortalecer o compromisso com a qualidade da formação profissional.

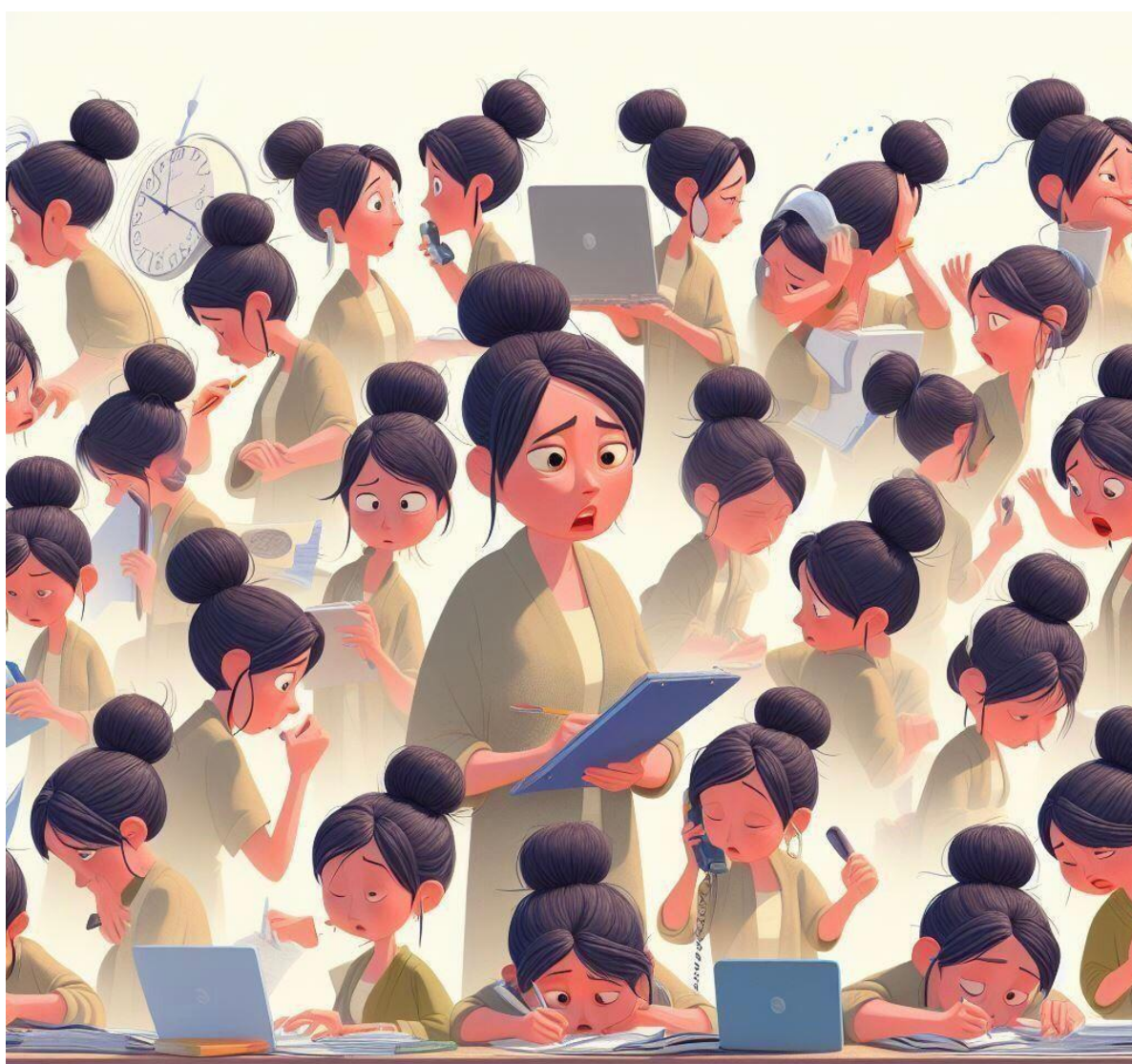
De acordo com a supervisora Ana “O valor pago por hora/aula para os (as) docentes do curso de Serviço Social não segue critérios de igualdade com docentes de outros cursos, variando de acordo com as relações estabelecidas com a coordenação da instituição. Essa disparidade nos valores gera insegurança sobre a minha continuidade no quadro de professores, pois o valor é simbólico, não paga os meus custos para estar na sala de aula, e a coordenação parece não se importar por possuímos uma relação cordial de trabalho, porém sem proximidade para além da instituição como percebo com outros (as) professores (as).”

Mariana relatou que “As condições de trabalho são razoáveis, boas salas de aulas com refrigeração, boa biblioteca com livros e periódicos atualizados. No entanto, para fazermos visitas e supervisão de campo nos espaços sócio-ocupacionais nem sempre temos garantido um veículo disponível para tal tarefa.”

Liz referiu que “Os espaços físicos e equipamentos são adequados, mas não consta na grade a supervisão acadêmica e sim aula denominada de práxis. O momento da supervisão direta com cada supervisor (a) e orientador (a) acontece fora da grade horária, ou seja, estudantes tendo que cumprir a supervisão acadêmica fora do horário de aula. O (A) professor (a) da disciplina/componente não

é o (a) supervisor (a) de todos (as) discentes. Há muitos equívocos por parte da supervisão de campo e acadêmica, falta de participação expressiva desses nos fóruns de supervisão e outros atinentes.”

Camila “As condições de trabalho não são as melhores, vivenciamos a precarização e a nossa profissão (Serviço Social) na maioria dos locais possui um baixo salário, sendo relegada muitas vezes dentro das IES, considerada como menor/menos importante, mas apesar das dificuldades me empenho para dar o meu melhor nas aulas e na supervisão de estágio.”



Fonte: Designer artístico elaborado na pesquisa de mestrado da autora Yukari Moraes por meio do site “Criador de imagem Bing.com” a fim de ilustrar os desafios no trabalho do/a Assistente Social. (2024).

Beatriz referiu que “as possibilidades de trabalho poderiam ser melhores e o salário maior, mas diante da realidade da educação superior privada a instituição busca investir em salas de aula confortáveis, com ar-condicionado, cadeiras e mesas novas.”

Alice considerou as condições de trabalhos boas, apesar do valor da hora aula ser baixo comparando com outras instituições.

Júlia “Todas as profissões vivenciam condições de trabalho precarizadas na sociedade capitalista, e considerando a minha atuação como assistente social em uma instituição do terceiro setor durante o dia e como docente no período noturno, tenho sempre que tomar cuidado para não adoecer porque minha rotina é intensa, trabalho aos finais de semana montando aula, corrigindo trabalhos e provas, estou sempre fazendo algo e nem sempre com as melhores condições, principalmente quando penso em retorno financeiro, infelizmente os dois trabalhos possuem remuneração baixa.”

A percepção é de que, apesar de manterem uma relação cordial no ambiente de trabalho, a coordenação parece não se preocupar com questões financeiras importantes para os docentes. Essa distância percebida vai além dos limites institucionais, especialmente em comparação com a relação que outros professores estabelecem com a coordenação. Essa situação destaca a necessidade de equidade na remuneração e de um diálogo mais aberto e transparente sobre questões salariais entre a equipe docente e a coordenação do curso.

Essa realidade ocorre tanto no setor privado quanto no público, pois os (as) assistentes sociais em cargos públicos também enfrentam receios de possíveis represálias por meio de transferência involuntária para outros serviços ou prejuízos ao pleitear salários e carga horária condizentes.

O receio de consequências adversas limita a capacidade dos(as) assistentes sociais de defenderem seus direitos e de buscar condições de trabalho mais justas, contribuindo para um ambiente profissional desafiador e permeado por desigualdades.

O processo de trabalho no Serviço Social revela-se como uma realidade complexa e multifacetada, e está relacionado a diversas questões que perpassam a vida do ser humano, abrangendo suas relações pessoais e interpessoais, a forma como o indivíduo se enxerga, sente-se ou não pertencente a um determinado grupo, identifica-se (ou não) com a atividade laboral exercida.

Elementos fundamentais incluem a busca pela satisfação pessoal e profissional, a qualificação do indivíduo, as oportunidades oferecidas e os desafios enfrentados em meio a situações de trabalho frequentemente marcadas pelo nepotismo. Esse fenômeno, em certos contextos, valoriza as relações pessoais em detrimento da qualificação e competência necessárias para o desempenho eficaz das funções ocupacionais, e a interconexão desses fatores confere ao processo de trabalho no Serviço Social uma complexidade singular, demandando o enfrentamento desses desafios.

Destaca-se que, o trabalho é necessário para a sobrevivência humana e por meio dele torna-se possível que o homem se sinta pertencente a um grupo social na sociedade capitalista. Concorde Miotto (2009, p. 05):

As necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais, mas tais demandas devem ser interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista.

A forma como o trabalho é estruturado no capitalismo apresenta diversos desafios e reflexos das expressões da questão social, sendo necessária a reflexão crítica, atenta as mudanças e contínua sobre os reatamentos do mundo do trabalho na dinâmica da vida do ser humano e em sua saúde.

Os trabalhadores encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade, passam a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade (Antunes, 2015, p. 411).

A precarização do trabalho tem um impacto significativo no adoecimento com nexos laborais¹⁵ e na saúde mental do (a) profissional, manifestando-se através de diversos sintomas como estresse, sobrecarga laboral, angústia, sofrimento, insatisfação pessoal ou profissional e até mesmo incompatibilidade com a coordenação ou as atividades desenvolvidas, tais condições adversas são

¹⁵ A referência ao adoecimento com nexos laborais será realizada considerando processos que resultem da exposição do trabalhador a condições de trabalho nocivas à sua saúde e que gerem como desdobramento o adoecimento físico e/ou mental (Antunes, 2015).

associadas a problemas psicológicos como ansiedade, depressão, síndrome do pânico e a síndrome de burnout, caracterizada por um esgotamento profissional extremo, estresse e exaustão física resultantes de ambientes de trabalho desafiadores, altamente competitivos, responsáveis por gerar frustrações. Este cenário compromete a saúde mental do profissional e, por conseguinte, a qualidade dos serviços prestados.

A origem desses processos de adoecimento tem também como pano de fundo, entre outros, o crescente processo de individualização do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade antes presente entre os trabalhadores. É essa quebra dos laços de solidariedade e, por conseguinte, da capacidade do acionamento das estratégias coletivas de defesa entre os trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico e de sua expressão mais contundente: o suicídio¹⁶ no local de trabalho, pois Em situações extremadas, quando o trabalhador não conseguia dissimular seu sofrimento, os próprios laços de solidariedade constituídos acabavam, não raras vezes, sendo acionados de forma a protegê-lo ou confortá-lo. O desmonte dessas condições tem contribuído, conforme os autores, para o aumento da incidência de suicídios nos locais de trabalho. Esses, por sua vez, são o resultado extremado de um processo de sofrimento psíquico, mas já destituído do apoio e solidariedade dos demais (Dejours; Bègue, 2010).

Torna-se essencial reconhecer e abordar esses impactos para promover um ambiente laboral mais saudável e sustentável.

Diante dessa complexa realidade, profissionais de diversas profissões podem desenvolver a síndrome de burnout que é frequentemente desencadeado por fatores como sobrecarga de trabalho, escassez de recursos adequados e pressão no ambiente laboral, entre outros. Este se apresenta como um estado de exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização profissional, impactando diretamente na capacidade do profissional de fornecer um serviço de qualidade. O enfrentamento eficaz do burnout demanda condições de trabalho mais equitativas e um ambiente propício ao bem-estar psicológico, sobretudo dos (as) assistentes sociais.

A supervisora acadêmica Isis referiu que “Há dois anos leciona em uma IES privada e as condições de trabalho são muito precarizadas, o valor da hora/aula mal

¹⁶ O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele e todo o sofrimento que o cerca encontram espaço para se desenvolver na medida em que o trabalhador se vê diante de uma organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, sob condições de trabalho em que as margens para a autonomia e o imprevisto, mesmo que bastante já limitadas na fase anterior do capitalismo, tenham sido gradativamente eliminadas. Uma organização do trabalho que oscila o tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados (PRAUN, 2014).

paga o meu deslocamento até a instituição, mas continuo atuando para adquirir experiência profissional como docente, observo que o formato do curso é desorganizado, o sistema costuma falhar e preciso refazer o trabalho em casa, como lançar faltas, notas duas e até três vezes no semestre, refazendo o trabalho em casa e não ganhando por isso, o material das aulas eu também realizo em home office e não é remunerado. Por vezes me sinto cansada, esgotada e penso em pedir demissão, mas ao mesmo tempo penso nos estudantes, no nosso vínculo e na experiência que eu preciso para conseguir lecionar em outras IES.”

A situação evidencia os desafios enfrentados por profissionais no campo acadêmico, destacando a necessidade de melhorias nas condições de trabalho e reconhecimento adequado.

Diversos assistentes sociais possuem baixos salários, contratos temporários, dupla jornada de trabalho, atuam em equipes reduzidas para atender uma vasta demanda, enfrentam a ausência de infraestrutura adequada nas instituições, não possuem autonomia no ambiente de trabalho e são cobrados para realizar tarefas que não são atribuições da profissão e/ou tarefas burocráticas e rotineiras que alienam o profissional e não fomentam uma reflexão crítica sobre a realidade.

A realidade de trabalho do assistente social é marcada por baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia. Ademais, as políticas e os direitos por elas assegurados são focalizados, reduzidos, seletivizados aos casos mais agudos. Tem-se que a realidade de trabalho é marcada pelo enfrentamento cotidiano de contradições de ampliação dos sujeitos requerentes de benefícios e a redução de recursos para atendê-los. Isso traz alguns rebatimentos para o estágio, à medida os professores e os assistentes sociais de campo são confrontados com uma realidade de trabalho precária, marcada pela rotatividade, contratos temporários, terceirizados, subempregados, comprometendo a supervisão. Parcela dos alunos também traz tais marcas (Pereira, 2016, p. 366).

Essas condições convergem para a precarização do trabalho do (a) assistente social, evidenciando a urgência de medidas que promovam melhores condições laborais e o reconhecimento adequado dessa profissão vital no contexto social.

Nesse sentido, chama a atenção a reflexão da autora Iamamoto (2008, p. 416):

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do trabalho assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do capital e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

A precarização das condições de trabalho do assistente social interfere diretamente na qualidade de seu atendimento à população usuária, na continuidade da formação permanente do profissional que está inserido em um processo de alienação resultante da realidade na qual encontra-se e de seu compromisso com a profissão.

3.2 Formação profissional em serviço social em tempos de desmantelamento do ensino superior

O processo de formação profissional do assistente social está relacionado com a história do Serviço Social, desta forma faz-se necessário realizar uma breve abordagem histórica, situando as conquistas e os desafios da formação profissional.

Na década de 1930, o sistema agrário-comercial vai sendo substituído pelo sistema industrial, ocasionando profundas transformações sociais.

Neste contexto surge o Serviço Social, através da aliança entre Igreja Católica, Estado e burguesia, oriundo de interesses políticos, sociais e ideológicos. Estes interesses fizeram com que o Estado e a Igreja se aproximassem e se apoiassem.

A profissão foi criada com o intuito de amenizar as expressões da questão social, ocasionadas pela luta de classes. Conforme afirma Iamamoto (2004) “[...] questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.”

Neste período a formação profissional era baseada no pensamento europeu, por meio do modelo franco-belga, este limitava-se a uma formação pessoal e moral, com uma perspectiva conservadora.

Em 1936, foi criada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, instituindo-se a emergência da profissão. Segundo Andrade (1996) “As décadas de 1940 e 1950 foram significativas para a profissão, houve uma ampliação do mercado de trabalho”.

Em 1945, o pensamento europeu no Serviço Social vai sendo substituído pela influência norte-americana. Esta influência norte-americana defendia um Serviço Social tecnicista voltado para o ajustamento do indivíduo na sociedade. Neste momento a formação profissional debruçou-se na valorização do método, buscava-

se neste modelo um suporte teórico e científico para responder as necessidades da formação e atuação profissional brasileira.

Ressalta-se que, não ocorreu uma ruptura com a Igreja católica, mas a profissão incorpora os métodos de Caso, Grupo e de Comunidade, com o intuito de qualificar a sua atuação profissional.

Na década de 1960, em um contexto de profundas transformações societárias, agravamento da questão social, em um período de ditadura militar, onde a liberdade de expressão era restrita ocorreu o Movimento de Reconceituação.

Este movimento foi uma manifestação Latino-americana, um repensar da categoria profissional com o intuito de romper com o Serviço Social “tradicional”, com os modelos importados, buscando um modelo adequado à realidade brasileira. Para Paulo Netto (2005) este processo é denominado como processo de renovação do Serviço Social, assumindo três perspectivas: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo, intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Devido ao movimento, a formação profissional foi objeto de amplo debate pela categoria, que se organizou politicamente em defesa da sua prática, salientando a necessidade de um novo projeto de formação profissional.

Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária trazendo para o Serviço Social a afirmação da profissão enquanto carreira universitária. A Pós-Graduação surgiu em decorrência a Reforma Universitária, portanto inserindo o Serviço Social como uma categoria pesquisadora.

Na década de 1970 a profissão sentiu a necessidade de revisar e reorientar suas ações profissionais. Neste período ocorreu o fortalecimento da perspectiva de intenção de ruptura, sua principal característica foi a recorrência ao pensamento marxista que sugeria uma revisão crítica do método dialético.

Em 1980, a categoria firma ainda mais o seu compromisso com a classe trabalhadora, através do seu projeto ético-político construído coletivamente, dotado de competências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas.

Objetivando a emancipação social e política dos indivíduos e a efetivação dos direitos sociais. Neste período a formação profissional foi discutida com o intuito de repensar o seu propósito para o século XXI atrelada as mudanças no mundo do trabalho.

Em 1990, o projeto ético-político foi consolidado, tendo em vista a maturidade profissional. Em 1993 é criada a Lei Orgânica de Assistência Social e ocorre a revisão do código de ética de 1986 para 1993, alicerçado no compromisso ético-político do Serviço Social.

Conforme afirma Iamamoto (1998) “Nos anos 90, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. [...] os assistentes sociais ingressaram nos anos 90, como uma categoria também pesquisadora”.

A pesquisa no Serviço Social busca desvelar a realidade social, compreender seus significados e contribuir para debates, reflexões e por contribuições efetivas.

O Serviço Social é uma profissão que tem como objetivo principal a intervenção nas relações sociais e a promoção da justiça social, por meio da realização de políticas públicas e da garantia dos direitos sociais. Nesse sentido, a formação profissional em Serviço Social é um tema necessário para a qualificação e aprimoramento dos profissionais que atuam nessa área.

Nesta sessão, serão vistos aspectos importantes da formação em Serviço Social, incluindo a estrutura curricular, as competências e habilidades necessárias, a relação teoria-prática e os desafios enfrentados pelos profissionais na atualidade.

A formação profissional em Serviço Social é norteadada pelo Projeto Ético-Político Profissional¹⁷ e pela abordagem crítica, embasada na teoria social crítica¹⁸, resultante do processo de renovação da profissão¹⁹.

Este processo formativo mantém uma estreita relação com a realidade social, configurando-se como um caminho educativo, formativo e histórico. Seu propósito é proporcionar ao discente o conhecimento teórico-científico sob uma perspectiva crítica, que se inicia no âmbito da graduação e se perpetua ao longo do exercício profissional do(a) assistente social.

A qualificação e coerência na formação profissional do(a) assistente social são essenciais para desvelar a realidade e responder às demandas do cotidiano

¹⁷ O projeto ético-político consolidou sua hegemonia no Brasil na década de 1990, vinculando-se a um projeto societário que preconiza a construção de uma nova ordem social, livre de exploração e dominação de classe, etnia e gênero (PAULO NETTO, 2006, p. 156).

¹⁸ De acordo com PAULO NETTO (2006, p. 2), “A teoria social crítica enfatiza que os membros da sociedade, homens e mulheres, sempre agem teleologicamente - ou seja, as ações humanas são sempre orientadas para objetivos, metas e fins”.

¹⁹ O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil teve início na década de 1960 e é considerado um marco significativo para a profissão. A partir desse movimento, o Serviço Social rompe com a perspectiva assistencialista, passando a atuar na busca pela garantia e efetivação de direitos. O movimento se dividiu em três perspectivas: a modernizadora, a de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2006, p.10).

profissional. No entanto, a formação não deve ser subordinada ao cotidiano, mas estar alinhada aos princípios ético-políticos do Serviço Social.

A formação em Serviço Social no Brasil é oferecida predominantemente em nível de graduação, em cursos com duração de quatro anos. A estrutura curricular desses cursos é regulamentada pela ABEPSS e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A matriz curricular é composta por disciplinas específicas do Serviço Social, que abordam temas como fundamentos teórico-metodológicos, políticas sociais, planejamento e gestão social, intervenção profissional, ética e direitos humanos, bem como disciplinas que abrangem diferentes áreas do conhecimento, tais como filosofia, sociologia, economia, direito, psicologia social, disciplinas optativas, entre outras. Essas disciplinas são fundamentais para a formação do assistente social, pois possibilitam a compreensão das questões sociais e a reflexão crítica sobre a atuação profissional.

A formação em Serviço Social possui o intuito de qualificar o (a) assistente social para atuar de maneira eficaz na intervenção de diversos campos, incluindo, mas não se limitando a, assistência social, saúde, educação, cultura e área jurídica. Para alcançar esse propósito, é imperativo que o profissional desenvolva competências e habilidades de maneira crítica, criativa e propositiva.

Dentre as competências essenciais para o exercício da profissão, destacam-se: a capacidade de análise crítica da realidade social, a habilidade na elaboração e execução de projetos, a aptidão para trabalhar em equipes interdisciplinares, destreza na comunicação e expressão de suas propostas e ideias, habilidades de planejamento e gestão social, entre outras. Além disso, é fundamental que o (a) assistente social possua uma formação ética sólida e um comprometimento com a defesa dos direitos sociais e a promoção da justiça social.

Ressalta-se a importância da tríade universitária na formação profissional, destacando a necessidade de uma indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa interligação proporciona ao estudante a oportunidade de se envolver em uma variedade de atividades, como estudos, encontros, palestras, simpósios e pesquisas.

No âmbito do ensino, ocorre a transmissão de conhecimento, enquanto a pesquisa se destaca pela investigação da realidade social. A extensão, por sua vez, desempenha um papel relevante ao permitir que a universidade cumpra sua função

social. Essa função é cumprida ao aproximar os discentes da comunidade, e os resultados das pesquisas e serviços acadêmicos da comunidade, promovendo a socialização do conhecimento e democratizando o acesso da classe trabalhadora à universidade.

Acerca do desenvolvimento da tríade na IES das supervisoras participantes da pesquisa, destaca-se os seguintes dados:

No contexto do desenvolvimento da tríade universitárias nas IES, conforme relatado pelas supervisoras participantes da pesquisa, alguns dados relevantes emergem.

Mariana, profissional envolvida no processo, destaca que a tríade é incorporada de maneira intrínseca às atividades cotidianas docentes. Além disso, enfatiza que a gestão desempenha um papel fundamental como uma atividade meio para impulsionar o desenvolvimento da tríade, destacando a sua importância como facilitadora desse processo.

Por outro lado, Iara compartilha que na instituição em que atua, as práticas relacionadas à tríade são integradas em sua rotina de trabalho, que abrange quarenta horas semanais. Desse total, vinte horas são destinadas ao ensino, doze para atividades de coordenação de estágio e oito horas para pesquisa. No entanto, ela observa que, na prática, a carga horária destinada à pesquisa frequentemente ultrapassa o limite estipulado, evidenciando a demanda e a dedicação adicional requeridas por essa dimensão da tríade.

Esses relatos fornecem uma visão abrangente das experiências das supervisoras em relação ao desenvolvimento da tríade na IES, destacando não apenas a sua integração nas atividades diárias, mas também as nuances e desafios específicos enfrentados, especialmente no que diz respeito à gestão e à alocação efetiva de tempo para pesquisa.

Beatriz, assistente social, compartilhou suas observações quanto à prática de extensão na UFA privada em que atua. Segundo ela, a extensão não é efetivada, pois a ênfase das atividades está concentrada na esfera do ensino. A gestão das áreas de pesquisa e extensão é centralizada na direção pedagógica da instituição, muitas vezes desviando-se do alinhamento com o projeto de formação profissional do Serviço Social. As atividades de pesquisa e extensão, conforme Beatriz, não se concretizam como práticas contínuas, caracterizando-se mais como iniciativas pontuais.

É importante ressaltar que, apesar disso, a coordenação e o corpo docente do Curso de Serviço Social organizam ações com o objetivo de aproximar os estudantes das áreas de pesquisa e extensão, visando enriquecer a experiência de aprendizado. No entanto, Beatriz argumenta que essa abordagem não está alinhada com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da ABPSS de 1996. Ela destaca também os desafios relacionados à adaptação do curso à curricularização da extensão, enfatizando a necessidade de investimento da instituição de ensino para garantir uma implementação qualificada.

Contudo, Beatriz observa que a curricularização da extensão, em alguns casos, contribui para a precarização do ensino, em vez de promover a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, conforme seria desejável. Essa perspectiva aponta para a complexidade e os desafios enfrentados pelas instituições de ensino na busca por uma integração efetiva entre essas dimensões acadêmicas.

A supervisora Helena, compartilhou sua perspectiva sobre a tríade, destacando que, atualmente, as dimensões de pesquisa e extensão encontram-se distantes de sua rotina devido ao foco predominantemente voltado para as demandas teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas. Este distanciamento é ainda mais evidente devido à natureza privada do órgão em que atua, o que impõe certas limitações. A pesquisa e o ensino, segundo Helena, são integrados de forma mais tangível ao cotidiano de trabalho, enquanto a extensão, lamentavelmente, não se encaixa neste momento, principalmente devido à sobrecarga de trabalho e suas próprias exigências. Helena destaca que a ausência de extensão representa uma significativa precarização, ressaltando a importância dessa dimensão para uma formação com maior qualidade.

Por outro lado, Liz, participante da pesquisa, lamenta a deficiência da instituição em relação à extensão, observando que esta é uma lacuna que compromete a oferta de uma experiência mais abrangente aos alunos. Mesmo diante dessa carência, Liz enfatiza seu comprometimento em proporcionar o melhor para os alunos, ressaltando que a atual ausência de suporte nessa área é uma característica mais recente, ocorrendo apenas nesta gestão. Essa perspectiva aponta para mudanças recentes na estrutura e prioridades da instituição, evidenciando a dinâmica fluida dessas práticas ao longo do tempo.

É possível observar que, dentre as onze supervisoras acadêmicas entrevistadas, apenas duas estão efetivamente envolvidas no desenvolvimento da tríade universitária nas Instituições de Ensino Superior (IES) em que atuam.

Destaca-se que a formação profissional enfrenta uma série de desafios para garantir sua qualidade, tanto no cenário público quanto no privado, destacando-se a precarização do trabalho docente, a resistência à ampliação do corpo docente nas universidades, a mercantilização, sucateamento e agilização do ensino superior, bem como a falta de estímulo para o desenvolvimento efetivo da tríade universitária (ensino, pesquisa e extensão).

Esses desafios demandam atenção e ação para garantir que a formação profissional, desde a graduação, seja verdadeiramente enriquecedora, independentemente do contexto institucional. A superação desses desafios não apenas contribuirá para o fortalecimento da tríade universitária, mas também para a promoção de um ensino superior mais qualificado e comprometido com uma formação profissional alinhada com as demandas e expectativas contemporâneas.

A sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é condição para se preservar a própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder as necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda (Iamamoto, 2012, p. 172).

Nesse contexto, destaca-se a importância ímpar do estágio supervisionado em Serviço Social, pois não apenas ocorre no ambiente de trabalho do assistente social, mas também se configura como componente vital da formação profissional. Trata-se de uma exigência curricular que estabelece uma ponte essencial entre o ensino acadêmico e a prática profissional, sendo indispensável para a conclusão do curso de graduação em Serviço Social.

O exercício profissional do assistente social é intrinsecamente investigativo e interventivo, demandando uma formação contínua que se inicia durante a graduação e se consolida ao longo do desenvolvimento da prática profissional. Essa perspectiva ressalta a necessidade de uma abordagem educativa que vá além da sala de aula, permitindo ao estudante vivenciar e aplicar os conhecimentos adquiridos em um ambiente real de trabalho, preparando-o de forma mais abrangente e integrada para os desafios do exercício profissional.

A formação profissional do assistente social é generalista, o que permite ao profissional fazer uma leitura crítica da realidade e uma intervenção comprometida com os sujeitos envolvidos, ou seja, no processo de formação do/a assistente social é preciso entender as mediações e as contradições presentes na realidade.

3.3 Diretrizes Curriculares em Serviço Social: desafios frente a contrarreforma do ensino

Um significativo avanço da formação profissional foi a criação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. O processo de revisão curricular ocorrido na década de 1990 culminou na construção coletiva das diretrizes no ano de 1996, as mesmas foram construídas pela ABEPSS e implantadas pelos cursos de Serviço Social brasileiros entre os anos de 2001 e 2002. As diretrizes foram criadas almejando alterar os currículos mínimos ²⁰ e agregar mais qualidade para a formação.

As diretrizes desempenharam o papel de instigar o debate e a reflexão crítica em torno do estágio supervisionado, destacando sua importância tanto para a formação quanto para a futura atuação profissional do estagiário. Essas orientações evidenciam que a atividade de estágio não é apenas um componente que compõe a carga horária do curso, mas também uma parte integrante da grade curricular. Um dos pontos de destaque na discussão sobre o estágio é a observação de que "O relatório avaliativo sobre a implementação das Diretrizes Curriculares apontou a necessidade de elaboração de uma Política Nacional de Estágio, tarefa delegada à ABEPSS" (Temporalis, 2009, p. 104).

Ao longo de um período de vinte e cinco anos, as Diretrizes Curriculares, ratificadas pela ABEPSS e elaboradas de forma colaborativa pelos órgãos representativos da profissão, têm sido um convite constante à reflexão e à crítica.

²⁰ O currículo mínimo para os cursos de Serviço Social foi oficialmente aprovado em 1982, mantendo sua validade por um período de 12 anos. Conforme o Parecer CFE nº 412/82, essa proposta refletia uma abordagem fragmentada na formação profissional, enfocando a atuação específica do assistente social em Serviço Social de Casos, em detrimento das vertentes de Grupo ou Comunidade. Essa metodologia, ao promover uma visão fragmentada da realidade, resultava em uma divisão artificial do indivisível, sendo alvo de críticas. Consequentemente, nos planos educacionais dos cursos de alta qualidade, observou-se gradualmente a substituição dessa abordagem por uma perspectiva mais realista de intervenção a nível da totalidade social. Essa evolução, como destacado no documento do Ministério da Educação (MEC) de 1982, buscava superar as limitações da abordagem anterior e promover uma prática profissional mais alinhada com as complexidades da realidade social.

Esse convite se estende aos profissionais da área, instigando-os a avaliar continuamente as implicações dessas diretrizes diante das transformações no cenário laboral.

Em meio a um contexto de desmantelamento dos direitos sociais, notadamente a educação enquanto política pública e direito fundamental da população, a necessidade de preservar a orientação política e ética na defesa da qualidade da formação em Serviço Social torna-se imprescindível. Nessa conjuntura política, social e cultural, marcada pelo desafio de enfrentar o desmonte dos direitos sociais, surge a urgência de assegurar que a formação profissional esteja alinhada com os princípios éticos e políticos, garantindo sua relevância em meio às adversidades contemporâneas.

As mutações sociais dos últimos anos têm colocado à prova as profissões que, em sua essência, advogam pelo direcionamento político em prol da qualidade da formação profissional. Essas profissões se veem diante do desafio de se tornarem parte integrante de um projeto de profissão que transcende os limites convencionais, buscando uma articulação mais ampla com projetos societários que visam superar a lógica do capital. Essa busca almeja a construção de uma sociabilidade alternativa, desvinculada da propriedade privada dos meios de produção e da subjugação do trabalho pelo capital.

No enfrentamento desse caminho, surge uma perspectiva antagônica às contrarreformas promovidas pelo capital e disseminadas pelos Estados nacionais sob a égide do neoliberalismo²¹. Essas reformas, concebidas como estratégias para lidar com as crises e consolidar a hegemonia do capital, seguem uma lógica centrada na obtenção de superlucros por meio da exploração do trabalho e da especulação financeira e bancária em âmbito global. A expansão do capital ocorre por meio de complexas cadeias produtivas, impulsionadas pelos avanços científicos e tecnológicos.

A reestruturação produtiva propiciada pelo toyotismo contribuiu para a atual fase de acumulação capitalista, articulando o capital produtivo e o financeiro em outro patamar de exploração, antes imaginável no padrão fordista.

²¹ O neoliberalismo é uma corrente política e econômica que defende a redução do papel do Estado na economia, a livre concorrência e a liberdade individual. Para os neoliberais, a intervenção do Estado na economia é prejudicial ao desenvolvimento econômico e à liberdade individual, e deve ser reduzida ao mínimo possível.

O capitalismo, ao ingressar em sua fase destrutiva, tem exacerbado os índices de pobreza, acentuado a desigualdade social e, de maneira alarmante, autorizado o extermínio da população mediante o agravamento de suas contradições históricas. A flexibilização principal mecanismo do processo de produção, atravessa a vida social, perpassando pelas relações sociais, exigindo um trabalhador sintonizado as necessidades do capital, capaz de desenvolver diversas tarefas fragmentadas.

Acentuando a alienação e o distanciamento do ser humano em relação à sua atividade primordial, que é o trabalho, essa característica delineia um trabalhador flexível que atende aos anseios do grande capital. Esse cenário está intrinsecamente vinculado a um mercado capitalista que, frente ao crescente índice de desemprego, se depara com limitações cada vez mais expressivas.

A lógica de flexibilização imposta pelo modelo toyotista, exige romper não somente com as barreiras produtivas anteriormente vigentes, mas passa a requerer do Estado maior flexibilização dos aportes legais, rompendo com os mecanismos que dificultam a exploração do capital da mais-valia.

Este fenômeno pode ser verificado principalmente nos países considerados subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, onde a classe dominante que ocupa os cargos decisórios, criam aparatos legais para permitir uma maior exploração dos recursos naturais, o uso de agrotóxicos e substâncias nocivas à saúde e atualmente o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, permitindo situações de trabalho que colocam em risco a vida ou a saúde da população e dificultando o acesso aos direitos fundamentais. Aliados a perda das demais garantias, verifica-se o aniquilamento da população pobre, negra e principalmente da mulher. Temática esta que se pode ser nos debates do Serviço Social e em suas produções científicas e acadêmicas.

Na esfera educacional, a contrarreforma assume proporções significativas, sobretudo no ensino superior, onde as intervenções estatais e empresariais se desdobram em duas frentes distintas. Por um lado, observa-se a redução de verbas e recursos destinados às universidades públicas, a negligência em investimentos voltados à pesquisa científica e à assistência estudantil, além da priorização de pesquisas rentáveis para o capital, impulsionadas por financiamentos provenientes de agências privadas e do setor financeiro.

Como contrapartida, há um fomento ao ensino privado, com ênfase nas modalidades à distância e semipresencial. Cursos percebidos como rentáveis para o capital, aliados a um investimento mínimo em infraestrutura, emergem como alvos primordiais na crescente mercantilização da educação. Instituições Privadas de Ensino (IPEs), guiadas pela lógica empresarial, têm optado por encerrar cursos presenciais, direcionando seus esforços para as modalidades semipresencial e à distância. Essa tendência, longe de se restringir apenas às IPEs, também tem se manifestado nas universidades federais, evidenciando-se na transferência de disciplinas consideradas mais gerais dos primeiros anos para a modalidade à distância.

As transformações no campo educacional têm exercido impactos substanciais e prejudiciais na formação profissional em diversas áreas, incluindo o Serviço Social. Este último, pautado por um projeto de formação crítico fundamentado na matriz teórica marxista e marxiana, busca forjar um perfil profissional capaz de desvelar a realidade social em sua totalidade. Tal empreendimento ocorre por meio da mediação das categorias fundamentais que compõem o real, dando lugar ao movimento dialético do concreto para o pensado. Este processo se desenvolve através dos diferentes níveis de apreensão do fenômeno social, transitando do singular ao universal e apoiando-se nas particularidades que se apresentam na lógica do seu movimento.

Para desenvolver as competências e habilidades necessárias para a realização da análise crítica da realidade social e a partir de suas contradições elucidar propostas de intervenção. A formação profissional deve viabilizar meios e recursos pedagógicos para a articulação das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativas e ético-políticas durante o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo nesse processo para aproximações sucessivas com a realidade social através de oficinas, práticas pedagógicas entre outras atividades. E dentre elas o estágio supervisionado que se configura como um dos principais momentos para essa maior aproximação do estagiário com o campo de estágio. Estes princípios estão materializados das diretrizes curriculares de 1996.

Neste contexto, identificamos a existência de dois paradigmas que perpassam o Serviço Social, delineando abordagens distintas. De um lado, emerge a proposta de uma formação crítica, abrangente e habilidosa para a intervenção nas complexidades da questão social. Este enfoque se orienta por um projeto ético-

político intrinsecamente vinculado a uma visão transformadora da sociedade, alinhado aos interesses da classe trabalhadora. Em contraste, surge o paradigma ligado à reforma da educação, que possui uma formação simplificada, tecnicista, destituída de crítica e direcionada aos interesses do grande capital.

É diante desse cenário desafiador na educação brasileira que propomos uma análise da importância e da relação entre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos no contexto do estágio supervisionado. Essa análise será fundamentada na lógica curricular orientada pelas diretrizes curriculares vigentes.

Em uma primeira abordagem, buscaremos compreender os avanços das diretrizes e o significado dos fundamentos na formação profissional, assim como sua articulação no processo de ensino-aprendizagem. Posteriormente, destacaremos a relevância do estágio nesse processo, explorando os desafios da supervisão, os instrumentos que a orientam e a importância dos fundamentos no âmbito da supervisão.

As Diretrizes Curriculares foram concebidas em um contexto histórico marcante que testemunhou o avanço da profissão, guiada por um projeto profissional crítico fundamentado na matriz social crítica. Essa matriz, por sua vez, coloca em destaque a centralidade da categoria trabalho como fundamento do ser social e como reveladora das contradições inerentes à sociedade capitalista. Tal concepção, devidamente elaborada por Iamamoto (2008, p. 57), destaca que "o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias, como especialização do trabalho na sociedade".

A incorporação e a assimilação, por parte do Serviço Social, da teoria marxista desempenharam um papel relevante na realização de uma crítica radical à sociedade capitalista, desnudando seus processos sociais de exclusão social e propriedade privada. Esses processos têm na luta de classes a força propulsora da história.

Como argumenta Mandel (2015, p. 16), "a divisão da sociedade em classes, a propriedade privada do solo e dos meios de produção, não são, pois, de modo nenhum um produto da 'natureza humana'. São o produto de uma evolução da sociedade e das instituições econômicas e sociais".

A herança da tradição marxista emerge como um valioso instrumento para a compreensão abrangente da realidade, enraizada no intrincado processo histórico-

dialético. Essa abordagem equipa o (a) assistente social com as ferramentas necessárias para uma intervenção profissional crítica e competente, fundamentada em valores humanos universais. Essencialmente, essa abordagem visa transformar o concreto em pensado por meio das mediações dos fenômenos sociais. Afinal, a fundamentação do Serviço Social é a realidade social, um tecido complexo e antagônico, permeado por fenômenos sociais que desdobram processos mais amplos e intrincados, todos inter-relacionados.

[...] quanto mais os assistentes sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico - o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social (Yazbek, 2010, p. 1).

Os progressos conquistados na década de 1990 refletem um amplo movimento da categoria em busca de uma ruptura com o tradicionalismo do Serviço Social. Como Paulo Netto (2008, p. 250) destaca, essa perspectiva de ruptura demandava a construção de bases praticamente inéditas, derivadas do projeto de romper de forma substancial com as implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais do Serviço Social tradicional.

O projeto profissional, atualmente preponderante na profissão e que delineia a intencionalidade e direção social do Serviço Social, enfrenta desafios significativos em meio a uma conjuntura global marcada pelas contrarreformas do capital e suas reverberações na educação. Este contexto tem impactos substanciais na configuração dos profissionais formados pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs). Diante dessas transformações, torna-se imperativo fortalecer o debate em torno da tradição marxista e sua relevância frente à crise do capital, seus processos de acumulação e legitimidade.

Neste cenário, é essencial refletir sobre o direcionamento político da profissão, considerando as tensões sociais e políticas presentes, bem como a heterogeneidade da categoria e as disputas entre projetos e vertentes teóricas que permeiam a profissão.

[...] inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) 'porque a efetiva diferenciação da categoria não está sendo explicitada'. Nesta eventualidade, a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências, não se fazem ouvir - e a perda é coletiva, posto que não ocorra um confronto de ideias aberto, marxistas

e não marxistas deixam de estimular-se reciprocamente no terreno privilegiado que é o do enfrentamento ideal (Paulo Netto, 1989, p. 100-101).

As Diretrizes Curriculares representam o resultado da batalha coletiva da categoria em favor de um projeto de formação profissional que aponta para o acúmulo histórico do Serviço Social. Este movimento busca o redimensionamento político em prol do projeto profissional, fundamentado na crítica e na tradição marxista. A relevância dessa proposta torna-se especialmente evidente na atual conjuntura mundial, marcada pela crise do padrão civilizatório do capitalismo.

Diante deste cenário desafiador, as Diretrizes Curriculares almejam concretizar a configuração de um profissional dotado de competência ético-política e teórico-metodológica. Este profissional é habilmente instrumentalizado para a intervenção profissional, revelando a complexidade da realidade social. Ao confrontar as contradições da sociedade e os desafios inerentes ao mundo do trabalho, que se manifestam no acirramento da luta de classes e se particularizam nas mazelas da questão social, busca-se criar respostas críticas e propositivas. Essa abordagem visa consolidar os direitos sociais e fortalecer a classe trabalhadora enquanto coletivo.

Nesse contexto, compartilhamos da perspectiva de Martinelli (2006): "mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente, e ainda mais, é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada" (Martinelli, 2006, p. 21). Esta visão ressalta a necessidade não apenas de adquirir conhecimento, mas também de agir de forma competente, crítica e teoricamente embasada, destacando a coragem como um elemento fundamental na superação dos desafios enfrentados ao longo do percurso profissional.

O desenho do projeto de formação em Serviço Social, delineado nas Diretrizes Curriculares, esboça um perfil profissional que é simultaneamente generalista, crítico e competente. Nessa configuração, as dimensões ético-políticas, técnico-operativas e teórico-metodológicas são meticulosamente entrelaçadas, conferindo solidez e substância ao exercício profissional. Reconhece-se, de maneira inalienável, o caráter interventivo, investigativo e organizativo inerente à profissão, entendendo essas dimensões como intrinsecamente interligadas.

Destaca-se, no âmbito desse projeto, a relevância da pesquisa como instrumento necessário para investigar a realidade e instrumentalizar propostas

profissionais que transcendam o imediatismo. Essa abordagem repudia ações descontextualizadas e desarticuladas de projetos emancipatórios, que buscam a superação do capital enquanto ordem social predominante. Nesse contexto, a pesquisa surge como uma ferramenta essencial para a construção de propostas profissionais fundamentadas e alinhadas com a busca por transformações que transcendam as limitações do sistema vigente.

Enquanto ferramenta ético-normativa, as Diretrizes Curriculares redefinem o cenário da formação profissional, buscando transcender a fragmentação de conteúdos e promovendo a integração da dimensão teórico-prática. Este avanço significativo se concretiza por meio da priorização dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, todos inspirados na tradição marxista. Essa abordagem tem o trabalho como categoria fundante do ser social, destacando sua singularidade na sociabilidade burguesa e seu papel intrínseco no processo histórico da luta de classes. Desde a década de 1980 até os dias atuais, este núcleo central tem sido objeto central de discussões na categoria em relação ao projeto acadêmico-profissional no âmbito da profissão.

[...] compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (Iamamoto, 2014, p. 615)

Essas categorias desempenham um papel central na compreensão do ser humano enquanto entidade social e do Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido nas complexidades da sociedade capitalista. A apreensão do mundo do trabalho e a contextualização do Serviço Social nos processos sociais mais abrangentes da sociedade capitalista servem como alicerce fundamental para a discussão em torno dos núcleos de fundamentos da formação profissional. Nas Diretrizes Curriculares, esses núcleos se entrelaçam por meio de três grandes áreas que se inter-relacionam no processo de ensino-aprendizagem, devendo ser cuidadosamente articulados em todo o conteúdo programático, bem como na elaboração dos projetos pedagógicos e componentes curriculares nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs).

A abordagem lógica presente nessas diretrizes possibilita a construção de um perfil profissional capaz de compreender a realidade social a partir das múltiplas

determinações presentes no cotidiano. Essa abordagem propicia a elevação do nível singular, analisando o fenômeno em sua aparência e conectando-o ao universal por meio dos processos sociais mais amplos que moldam a sociedade a partir das lutas de classes. Em outras palavras, essa abordagem visa transformar o concreto em concreto pensado, permitindo que o profissional retorne ao cotidiano munido de propostas de intervenção e uma compreensão da realidade que transcende a imediatez.

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 1983, p. 116).

A materialização do desenvolvimento das competências e habilidades essenciais à intervenção profissional, englobando as dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas no projeto acadêmico-profissional, desempenha um papel fundamental na construção dos conhecimentos no campo do Serviço Social, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares. Essas diretrizes articulam-se por meio dos núcleos de fundamentação, que representam a espinha dorsal da formação profissional em Serviço Social e orientam todos os componentes curriculares, incluindo o estágio como atividade curricular obrigatória.

Os núcleos de fundamentação compõem-se de três grandes áreas que interagem e se particularizam: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Organizados de maneira a congregarem conteúdo para a compreensão da profissão no mundo do trabalho, sua singularidade sócio-histórica na sociedade capitalista brasileira, bem como as especificidades e contradições do Serviço Social enquanto trabalho. A categoria central nesse contexto é a do trabalho, cuja compreensão se revela necessária para a apreensão do processo histórico em sua totalidade. Sua importância reside na constituição do ser social e do capital, este último fundamentado na alienação do homem pelo trabalho.

De maneira contraditória, o trabalho se configura como uma categoria ontológica para a superação da sociabilidade burguesa, permeada por suas próprias contradições, com a luta de classes desempenhando um papel motriz na história.

[...] ainda que por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos enquanto diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Abrangem, respectivamente, dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise (Iamamoto, 2014, p. 620).

A integração eficaz dos núcleos de fundamentação no processo de ensino-aprendizagem desempenha um papel importante na prevenção da fragmentação dos conteúdos e na superação da histórica dicotomia entre conhecimento e realidade social, uma questão profundamente enraizada no contexto do Serviço Social.

Essa dicotomia muitas vezes se manifesta pelo distanciamento entre a formação acadêmica e a prática profissional, destacando a necessidade premente de uma mediação entre as dimensões do concreto real e do conhecimento. Esse processo é orientado pelo método dialético, fundamentado na teoria social crítica que permeia o Serviço Social e está incorporado nas Diretrizes Curriculares.

Argumenta-se que há uma nova lógica, inerente às diretrizes, que não permite a dicotomia entre o ensino teórico e o ensino prático em Serviço Social, pelo contrário, pauta-se em uma relação de auto implicação entre ambos. Com isso, todas as disciplinas, tanto as de fundamentos quanto as que transmitem saberes interventivos, têm a responsabilidade de colocar o exercício profissional no centro de suas discussões, priorizando os conhecimentos necessários, a fim de desenvolver competências, habilidades e valores para a formação do perfil e qualificar os profissionais para responder às demandas (Guerra, 2005, p. 147).

Enfatizamos a significativa relevância do estágio como componente curricular obrigatório, que, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares, assume uma posição central como um dos momentos cruciais de integração entre conhecimento e realidade social.

Este estágio é concebido como um espaço pedagógico de síntese, capaz de articular diversas determinações, proporcionando uma compreensão abrangente da realidade em sua totalidade. Além disso, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para o exercício profissional.

Como um locus para a promoção da autonomia e identidade no âmbito do Serviço Social, o estágio supervisionado demanda a articulação cuidadosa dos

fundamentos da profissão. Essa interconexão é essencial para efetivar a ligação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e as nuances da realidade concreta.

Dessa forma, permite-se o desenvolvimento de estratégias de intervenção profissional, mediadas pelos alicerces fundamentais da profissão. O estágio supervisionado, conforme Oliveira (2009, p. 100), assume um significado singular no processo de capacitação para o exercício profissional do assistente social.

É imprescindível ressaltar que os fundamentos da profissão desempenham um papel central como eixo estruturante na lógica curricular delineada pelas Diretrizes Curriculares que orientam o processo de ensino-aprendizagem no campo do Serviço Social. Isso implica que os alicerces teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos devem permear todos os componentes curriculares concebidos nos projetos pedagógicos do curso.

Buscando articular o conhecimento com a realidade social, através de espaços que propiciam a aproximação com o trabalho profissional do Assistente Social. Estas dimensões devem ser articuladas através dos núcleos de fundamentação que baliza todo o processo formativo, que “[...] congregam um conjunto de conhecimentos necessários, em diferentes níveis de abstração, à do trabalho do assistente social na sociedade presente” (Iamamoto, 2008, p. 277).

Dentre esses momentos, ressaltamos a relevância do estágio supervisionado como componente curricular obrigatório, sendo concebido como um espaço de mediação essencial no processo de ensino-aprendizagem. Este estágio se destaca por articular conhecimentos e recursos pedagógicos de maneira a viabilizar a apreensão crítica da realidade social. Essa crítica, longe de ser imobilizadora, configura-se como uma força motivadora para o desenvolvimento de estratégias por meio das competências e habilidades necessárias à intervenção profissional.

[...] é parte integrante e essencial na formação do assistente social. É lócus apropriado onde o aluno estagiário treina o seu papel profissional, devendo caracterizar-se, portanto, numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional, dinâmica, criativa, que proporcione oportunidades educativas que levem à reflexão dos modos de ação profissional e de sua intencionalidade, tornando o estagiário consciente de sua ação (Buriolla, 2001, p. 79).

Enquanto um espaço propício para o desenvolvimento da autonomia, do compromisso ético-político e da consolidação da identidade profissional, o Serviço Social se fundamenta na compreensão do seu papel na sociedade capitalista e na percepção do profissional como um agente social e político capaz de articular-se na

formulação de respostas críticas e propositivas, alinhadas a um projeto emancipatório.

Neste contexto, lançaremos mão das contribuições de Oliveira (2009) para examinar os elementos essenciais do estágio, concentrando-nos na articulação dos fundamentos da profissão durante essa fase supervisionada.

A autora destaca a importância da legalidade, legitimidade e a participação de diversos sujeitos nessa atividade acadêmica, bem como a necessidade de construir uma nova lógica curricular. Com o intuito de atingir nosso objetivo, iremos explorar especificamente os aspectos relacionados à legalidade, legitimidade e à construção de uma nova lógica curricular.

Iniciaremos nossa análise a partir da perspectiva delineada nas Diretrizes Curriculares, que concebem o estágio curricular como integrante do processo de ensino-aprendizagem.

Essa abordagem o configura como uma atividade pedagógica com a finalidade de capacitar o estudante para o exercício profissional. Isso implica na essencial articulação dos conhecimentos, tanto teórico-metodológicos quanto técnico-operativos, com a realidade social. Essa intencionalidade está intrinsecamente ligada ao projeto profissional construído de forma coletiva, inserindo-se no âmbito ético-político.

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993). O estágio supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71).

O estágio não deve ser confinado a uma disciplina de maneira fragmentada, isolada e dispersa. Pelo contrário, ele se configura como uma temática transversal, entrelaçando os núcleos fundamentais da profissão e articulando os conhecimentos teórico-metodológicos essenciais para a intervenção profissional. Essa abordagem envolve a decodificação da realidade social e de suas múltiplas determinações.

Trata-se de temática transversal, que deve ser de responsabilidade do corpo docente formado, no caso, pelos assistentes sociais, que, por sua vez, deve estar presente sobretudo no desenvolvimento dos conteúdos

programáticos das disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, numa mediação entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o exercício profissional (Oliveira, 2009, p. 103).

Os alicerces teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos conferem substância ao projeto de formação profissional, desempenhando um papel crucial na construção do arcabouço científico e profissional da categoria.

Este processo é norteado por referenciais teórico-metodológicos fundamentados na tradição marxista, promovendo a integração das três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa). Essas dimensões se entrelaçam de maneira a dar materialidade à formação e ao exercício profissional em Serviço Social, desvinculando-se de práticas burocráticas, estéreis e conservadoras que porventura tenham marcado a profissão.

A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, ético e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional (Lewgoy, 2009, p.154-155).

A imprescindível interação dos fundamentos durante o estágio supervisionado é necessária para proporcionar elementos que promovam o desenvolvimento do rigor teórico-metodológico, permitindo uma compreensão crítica da realidade social e sua dinâmica.

Esse contexto instrumentaliza o estagiário para apreender o processo histórico em sua totalidade, ao mesmo tempo em que cultiva competências e habilidades fundamentadas numa postura profissional alinhada com sua direção social, caracterizada pela "competência ético-política". Essa competência é um produto da formação e do exercício profissional, situando-se na sociedade real onde atua como profissional, demandando um diálogo crítico e rigoroso entre teoria e realidade (Lewgoy, 2009, p.159).

Considerando os diversos participantes dessa atividade acadêmica, Oliveira (2009) ressalta a relevância do supervisor de campo na socialização e reflexão acerca do conhecimento específico da área onde se desenvolve o trabalho profissional. A mediação desse saber, fundamentado nos alicerces teórico-metodológicos, é fundamental no processo de capacitação profissional do estudante de Serviço Social (Oliveira, 2009, p. 106).

Quanto ao supervisor acadêmico, atuando como o docente encarregado da reflexão teórico-metodológica sobre as questões inerentes ao exercício profissional cotidiano, que emergem da realidade social e de suas ramificações, é incumbência fundamental identificar lacunas teórico-metodológicas e técnico-operativas no estagiário.

Além disso, sua responsabilidade envolve contribuir para a superação dessas carências, promovendo um exercício reflexivo acerca do processo de formação profissional, com especial atenção à relação teoria-prática (Oliveira, 2009, p. 106).

No âmbito desse processo, cabe ao estagiário, enquanto protagonista do seu percurso de ensino-aprendizagem, realizar uma reflexão crítica sobre a realidade social. Ele deve buscar mediar entre o conhecimento adquirido e a realidade social, contribuindo ativamente para a construção coletiva dessa atividade pedagógica por meio do intercâmbio entre os diversos sujeitos envolvidos no processo de supervisão.

Nesse contexto, o estágio curricular se revela como um espaço de legitimação da profissão, representando um momento de interseção e síntese entre teoria e realidade social. É, igualmente, um espaço de confirmação das competências e habilidades construídas ao longo do curso, contribuindo para a edificação da identidade profissional, sustentada por uma nova lógica curricular fundamentada nas Diretrizes Curriculares.

A implementação da Política Nacional de Estágio (PNE) representa um significativo avanço na salvaguarda do estágio supervisionado, ao proporcionar uma mediação mais efetiva entre a teoria e a prática na formação profissional. Além de abordar as questões relativas à efetivação do estágio supervisionado, a PNE propõe princípios e diretrizes para sua implementação, reiterando o compromisso com a formação profissional e o perfil preconizado pelas Diretrizes Curriculares, respeitando sua lógica curricular e a centralidade dos fundamentos no processo de ensino-aprendizagem.

A defesa desse projeto de formação profissional figura nos debates em pauta na categoria e tem ganhado cada vez mais respaldo, especialmente diante do cenário atual em que o projeto de formação profissional em Serviço Social, construído pela categoria, não se alinha com o projeto hegemônico de educação delineado pelo capital. Este último advoga por uma formação apressada e tecnicista, negligenciando a educação como um direito fundamental, perpetuando sua

mercantilização por meio da expansão do ensino privado, sobretudo nas modalidades à distância e semipresencial.

**SESSÃO 4 – SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL E A INTERFACE
COM O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE**

Doze anos após a criação das diretrizes curriculares, foi aprovada em âmbito federal a Lei nº 11.788, datada de 25 de setembro de 2008, que versa sobre o estágio. Esta legislação introduziu alterações significativas no desenvolvimento do estágio, caracterizando-o como uma atividade educativa e buscando evitar a utilização dos estagiários como mão de obra de baixo custo dentro das instituições de campo, contudo, ainda nos deparamos com o desafio pontuado por Pereira (2016, p. 367):

Observa-se uma elevação no número de contratação de estagiários nas instituições como meio de substituição profissional. É a transmutação do processo de ensino-aprendizagem em trabalho. Um exemplo disso são os espaços que só abrem vagas para estágio não obrigatório e remunerado, visando obter maior compromisso do aluno; leia-se: não faltar ao estágio e colaborar com o serviço. Essa fala não fica fora do discurso das profissionais. Por vezes, há relatos de assistentes sociais que preferem não supervisionar discentes da modalidade estágio obrigatório, porque estes ficam “pouco tempo e não tem compromisso”.

Conforme estabelecido pela Lei Federal de Estágio nº. 11.788/2008, em seu artigo 1º: "Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos." Essa definição ressalta o caráter educativo e formativo do estágio, reforçando sua natureza como uma etapa relevante na preparação dos estudantes para a futura inserção no ambiente de trabalho como assistentes sociais.

Posteriormente foi aprovada a Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre a regulamentação da supervisão direta de estágio, ou seja, a indissociabilidade entre supervisão de campo e acadêmica. Nesse sentido, a resolução:

[...] representa um avanço na criação de condições normativas para fiscalização exercida pelos CRESS e CFESS e, sobretudo, em relação à supervisão direta e para a sociedade que será beneficiada com a melhoria da qualidade dos serviços profissionais prestados no âmbito do Serviço Social (Conselho Federal de Serviço Social, 2008, p. 2).

As legislações relacionadas ao estágio desempenharam um papel fundamental ao conferir maior visibilidade a essa prática e ao integrá-la de maneira mais proeminente nas discussões, reflexões e preocupações da categoria profissional. Essas normativas destacam, principalmente, as responsabilidades das IES e das entidades que oferecem os campos de estágio.

Resultante do compromisso da ABEPSS com a formação profissional e da avaliação dos dez anos de implantação das Diretrizes Curriculares, foi criada a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS aprovada em 2010.

A Política Nacional de Estágio (PNE) propicia reflexões sobre as responsabilidades dos participantes do estágio, destacando a supervisão direta e problematizando os desafios inerentes ao processo.

Embora esta política não detenha status de lei, representa um instrumento significativo de compromisso e resistência profissional contra a precarização da educação. Seu propósito é regulamentar e promover a realização de estágios de forma coesa e qualitativa, visando a formação e o preparo profissional dos estagiários para suas futuras atuações.

Segundo Oliveira (2009, p. 8) “A compreensão dos diferentes papéis é fundamental para o necessário desenvolvimento do estágio supervisionado, evitando-se equívocos que comprometem a efetivação da referida atividade”.

Nesse contexto, torna-se essencial a compreensão do funcionamento do estágio supervisionado, dos papéis desempenhados pelos sujeitos envolvidos e de suas implicações na contemporaneidade. O estágio se inicia com a inserção do discente na instituição campo, visando prepará-lo para o exercício profissional futuro. Cabe ao estagiário realizar as atividades delineadas no plano de estágio com comprometimento ético, em conformidade com as legislações que orientam a prática profissional na área.

Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (2008, p. 3), na Resolução nº533, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social, em seu Art. 2º [...] “O estágio é atividade privativa do assistente social em pleno gozo de seus direitos profissionais”.

Desse modo, a constante luta contra as precárias condições laborais é essencial não apenas para a preservação da qualidade do serviço prestado à comunidade, mas também para assegurar a formação e supervisão adequadas dos futuros profissionais de Serviço Social.

O estágio supervisionado é fundamental para o desenvolvimento do perfil profissional do assistente social, uma vez que permite uma vivência real das demandas e desafios da profissão.

O estágio é uma atividade obrigatória em todos os cursos de Serviço Social. Isso se deve à importância do estágio para a formação profissional do assistente

social. Por meio do estágio, o (a) estudante tem a oportunidade de vivenciar a realidade da profissão, conhecer diferentes áreas de atuação e aplicar os conhecimentos teóricos na prática.

Durante o estágio, o (a) discente tem contato com as instituições, as políticas públicas e os atores sociais envolvidos na área de atuação do Serviço Social. Isso permite que ele conheça as demandas e os desafios da profissão, desenvolva habilidades técnicas e éticas e construa uma rede de contatos profissionais.

O estágio supervisionado em Serviço Social tem como principais objetivos: proporcionar ao discente a vivência da prática profissional, em diferentes áreas de atuação do Serviço Social, confiante para a construção de uma identidade profissional e para o desenvolvimento de habilidades técnicas e éticas; ampliar o conhecimento sobre as instituições, as políticas públicas e os atores sociais envolvidos na área de atuação do Serviço Social; estimular os (as) discentes a terem uma postura crítica e reflexiva em relação à prática profissional, considerando a dimensão histórica, política e social da realidade em que está inserido; garantindo o exercício profissional fundamentada em conhecimentos atualizados e contextualizados.

É importante destacar que o processo de supervisão de estágio se desdobra em duas dimensões distintas: a supervisão de campo, desempenhada pelo(a) assistente social inserido(a) no espaço institucional, e a supervisão acadêmica, conduzida pelo(a) assistente social que atua como professor(a) nas IES que oferecem o curso de Serviço Social.

[...] O estágio pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética Profissional (1993) (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 71 apud Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010).

Um dos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares é a supervisão direta. Ainda, segundo a ABEPSS (2010, p. 13) “O estágio pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, direta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante”.

O processo de supervisão em Serviço Social é uma atividade que deve ser realizada sob supervisão direta de um assistente social devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

A supervisão de estágio oferece a (o) supervisor (a) de campo a oportunidade de se aproximar da teoria por meio das indagações feitas pelo (a) estagiário (a), promovendo uma reflexão e um reexame de sua prática profissional.

O estágio emerge como um momento privilegiado tanto para o supervisor quanto para o estagiário, permitindo uma compreensão mais profunda das mediações presentes no cotidiano e na atuação profissional do assistente social.

A carga horária mínima estabelecida para o estágio é de quatrocentas horas no decorrer de dois anos, distribuídas ao longo de, no mínimo, dez horas semanais. Este período deve ser cumprido em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor, desde que apresentem demandas vinculadas à área de atuação do Serviço Social.

Para assegurar uma supervisão efetiva, é necessário que haja uma articulação sólida entre o (a) supervisor (a) de campo e o (a) supervisor (a) acadêmico. Este alinhamento é essencial para que ambos estejam em consenso acerca das atividades desenvolvidas pelo (a) discente durante seu período no campo de estágio, garantindo uma experiência enriquecedora e alinhada com os objetivos de formação profissional.

A supervisão realizada conjuntamente pelo supervisor acadêmico e de campo deve ser exercida articuladamente: um supervisor deve conhecer o outro e os respectivos processos institucionais que abarcam o processo de estágio. Assim conforme preconiza o projeto ético-político, é indicativa a realização de encontros periódicos sistemáticos entre supervisores (Caputi, 2014, p. 164).

As duas dimensões da supervisão de estágio, embora distintas, mantêm uma interligação intrínseca, uma vez que tanto a supervisão de campo quanto a acadêmica apresentam características próprias, sendo ambas atividades exclusivas do assistente social. Conforme estabelecido pelo artigo 2º da Resolução CFESS 533/2008: "A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de atuação."

Acerca da supervisão, destaca-se sua integralidade no exercício profissional do (a) assistente social. Nesse sentido, a categoria profissional deve empenhar-se

na reflexão e reavaliação da importância desse processo, visando aprimorar a qualidade da formação profissional. Essa abordagem torna-se essencial para que sejam agregados elementos que enriqueçam a experiência de estágio, contribuindo significativamente para a capacitação e desenvolvimento dos futuros profissionais de Serviço Social.

Ao longo do processo de supervisão, cabe ao (a) supervisor (a) de campo orientar as atividades desempenhadas pelo estagiário, alinhando-as ao código de ética do (a) assistente social e às dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão. As atividades acompanhadas pelo (a) supervisor (a) de campo na instituição servirão como suporte para as reflexões e direcionamentos fornecidos pelo (a) assistente social durante a supervisão acadêmica.

A supervisão acadêmica engloba ações destinadas a identificar desafios e possibilidades nas práticas profissionais executadas nas instituições de campo. Envolve a análise, reflexão e discussão em grupos reduzidos com os discentes sobre a realidade dos campos de estágio, os elementos constitutivos do projeto profissional nos espaços sócio-ocupacionais e sua interrelação com o projeto ético-político do Serviço Social. Além disso, visa orientar e avaliar o estagiário, proporcionando uma abordagem abrangente e crítica ao processo formativo.

A supervisão acadêmica pode intercalar atendimento individual e coletivo, a supervisão individual é oferecida com intuito de dar relevância à individualização do ensino e aprendizagem e a supervisão grupal proporciona ao estagiário vivenciar discussões críticas, de modo coletivo, com investimento permanente no debate, questionamentos, reflexão e diálogo entre as diferenças que permeiam os integrantes de cada grupo e as especificidades dos campos de estágio. A supervisão ocorre em sala de aula específica destinada pela IES (Liporoni, 2017, p.125).

Salienta-se algumas atribuições do (a) supervisor (a) acadêmico (a) de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 20):

O(a) Supervisor(a) Acadêmico(a) deve orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da instituição inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional. Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio. Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional.

Outro ponto de destaque reside no fato de que os Projetos Político Pedagógico dos Cursos de Serviço Social visam promover as políticas acadêmicas que integram o Projeto Pedagógico Institucional. Além disso, é imperativo que cada instituição de ensino elabore sua própria política de estágio e mantenha uma coordenação de estágio, incorporando-as ao Projeto Político Pedagógico do Curso em conformidade com as normativas vigentes sobre estágio. Este alinhamento tem como objetivo assegurar que a atividade de estágio alcance padrões de qualidade em todas as suas dimensões.

Cabe as IES desenvolverem uma Política de Estágio, com objetivos e estratégias que contemplem a articulação e o relacionamento institucional com os campos de estágios, com as entidades de representação da categoria e aproximação entre supervisores e estudantes. Desse modo, essa Política deverá ser fortalecida com a realização de ações que envolvam a formação, capacitação permanente de supervisores, a articulação de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários Integrados com demais disciplinas e com temas transversais que perpassam diferentes campos e temáticas, seminários e atividades preparatórias para estudantes que antecedam a inserção nos campos de estágio, o fluxo permanente com as demais atividades do curso e da Universidade/ Faculdade por meio do ensino, pesquisa e extensão, bem como o fortalecimento dos vínculos do curso com atuação/conhecimento do Serviço Social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc), organizados conforme realidade dos campos de estágio” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010, p. 35).

O estágio se apresenta repleto de desafios, abrangendo questões como a complexidade na articulação entre as IES e as entidades de campo, a falta de familiaridade com as legislações vigentes e as distintas atribuições dos envolvidos, a presença de instalações físicas inadequadas nas instituições, bem como a hierarquização e/ou a ausência de autonomia profissional por parte dos supervisores acadêmicos e de campo, dificuldades relacionadas à escassez de oportunidades de estágio, a percepção equivocada do estágio como mero trabalho e dos estagiários como mão de obra de baixo custo, entre outros desafios relevantes.

Além disso, verificam-se alunos inseridos em mais de um campo de estágio ou estagiando nos primeiros semestres do curso, por conveniência da instituição campo de estágio (que pensa as ações do “estagiário” segundo suas necessidades, submetendo o processo de ensino sem considerar que o aluno deve compreender a necessidade de estar no campo de estágio para apreender as relações contraditórias da trama social e poder intervir nela competentemente (Pereira, 2016, p. 366).

Outro fator que chama a atenção é o crescente número de discentes trabalhadores (as) que enfrentam diversos desafios para conseguirem permanecer no ensino superior, sobretudo devido à “Ampliação dos cursos que tem trazido cada vez mais segmentos da camada trabalhadora mais baixa ao Serviço Social que precisa trabalhar para pagar o curso ou se manter na IES” (Pereira, 2016, p. 366).

O estágio supervisionado para esse público torna-se um momento desafiador, no qual muitos pensam em até desistir do curso porque precisam conseguir conciliar o cotidiano de trabalho, as aulas, trabalhos, provas e o estágio.

A contradição se expressa quando a sociedade do capital condiciona a existência à venda da força de trabalho. Sendo este o único meio de subsistência dos(as) trabalhadores(as), desprovidos/os dos meios de produção, ficam à mercê das necessidades do mercado e submissos/os à baixa remuneração e condições precárias de vida, pressionados(as) sempre pelo altíssimo desemprego. Assim, muitas/os estudantes não conseguem se dedicar aos estudos da forma que gostariam, dividindo seu tempo entre diversas atividades e não podendo contar com políticas de permanência suficientes, dependendo muitas vezes da bolsa do Estágio para a própria subsistência, e por vezes de sua família também. Dada essa contradição central da sociabilidade capitalista, são compreensíveis, mas não isentas de crítica, as defesas individuais pela continuidade da realização dos estágios remunerados durante a pandemia (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2021, p. 3).

Os(as) discentes trabalhadores(as) muitas vezes não podem optar por estudar e não trabalhar, visto que auxiliam na manutenção financeira da família ou precisam prover sua própria subsistência e a permanência estudantil, principalmente quando passam a estudar em uma cidade que não é de sua origem.

Desse modo, a bolsa de estágio é muito atrativa para esse público que necessita da renda para sobreviver e precisa concluir o estágio, porém não são todos os campos de estágio que oferecem bolsa, sendo estas vagas muito concorridas entre os(as) discentes.

Diante dos desafios enfrentados principalmente pelos (as) discentes trabalhadores (as), algumas iniciativas são adotadas buscando propiciar a execução do estágio, como afirma Guerra e Braga (2009):

A busca por estratégias de realização do estágio redundava em abertura de campos no local de trabalho do discente, sem a clara definição de objetivos, tempos e situações diferentes; os estágios em fins de semana; em períodos de tempo curtos ou concentrados num único dia da semana ou no mês de férias trabalhistas, impedindo a vivência do processo e contrapondo-se aos requisitos obrigatórios indicados nas diretrizes curriculares, entre outras ações.

Faz-se necessário ressaltar que a mercantilização, o sucateamento e o aligeiramento do ensino superior⁹ contribuem para precarização do trabalho docente, tais como: dupla e até tripla jornada, pressão para produzir (produtivismo acadêmico), métodos de avaliação dos (as) docente nas IES, realização de atividades burocráticas, resistência para a ampliação do quadro de docentes nas IES refletindo na supervisão acadêmica e no estágio.

O trabalho docente se perfaz hoje em um sentido mercadológico, no qual os trabalhadores são submetidos à exigência do produtivismo exacerbado, produzindo, muitas vezes de forma mecanizada, com a cobrança de se preencher os currículos lattes. Além do mais, principalmente nas instituições públicas, há a necessidade de ocupar vários espaços, o que muitas vezes não é valorizado pelos órgãos de fomento. Em certos casos, essa lógica produtivista consome o trabalhador, que passa a não se reconhecer mais nos processos de trabalho (Pereira, 2018, p. 77).

Diante deste panorama, faz-se necessário explorar, por meio de uma análise da realidade, estratégias para enfrentar os desafios impostos pelo neoliberalismo, visto que esses desafios se manifestam na alienação e no estranhamento em relação à própria atividade laboral.

É essencial reconhecer que combater a precarização do mundo do trabalho, especialmente no contexto do (a) assistente social docente, equivale a resistir ao avanço das desigualdades sociais originadas do sistema capitalista. Ressalta-se o levantamento efetuado em 2015 junto aos CRESS:

[...] a Comissão de Fiscalização do CFESS identificou situações que ferem a excelência do processo formativo: supervisor de campo com número excessivo de estagiários em relação à carga horária de trabalho; supervisor de campo sem vínculo trabalhista, atuando como voluntário; profissionais contratados exclusivamente para supervisão, com desconhecimento da dinâmica institucional; estagiários sem supervisão direta de assistentes sociais. Na supervisão acadêmica são registradas situações como: excesso de estagiários, supervisão presencial esporádica, supervisão realizada à distância, acúmulo de papéis de supervisor acadêmico e de campo. Esta é uma questão que com certeza exige a atenção de todos (Iamamoto, 2017, p.21).

O escopo deste estudo é compreender e ponderar sobre a condução da supervisão acadêmica de estágio nas IES, tanto públicas quanto privadas, que oferecem o curso de Serviço Social no estado de São Paulo, Regional Sul II, pois o estágio supervisionado é uma atividade importante na formação profissional que relaciona a formação e a atuação do (a) assistente social, e desse modo a qualidade ou a precariedade de um refletirá no outro e no futuro exercício laboral do (a) estagiário (a).

4.1 Estágio supervisionado e a Pandemia de Covid-19

A integração do ERE que ocorreu na pandemia de Covid-19 impactou significativamente o estágio supervisionado em Serviço Social, um componente fundamental para a formação dos assistentes sociais, dada a necessidade de presença física nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse contexto, a preservação dos fundamentos da Política Nacional de Estágio (PNE) tornou-se um desafio a ser enfrentado, pois o estágio foi realizado de forma remota com a participação dos (as) estagiários em reuniões de equipe, grupos de estudos e pesquisas, na realização de tarefas online, em grande maioria tarefas burocráticas, entre outras.

Antes do advento da pandemia, a referida atividade já era permeada por diversos desafios, tais como: dificuldade de articulação entre as unidades de ensino e as instituições de campo, ausência de conhecimento acerca das legislações e das diferentes atribuições dos sujeitos partícipes, instituições com instalações físicas inadequadas, hierarquização e/ou ausência de autonomia profissional do supervisor de campo e acadêmico, escassez de campos de estágios, estágio considerado como trabalho e estagiários como mão de obra barata, entre outros.

Esses desafios foram acirrados e outros surgiram diante da particularidade e excepcionalidade da pandemia. Desse modo, no dia vinte e três de abril de 2020, a ABEPSS se posicionou solicitando a suspensão do estágio supervisionado e do calendário acadêmico no âmbito da graduação e da Pós-Graduação, pois o estágio não se caracteriza como atividade essencial para a manutenção da vida e poderia ser um risco para a saúde do (a) discente não estar em isolamento social, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que o (a) estagiário (a) estiva inserido (a).

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social pontuou os seguintes desafios ocasionados pela pandemia da COVID-19:

Universidades públicas e privadas, com cursos presenciais, que estão com atividades interrompidas, o que implica a não realização de supervisão acadêmica, mas que há a manutenção dos estagiários apenas com o acompanhamento do supervisor de campo por teletrabalho ou não; supervisão acadêmica “por aulas remotas”, com a manutenção de estagiários apenas com a supervisão do supervisor de campo; descaracterização das prerrogativas legais estabelecidas no Código de Ética da/o Assistente Social (1993), Lei nº 11.788 e na Resolução CFESS nº 533/2008, que estabelece a Supervisão Direta como uma das atribuições privativas do assistente social; redução do entendimento das atividades de

estágio aos mesmos parâmetros da empregabilidade. Esta compreensão equivocada é agravada pelas necessidades objetivas dos estagiários no que se refere à manutenção das bolsas (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2020, online).

Esse complexo cenário nos provocou a refletir, repensar e buscar criar novas estratégias de enfrentamentos para a precarização da formação profissional e do estágio supervisionado. Como a profissão deve proceder em defesa da supervisão direta de estágio? Como podemos contribuir para a garantia de uma formação profissional de qualidade diante das aulas e supervisão remota?

Na graduação a questão se agrava diante da necessidade de preservar a qualidade do estágio supervisionado em consonância com as Diretrizes Curriculares e da Política Nacional de Estágio (PNE) construídas coletivamente e com o protagonismo da ABEPSS, assim como das demais normativas em defesa do estágio supervisionado como a resolução CFESS nº 533 que trata da supervisão direta de estágio.

As medidas de contingência para evitar a propagação da covid-19 ocasionaram na suspensão da maioria dos estágios, bem como o semestre letivo, retornando posteriormente de forma remota, procurando cumprir com a carga horária para o ensino, porém, essa realidade trouxe desafios, conforme pontuou a ABEPSS (2021, online) “Entre os principais desafios para estagiárias/os está a não garantia de EPIs por parte dos campos de estágio ou da instituição de ensino, ficando a cargo dos/as estudantes providenciar os equipamentos para terem o mínimo de segurança”.

As UFAs refletiram e buscaram estratégias para retomada do estágio supervisionado, procurando preservar sua qualidade e prerrogativas para a supervisão direta e presencial, porém não foram todas as instituições que conseguiram garantir a supervisão direta de estágio, conforme o Relatório Nacional de Estágio: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia realizado pelo ENESSO em 2021:

Foi constatado um número significativo de estudantes que estão sem supervisão acadêmica e/ou de campo. 70 estudantes responderam que estão tendo supervisão acadêmica e de campo, 56 apenas supervisão de campo, 49 apenas supervisão acadêmica e 78 não estão tendo nenhuma supervisão. Nos preocupa a fragmentação do processo didático-pedagógico, considerando a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, prevista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e na Política Nacional de Estágio, que trata da importância da articulação entre estes três sujeitos para o processo coletivo de ensino-aprendizagem.

As estratégias buscaram enfrentar o avanço do ideário neoliberal no contexto da pandemia por meio da dinâmica da própria realidade social na qual estavam expressas as manifestações da questão social, as formas de alienação e estranhamento dos indivíduos que vendem suas forças de trabalho e que almejam acessar uma educação de qualidade; nesse sentido, resistir contra a precarização do trabalho do assistente social e da formação profissional frente a expansão, sucateamento e mercantilização do ensino superior é também lutar contra a ofensiva do capital.

Porém, apesar dos esforços a pandemia de Covid-19 acirrou as desigualdades sociais, a precarização da educação e rebateu diretamente no exercício, na formação profissional, no estágio supervisionado e trouxe novos desafios, tais como, a sobrecarga de afazeres com teletrabalho agravando a precarização do trabalho, aumento da demanda, suspensão do calendário acadêmico repercutindo na formação e no estágio supervisionado.

O contexto do estágio foi permeado pelos desafios da pandemia, apresentou obstáculos para uma experiência formativa enriquecedora. Este cenário, vivenciado pelos três sujeitos partícipes do estágio foi marcado não apenas pela influência da pandemia, que afetou diretamente a todos, sobretudo pela complexidade exacerbada da crise global do capital, potencializada pela emergência da COVID-19.

Nesse sentido, o estágio supervisionado não apenas lida com os desafios tradicionais de qualificação formativa, mas também enfrentam novas adversidades que podem ser devastadoras, especialmente quando ocorrem presencialmente, em contextos diretamente relacionados à linha de frente no combate à pandemia.

As dificuldades éticas e práticas enfrentadas pelos (as) profissionais e estudantes envolvidos (as) no estágio formativo refletem uma realidade marcada pela escassez de EPs, pela ausência de supervisão direta, tanto em campo quanto acadêmica, e pela falta de pleno conhecimento das leis que regem a qualidade do processo.

A instabilidade econômica, política e social decorrente do contexto atual, aliada ao avanço do neoconservadorismo, tem amplificado diversas formas de violência, especialmente aquelas ligadas ao racismo e sexismo. Estas condições colocaram os (as) profissionais diante de um cenário desafiador, porém, também de resistência e fortalecimento coletivo dos (as) profissionais do campo, docentes e

discentes, juntamente com as entidades representativas da categoria profissional, foram chamados a enfrentar os obstáculos impostos.

A busca pela união na luta coletiva, construída em meio à precarização, à violência e à mercantilização desenfreada, onde o lucro muitas vezes se sobrepõe à vida, e onde os valores conservadores e as políticas neoliberais moldam a realidade econômica e social, não se abala frente aos ataques provenientes do irracionalismo, neoliberalismo e conservadorismo. Ao contrário, é neste enfrentamento que se encontra a força para resistir e avançar rumo a uma transformação de uma sociedade mais justa.

4.2 O (a) assistente social no exercício da docência e da supervisão acadêmica de estágio nos cursos de Serviço Social que compõe a regional sul II da ABEPSS

Acerca do número de discentes supervisionados pelas participantes da pesquisa, uma informou que treze estagiários participam da supervisão acadêmica, três supervisionam quinze participantes, cinco supervisionam trinta discentes e duas disseram que depende do semestre.

Destaca-se que, alguns projetos de extensão também se configuram como campo de estágio, pois contam com a atuação de um (a) assistente social com registro no CRESS, que realiza atividades inerentes a profissão e pode supervisionar estagiários.

Na literatura do Serviço Social contamos com autores (as) que consideram efetiva a realização do estágio supervisionado em projetos de extensão, contudo, também observamos aqueles que trazem críticas como Pereira (2016, p. 366):

A substituição de estágio supervisionado pela participação em pesquisa ou, ainda, por atividades de extensão, sem que essas possam dar conta das particularidades da experiência que o estágio deve proporcionar à formação de assistentes sociais.

A supervisora Iara informou que “Depende da quantidade de alunos matriculados na disciplina, pois a instituição se recusa a contratar mais docentes para fazer a supervisão acadêmica”.

A ausência de novas contratações nas instituições privadas ou a falta de concursos públicos é uma realidade cada vez mais presente na educação superior brasileira, buscando reduzir custos e sobrecarregando os (as) docentes que já

atuam na instituição, rebatendo na qualidade das aulas, da supervisão acadêmica e da formação profissional de modo abrangente.

As instituições privadas e as EADs apresentam maior precarização. Consta-se uma disputa por vagas de estágio entre as instituições, o que pode levar a abertura de campos em locais inapropriados ao estágio; a troca de favores entre coordenadores de instituições e responsáveis pela elaboração de convênios com a UFA; oferecendo recompensas ao supervisor de campo para receber estagiários (bolsas para capacitação, por exemplo), o que eleva a possibilidade de descumprimento no número de estagiários, conforme o regulamentado; supervisão virtual, seja pelo regime de plantão do profissional, seja pelo seu caráter volante em mais de uma unidade da empresa/instituição, sem que o estagiário possa acompanhá-lo; estratégias de burla ao número máximo de alunos por turma (formação de duas turmas de supervisão, mas cada professor leciona a cada quinze dias com até trinta alunos, rotativizando as aulas entre dois docentes), dentre outros (Pereira, 2016, p. 367).

Outro aspecto importante é que por vezes a supervisão acadêmica de estágio é delegada para os (as) docentes contratados a pouco tempo, sendo considerado como uma atividade menos relevante. Segundo Benatti (2014) “O espaço da docência é um espaço de trabalho, considerado como um trabalho assalariado, alienado-estranhado, que se realiza no âmbito da reprodução social, prestando um serviço na esfera da educação estatal ou privada”.

Ao serem questionadas como ocorre a supervisão acadêmica, as participantes explicaram que:

Helena desenvolve por meio de aulas presenciais semanalmente.

Mariana disse que ocorre de maneira ininterrupta, destacando a relevância da tríade universitária composta por ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de desvendar a realidade e desenvolver estratégias eficazes para lidar com os desafios emergentes, buscando capacitar os (as) alunos não apenas para compreender, mas também para conceber e aplicar estratégias de enfrentamento, visando assegurar, concretizar e transformar a realidade na qual estão inseridos.

Isis relatou que a supervisão acadêmica do curso de Serviço Social da instituição segue a estrutura disciplinar delineada no Projeto Pedagógico do curso. Essa supervisão se desdobra por meio do Núcleo de Estágio, das Disciplinas de Supervisão da Prática Profissional I e II (estágio de intervenção) e das Oficinas de Estágio (estágio de observação). O Núcleo de Estágio desempenha um papel importante, orientando os estudantes sobre os procedimentos e documentação

necessários para o estágio, além de monitorar, orientar e receber a documentação obrigatória para o registro e sistematização do estágio.

Iara disse que a abordagem da supervisão acadêmica na instituição é mais centrada na disciplina de supervisão acadêmica, e que ela como docente responsável procura alinhar as atividades realizadas em sala de aula com as Diretrizes Curriculares do Serviço Social da ABEPSS de 1996, a Política Nacional de Estágio - PNE e a Resolução N.º 533 do CFESS/2008. Sendo que o foco permanece nos objetivos do projeto de formação profissional, conduzindo a supervisão por meio de atividades teórico-práticas, inserindo os (as) estudantes nos espaços socioinstitucionais profissionais.

Liz explicou que busca capacitar os (as) alunos (as) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional através de textos, aulas dialogadas e reflexões que visam integrar a teoria e a prática de maneira indissociável. A supervisão procura também subsidiar a análise e interpretação das relações de poder nas instituições empregadoras, promovendo uma reflexão crítica das questões estruturais e conjunturais no trabalho profissional.

Ana disse que o processo de supervisão de estágio ocorre em via de mão dupla, tanto na supervisão acadêmica quanto com a supervisão de campo, por meio de diálogos em sala de aula e de campo, articulações e reuniões com os três sujeitos envolvidos.

Camila relatou que a supervisão acadêmica ocorre individualmente com o (a) estudante fora da aula de Supervisão Acadêmica, aqui é denominada como “Orientação de Estágio”, com periodicidade semanal e quinzenal a depender da demanda. Visita institucional e sou a professora do componente, fazendo debates da vivência deles (as) e trabalhando conteúdos teóricos em sala de aula, inclusive, projeto de intervenção.

Beatriz explicou que os (as) discentes se organizam em roda e dialogamos sobre os desafios e as possibilidades observadas no campo de estágio, eles trazem suas inquietações e nós refletimos de forma crítica. A periodicidade é quinzenal com duração de uma hora.

Alice disse que ocorre em sala de aula a cada quinze dias, eles refletem sobre as ações e utilizam textos para fundamentar a compreensão.

Júlia explicou que semanalmente realiza a supervisão durante a aula, dura apenas uma hora e meia, mas percebi que é o tempo suficiente para os (as) estudantes trazerem seus anseios e dificuldades.

As supervisoras participantes ao serem questionadas se participam de ações relacionadas a supervisão de estágio, como reuniões promovidas pelo Núcleo de Estágio, eventos ou fóruns de estágio, relataram que:

Helena - Sim, participo ativamente do Fórum de Estágio, contribuindo com experiências para enriquecer as discussões.

Isis – Não participo porque não tenho tempo, tenho mais de um vínculo de trabalho e o meu cotidiano é muito corrido.

Mariana - Atualmente, não estou mais envolvida nesse contexto.

Liz - Sim, mantenho uma participação regular em reuniões com o Núcleo de Estágio, mas enfrento desafios na mobilização dos supervisores de campo, o que impacta a realização de fóruns e atividades coordenadas. Estou buscando ter mais interação com outras instituições e profissionais para melhorar a articulação e a participação dos (as) supervisores (as) de campo nas iniciativas do Núcleo de Estágio e da Coordenação do Curso.

Camila – Eu tento participar das reuniões do Núcleo de Estágio, mas nem sempre consigo devido às demandas do cotidiano e não é sempre que a instituição me autoriza a sair no horário de trabalho.

Beatriz – Eu participo das atividades de estágio nas IES, busco contribuir com a minha experiência profissional.

Alice – Não, porque a instituição não oferece atividades de estágio além da supervisão acadêmica e também não autoriza que eu me ausente do serviço para participar.

Júlia – Não estou participando por falta de tempo e se eu participasse as demandas se acumulariam.

Ana - Sim, sou participativa nas reuniões com os (as) supervisores (as) de campo da minha turma de supervisão acadêmica, além de participar de fóruns específicos sobre supervisão. Eu também busco participar em atividades promovidas pela ABEPSS relacionadas a estágio e supervisão e realizo pesquisa científica na área.

Iara – Eu participo como coordenadora, atuo na gestão do estágio e também desenvolvo pesquisa. Além disso, participo ativamente da organização de fóruns e outras atividades, buscando fortalecer as práticas de supervisão e estágio.

As respostas da supervisora Iara, Liz, Beatriz, Camila e Helena evidenciam uma participação engajada nas diferentes atividades relacionadas ao estágio supervisionado, incluindo aspectos práticos, desafios institucionais, contribuições para o avanço do conhecimento na área e uma busca por atualização e aprimoramento profissional.

Alice, Isis, Júlia e Mariana não estão participando de atividades relacionadas ao estágio, Isis explicou que possui mais de um vínculo de trabalho que dificulta a sua participação nas atividades de estágio. Desse modo, destaca-se a reflexão de Pereira (2016, p. 367):

Convive-se com o não reconhecimento, por parte da instituição, da responsabilidade que o supervisor tem com o estagiário. Assim, os momentos criados para facilitar a interlocução entre os sujeitos, como os fóruns de supervisores, são esvaziados, pois os assistentes sociais não são liberados ou preferem não ir, pois acumulariam trabalho.

As supervisoras acadêmicas ao serem questionadas sobre como compreendem a sua participação no processo de qualificação da formação profissional, relataram que:

Isis - tenho consciência de que enquanto docente, sou referência para os (as) alunos (as). Mesmo diante das dificuldades inerentes ao exercício da docência em UFA privadas, mantenho meu compromisso com o processo de formação profissional desses estudantes. Pois, tenho claro que está em jogo o perfil profissional que se pretende formar, então objetivo contribuir com a formação de um profissional crítico-propositivo e comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Helena disse que sua participação é boa e efetiva.

Mariana acredita ser fundamental para dar direcionamento aos discentes, sendo um processo de construção coletiva, pois o papel do (a) docente como mediador (a) a fim de trazer a realidade é possibilitar reflexões por meio da parte teórica, mas direcionar e incentivar esses a criar estratégias para buscar o aperfeiçoamento profissional.

Isis considera que a sua participação é boa pelo acúmulo que tenho sobre o estágio supervisionado, entretanto, o mesmo é permeado de problemas e contradições. Ressaltando ter a plena consciência de que está em jogo a construção do perfil profissional desejado e, portanto, o objetivo é contribuir para a formação de um profissional crítico-propositivo e comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Ana relatou que apesar da precarização de suas condições de trabalho, ela consegue desempenhar a supervisão com qualidade.

Iara relatou que busca constantemente ter uma formação profissional continuada e, com isso potencializar o processo de formação profissional com uma perspectiva crítica assegurando a direção social do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento.

Camila considera que desempenha o papel de supervisão acadêmica com qualidade mesmo diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo.

Júlia considera a sua participação muito importante porque a supervisão acadêmica deve perpassar a formação profissional a partir do desdobramento das disciplinas e componentes curriculares. O estágio supervisionado é transversal ao processo de formação profissional e, portanto, a supervisão acadêmica desempenha papel importante nesse processo. Pois, possibilita a articulação entre teoria e prática a partir da fundamentação das disciplinas teóricas e exercício profissional dos/as assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho.

Alice concluiu que a sua participação é boa, apesar de não ter muito tempo para realizar a atividade.

Beatriz disse que sua atuação enquanto supervisora acadêmica é de grande relevância, pois é necessário fomentar o conhecimento sobre o processo de formação profissional, acerca das dimensões do trabalho e formação profissional (dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa) para desenvolver a supervisão acadêmica, de acordo com o projeto de formação profissional do Serviço Social.

Acerca dos debates da precarização do ensino superior na supervisão acadêmica e na formação profissional em Serviço Social, as supervisoras participantes trouxeram as seguintes informações:

Helena relatou que a ausência de políticas de assistência estudantil hoje implica em uma imensa evasão. Tentar manter os discentes motivados para

frequentar o estágio obrigatório é o maior desafio, pois são na sua maioria estudantes trabalhadores.

Ana disse que a falta de extensão e de pesquisa é sem dúvida a maior precarização na faculdade privada, pois possui uma ênfase maior apenas no ensino.

Iara referiu que o exercício da docência no ensino superior privado é mercantilizado, funcionando de acordo com as regras impostas pelo mercado. Observa-se na redução do corpo docente, visto que a IES procura reduzir o máximo de professores e aqueles que permanecem têm que assumir várias disciplinas. Na modalidade de curso semestral, o professor não tem muita estabilidade, por exemplo, se ministrar disciplina no primeiro semestre do ano letivo, isso não significa que terá disciplina no segundo semestre. Nesse sentido, a proposta de Curricularização da Extensão é incorporada de modo equivocado e tem contribuído para concentração de disciplinas que deveriam ser desenvolvidas durante o ano letivo apenas em um semestre. Essa forma de organização prejudica o docente e impacta diretamente no processo de aprendizagem dos/das alunos. Aligeiramento do processo de formação profissional, principalmente pela da modalidade de curso semestral. Antes o curso era anual e isso impedia a redução de carga horária e flexibilização e também impedia a flexibilização do currículo. Atualmente, tem alunos/as que cursam disciplinas com turmas que já estão em etapas mais avançadas do processo de formação profissional e ainda não cursaram disciplinas importantes para fundamentação teórico-prática. Pressão da IES para adesão ao EaD, todo ano a direção da faculdade apresenta proposta e os professores são convocados a disponibilizarem seus currículos para atender as exigências do MEC. Os professores/as assistentes sociais se recusam, mas os nossos posicionamentos provocam pressão para a coordenação do curso convencer os professores/as a aderirem a proposta.

Isis acredita que o principal rebatimento da precarização se materializa na formação profissional com intensificação do trabalho docente, redução das condições de trabalho, infraestrutura, salário docente congelado, falta de bolsa permanência e acadêmica também.

Mariana explicou que a falsa ideia de que formação e exercício profissional são distintos, assim como teoria e realidade não fossem indissociáveis. Avalio

como resultado, frágil compreensão dos fundamentos da profissão, assim como, da função social do estágio.

Liz refletiu que a precarização do ensino superior exerce uma influência significativa na formação como profissional de Serviço Social. Essa realidade se traduz em uma série de desafios e limitações que afetam diretamente a qualidade do aprendizado e, conseqüentemente, a preparação para atuar na área. Em primeiro lugar, a falta de investimentos na estrutura acadêmica compromete a disponibilidade de recursos essenciais para um aprendizado eficiente. Bibliotecas desatualizadas, laboratórios escassos e tecnologias defasadas prejudicam a capacidade de acesso ao conhecimento e à prática profissional. A ausência de materiais adequados e ambientes propícios ao desenvolvimento de habilidades práticas torna a assimilação do conteúdo teórico mais desafiadora.

Camila destacou que a sobrecarga de trabalho dos (as) docentes em condições precárias de trabalho compromete a qualidade do ensino. Professores (as) sobrecarregados (as) têm menos tempo para dedicar individualmente aos alunos, prejudicando o acompanhamento de perto do processo de aprendizagem. A falta de incentivos e condições dignas de trabalho também pode resultar na desmotivação docente, afetando a qualidade das aulas e a atualização constante dos conteúdos.

Beatriz relatou que a precarização também se reflete na ausência de programas de estágio e parcerias efetivas com instituições que possibilitariam uma formação mais prática e alinhada com a realidade profissional. Sem a oportunidade de vivenciar situações reais e aplicar os conhecimentos teóricos em contextos reais, a preparação dos estudantes para lidar com os desafios da prática profissional fica comprometida. Além disso, a falta de investimento na formação continuada e na atualização dos currículos diante das transformações sociais e demandas emergentes impede que estejamos preparadas para lidar com as complexidades do cenário contemporâneo. A ausência de disciplinas que abordem questões atuais e emergentes no campo do Serviço Social deixa uma lacuna na formação, dificultando a adaptação a novas realidades e demandas da profissão.

Alice explicou que a precarização do ensino superior prejudica a extensão universitária, principalmente nas faculdades privadas ao comprometer recursos, estrutura física, envolvimento dos (as) docentes e falta de motivação estudantil e até conhecimento sobre a referida atividade, reduzindo a capacidade das IES de

contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento da comunidade e a formação integral dos (as) alunos (as).

Júlia disse que a precarização da educação superior implica na redução de investimentos em pesquisa e extensão, na sobrecarga de trabalho dos professores, na ausência de novas contratações, impedindo a abordagem de uma variedade de questões sociais, culturais e econômicas que poderiam ser beneficiadas por iniciativas acadêmicas.

Na contemporaneidade, o trabalho do (a) assistente social enfrenta desafios complexos que colaboram para sua precarização. Um dos principais aspectos é a crescente demanda por serviços sociais em um contexto de políticas públicas cada vez mais restritivas, excludentes e perpassadas por cortes orçamentários. Isso leva a uma sobrecarga de trabalho para os (as) assistentes sociais, que muitas vezes se encontram em equipes reduzidas e mal remuneradas, resultando em condições laborais desfavoráveis e impactando diretamente na qualidade do atendimento prestado os (as) usuários (as).

A natureza multifacetada das expressões da questão social contemporânea, como a globalização do capitalismo, precarização das condições de trabalho, acirramento da competição no mercado de trabalho, desemprego, desigualdade econômica, fome, violência contra as mulheres, as crianças e adolescentes e aos idosos, exclusão social, negação ou dificuldade da efetivação dos direitos sociais básicos para a população, exige uma abordagem interdisciplinar e uma atuação diversificada de habilidades por parte dos (as) assistentes sociais que devem sempre buscar qualificação para atenderem as demandas.

No entanto, tornou-se possível perceber por meio da fala das participantes da pesquisa que a maioria vivencia condições de trabalho precarizadas, possuem baixos salários, pouca ou nenhuma perspectiva de crescimento profissional, sobretudo na área acadêmica e que essa realidade rebate no desenvolvimento da supervisão acadêmica de estágio, pois alguns profissionais relataram que a supervisão não ocorre conforme as orientações das Diretrizes Curriculares, as UFAs tratam a supervisão como um momento menos relevante da formação profissional, além de estarem sobrecarregadas e possuir mais de um vínculo empregatício.

Outro desafio é a escassez de investimento em capacitação profissional e a ausência de políticas de valorização da categoria dos (as) docentes que dificultam a

adaptação a essas demandas em constante evolução, aumentando a vulnerabilidade do (a) trabalhador (a).

Por fim, a precarização do trabalho do (a) assistente social não somente no exercício da docência, mas em especial aos que também atuam nessa área, manifesta-se na sua inserção em estruturas organizacionais hierarquizadas e burocráticas, onde muitas vezes sua autonomia profissional é limitada e suas decisões são submetidas a interesses institucionais ou políticos. Isso gera um ambiente de trabalho marcado pela desvalorização, estresse e até mesmo pelo adoecimento profissional, tornando essencial a luta por melhores condições de trabalho e o reconhecimento da importância do papel do (a) assistente social na promoção da justiça social e na formação profissional de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso de contribuir para a formação profissional de assistentes sociais com uma competência crítica e propositiva, capacitando-os para compreender a origem dos processos sociais, suas disparidades e as estratégias para enfrentá-las, implica em desenvolver competência teórica, estar em sintonia com a realidade social, possuir habilidades técnicas e ético-políticas condizentes com o contexto social. O currículo do curso de Serviço Social concentra-se nos aspectos acadêmicos essenciais, incluindo docentes, alunos e supervisores de campo, para desenvolver uma proposta que seja adequada à realidade social, bem como ao contexto institucional.

Nesse aspecto, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social constitui-se como um elemento fundamental na formação profissional dos (as) assistentes sociais, proporcionando uma interface entre a teoria e a prática. No entanto, no contexto da pandemia de Covid-19, as condições de trabalho docente tornaram-se ainda mais precárias, desafiando a qualidade e efetividade desse processo de supervisão.

No decorrer de todo estudo refletimos acerca dos impactos da precarização das condições de trabalho do (a) assistente social, sobretudo no exercício da docência e da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social.

A pandemia de Covid-19 intensificou as desigualdades sociais estruturais existentes na educação e no mercado de trabalho, afetando diretamente os (as) docentes, inclusive aqueles (as) responsáveis pela supervisão acadêmica de estágio. A transição abrupta para o ensino remoto, a sobrecarga de trabalho resultante da adaptação de conteúdos e metodologias, juntamente com a falta de suporte institucional adequado, contribuíram significativamente para a intensificação da precarização da educação superior brasileira e das condições de trabalho docente.

Diante desse cenário, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social enfrentou diversos desafios. A natureza prática do estágio que demanda interações presenciais e a imersão na realidade, o que se tornou extremamente difícil durante a pandemia. Além disso, as condições emocionais e psicológicas dos (as) estudantes e supervisores (as) foram impactados, afetando a qualidade do processo de aprendizagem e supervisão.

A pandemia também destacou a necessidade de adaptação e inovação na supervisão de estágio. A flexibilização dos cronogramas e a revisão dos objetivos de

estágio também se mostraram essenciais para atender às necessidades emergentes dos estudantes e das instituições de ensino. A utilização de tecnologias digitais, como videoconferências e plataformas de ensino virtual para as atividades de supervisão que foi realizada de forma remota.

Uma pesquisa realizada pela Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), da qual participaram estudantes de Serviço Social de todo o Brasil, revelou que 46,3% das/os discentes afirmam que as UFAs não estabeleceram nenhum diálogo com elas/eles antes de aderir ao ensino remoto emergencial, e 33,7% relataram não haver nenhuma política de permanência que garanta o acesso das/os alunas/os aos equipamentos necessários (computadores, internet, etc.). Outro dado expressivo, por parte das estudantes, é a denúncia das condições éticas e técnicas de realização do estágio, identificadas em sua maioria como parcialmente satisfatórias ou não satisfatórias. Este ponto, inclusive, merece maior estudo nos próximos levantamentos, para conhecermos melhor as condições enfrentadas pelas/os estagiárias/os no dia-a-dia do estágio, que podem apontar, muito provavelmente, para uma grande precarização deste momento formativo, quadro muito relacionado ao desmonte das políticas públicas e à deterioração das condições de trabalho da/o assistente social (ABEPSS, 2021, online).

Os desafios impostos pela pandemia agravaram ainda mais a precarização da formação profissional por meio da implementação do ERE que continua presente em diversas instituições de ensino públicas e privadas no atual período pós-pandêmico. Ressalta-se que, essa medida foi necessária devido à alta transmissibilidade do coronavírus e à urgência de adotar medidas de distanciamento social para conter a disseminação do vírus. No entanto, esse contexto também acelerou a adoção de um modelo educacional fortemente baseado na tecnologia, ampliando as disparidades e desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

O capitalismo contemporâneo possui desigualdades intrínsecas permeadas pela precarização do trabalho com o avanço da informalidade, da ampliação da terceirização, aumentando a insegurança e a vulnerabilidade dos (as) trabalhadores (as), acarretando condições laborais cada vez mais desfavoráveis, diminuição da estabilidade no emprego, ausência de planos de carreira, em muitos casos a exaustão diante da necessidade de possuir mais de um vínculo empregatício devido aos baixos salários, poucas vagas perante a oferta de profissionais qualificados, redução de vagas em concursos públicos, baixa valorização da profissão diante desse cenário e intensificação das desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista.

A crescente demanda por eficiência tem levado a jornadas de trabalho mais longas, bem como a necessidade de o (a) profissional possuir mais de um vínculo

empregatício para garantir sua subsistência e de sua família diante dos baixos salários da categoria do Serviço Social, acarretando em problemas de saúde relacionados ao esgotamento mental/profissional e ao desequilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Perante o acirramento das expressões da questão social, da precarização do mundo do trabalho, em especial a atuação doente do (a) assistente social, tornou-se evidente que as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social são extremamente necessárias e relevantes para que a formação profissional possua uma direção que defenda a educação de qualidade.

O presente estudo chama a atenção para o estágio supervisionado, sendo parte integrante do processo de formação profissional, destaca a importância da supervisão acadêmica de estágio que vai além da mera execução de disciplinas e componentes curriculares. Este desempenha um papel fundamental ao facilitar a conexão entre teoria e prática, unindo os fundamentos das disciplinas teóricas com a realidade profissional dos (as) assistentes sociais em diversos ambientes sócio-ocupacionais.

A supervisão acadêmica é um pilar essencial na formação profissional dos (as) futuros assistentes sociais, busca promover uma interação entre a teoria e a prática, reafirmando que não existe dicotomia, mas que as duas dimensões são complementares, a supervisão abrange as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com intuito de colaborar para que a formação profissional seja qualificada e de acordo com o projeto ético-político do Serviço Social. No entanto, esse processo enfrenta desafios significativos devido à crescente precarização das condições de trabalho docente.

Durante a elaboração deste trabalho, tornou-se evidente a necessidade de destacar as complexidades inerentes ao estágio no âmbito da profissão, especialmente diante do cenário atual das condições de trabalho do (a) assistente social, sobretudo o (a) docente, e da educação superior brasileira e suas implicações na formação dos (as) futuros (as) profissionais. Esta análise destacou a importância crucial de reconhecer a necessidade de valorização e apoio aos docentes que desempenham esse papel fundamental.

Ressalta-se que, a precarização das condições de trabalho docente é um fenômeno complexo e multifacetado, pois enfrenta os seguintes desafios: sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de reconhecimento profissional e

investimento insuficiente em desenvolvimento profissional, escassez de suporte institucional, e esses fatores impactam diretamente a qualidade e eficácia do desenvolvimento do trabalho docente e consequentemente na qualidade da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, e por conseguinte na formação profissional dos (as) discentes.

A sobrecarga de trabalho dos (as) docentes afeta sua capacidade de dedicar tempo e atenção adequados aos discentes na supervisão acadêmica de estágio. Muitas vezes, os (as) professores (as) têm uma carga horária excessiva de aulas, compromissos administrativos e responsabilidades de pesquisa, e em muitos casos possuem outros vínculos empregatícios, principalmente se atuarem como docentes em UFA de natureza privada, o que limita sua disponibilidade para orientar e apoiar os (as) estudantes. Além disso, a falta de reconhecimento e apoio institucional pode desmotivar os (as) docentes e comprometer seu engajamento na supervisão de estágio. A ausência de investimentos em capacitação, contribui para a desvalorização do papel do (a) supervisor (a) acadêmico (a).

Apesar dos desafios, a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social continua desempenhando um papel vital na formação profissional dos (as) assistentes sociais. Os (as) supervisores (as) acadêmicos (as) desempenham um papel de mentores, facilitadores e orientadores, fornecendo suporte emocional, orientação prática e feedback construtivo aos estagiários (as) conforme preconizado pela PNE e pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

A supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social enfrentou inúmeros desafios durante a pandemia, mas também revelou pontos relevantes que precisam ser aprimorados e inovados, e à medida que avançamos para um futuro pós-pandêmico. Diante desse contexto, buscando defender uma formação profissional qualificada e comprometida no Serviço Social, enfrentar a precarização das condições de trabalho docente e fortalecer a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social, tornou-se primordial pensarmos estratégias coletivas que enfoquem o estágio como um momento singular de vivência do (a) discente, proporcionando uma visão mais profunda do cotidiano profissional.

Torna-se crucial que as instituições de ensino e os órgãos reguladores reconheçam e valorizem o papel dos (as) docentes na supervisão de estágio em Serviço Social. Isso inclui a implementação de políticas e práticas que garantam condições de trabalho dignas, acesso aos equipamentos adequados, apoio

emocional, oportunidades de crescimento profissional, e investimento em formação continuada. É necessário estabelecer uma articulação efetiva entre os sujeitos partícipes do estágio, com intuito de fortalecer a legislação vigente acerca da temática, sem perder de vista a raiz comum dos desafios enfrentados: o modelo social que subsiste pela exploração da classe trabalhadora, utilizando todos os elementos sociais, incluindo a educação, para se sustentar.

Reafirmar os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do (a) assistente social, bem como fazer uso de toda a instrumentalidade crítica acumulada ao longo da história do Serviço Social para enfrentar de maneira eficaz essa realidade complexa e desafiadora.

O reconhecimento por parte da instituição do valor do trabalho dos (as) docentes, aumento de investimentos em desenvolvimento profissional e a criação de estruturas de apoio que facilitem a supervisão eficaz de estágio como Núcleos de Estágio Supervisionado, a promoção de espaços de diálogo e reflexão como encontros e eventos com a participação efetiva de supervisores (as) acadêmicos (as) e supervisores (as) de campo.

Reconhecer e pensar estratégias de enfrentamento para a precarização das condições de trabalho docente é fundamental para defender e fortalecer a formação profissional, buscar propiciar qualidade e eficácia da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social e contribuir para melhores condições de trabalho e para uma formação profissional de qualidade. Somente através de investimentos significativos em apoio institucional, reconhecimento profissional e desenvolvimento pessoal, podemos garantir que os (as) assistentes sociais docentes e supervisores (as) acadêmicos (as) possam desempenhar plenamente seu papel com qualidade na formação dos (as) futuros assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. **Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just in time***. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALCANTARA, Elton Luiz da Costa *et al.* Demandas, Requisições, Atribuições e Competências: Desafios Contemporâneos. In: LEITE, Janete Luzia (Orgs). **Lutas sociais, Política Social e Serviço Social**, Coleção José Paulo Netto, Vol. 6, p. 130, 2023. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_8aba21d7f07641edb1ed2992a6ea38d5.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da “sistematização da profissional**. São Paulo: Opas, OMS: Ministério da Saúde, 2006.

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**, ano XXIV, n. 49, p. 111-121, jan./abril 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51114/51114.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPp/?format=pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ARAÚJO, Flávia de. *et al.* O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 4, n. 3, p. 458-476, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273421614010.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS**. Brasília, DF, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social**. 3. ed. Rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Relatório Nacional de Estágio: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia**. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-nacional-de-estagio_reflexoes-a-partir-do-formulario-acerca-da-situacao-do-estagio-em-servico-social-durante-a-pandemia-202109302233580802590.pdf. Acesso em: 28 dez 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Pesquisa da ENESSO revela falta de garantia de acesso ao ensino remoto e de segurança no estágio.** Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrpesquisaenessoestagio-485>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Regionais da ABEPSS.** São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/regionais.html>. Acesso em: 29 jul. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 08 de novembro de 1996.** Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-abepss-1996-201608060342217709830.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital – um estudo no âmbito do Serviço Social:** microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17683/1/Lucimara%20Perpetua%20dos%20Santos%20Benatti.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

BITENCOURT, João Vitor Gomez et al. **Uberização do trabalho no Capitalismo Contemporâneo e a intensificação das expressões da questão social.** In: **XI Jornada de Políticas Públicas:** Reificação capitalista e emancipação humana como necessidade histórica – Formação da consciência de classe na luta de hegemonias. 19 a 23 de setembro de 2023. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_3380_3380649881e1a51a0.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

BORDALO, Ana Maria et al. **Parâmetros para atuação do Serviço Social na Saúde do Trabalhador no Âmbito da Fiocruz.** Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46417>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília,

DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10^a. ed. Rev. E atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, publicado em 23 de dezembro de 1996, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Poder Legislativo, publicada em 5 de outubro de 1988, Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BURIOLO, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social**. O supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>. Acesso em: 19 set. 2019.

CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempo de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re) significados!** 2014. 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7844a7cf-48b2-4ef8-af8f-4bf33c75474d/content>. Acesso em: 19 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 5-15, set./dez., 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, p. 481-500, abri-jun., 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza *et al.* **Análise do Reuni: Uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/15953/1/Dissertacao%20Juliana%20Fiuza.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2018.

DE CASTRO, Marina Monteiro *et al.* Política de educação e pandemia: desafios para a formação profissional em serviço social e resistências da Abepss. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 74-86, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/75916/46406>. Acesso em: 19 set. 2019.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o terceiro setor. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 7, n. 2, 2005. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em:

DEJOURS, Christophe.; BÈGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo 15, 2010.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-305, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djFJYWDLrSjCyTHJK6TNKCr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2021.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XrdJnS7BXrFDxY4V3mG6yqj/?format=pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n. 122, p. 229-248, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/TsQsX3zBC8wDt99FryT9nnj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 10, p. 168-194, jan./abril 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9vgvFvHTcmfNbQKQL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Gramsci. **Educação, Escola e Formação**. Caminhos Para a Emancipação Humana. Traduzido por Joeline Rodrigues de Sousa. Editora Appris, 2014.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, CFESS, 2009. Unidade V.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=26737&t=destaques>. Acesso em: 30 jul. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abril 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. Unidade I, p. 15-50, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DOS SANTOS, Cláudia Mônica. **A história pelo avesso: a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE JESUS CÉSAR, Monica; DE MELO, Ana Inês Simões Cardoso. Produção acadêmica e formação profissional: desafios e perspectivas para o Serviço Social. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p.10-20, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/75919/46359>. Acesso em: 22 jul. 2018.

INESC. **Um país sufocado: balanço do orçamento geral da União 2020**. Brasília (DF): INESC, abril/ 2021. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/04/BGU_Completo-V04.pdf. Acesso em:

IRINEU, Bruna Andrade *et al.* Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 7-18, jan./jun. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/35907/23562>. Acesso em: 22 jul. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 230p.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 513-524, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p513/41193>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/mKPM6dfFwmfXryCNPwjDGvB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 1, p. 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/358/315>. Acesso em: 22 jul. 2018.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2004.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIPORONI, Andrea Aparecida Reis de Carvalho; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; LIMA, Maria José de Oliveira (Orgs). **Estágio Supervisionado em Serviço Social: fundamentos, significados e perspectivas**. Curitiba: Editora CRVC, 2017 – Coedição São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2017.

LUKÁCS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **E-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Federal de Educação. **Parecer CFE nº 412, de 4 de agosto de 1982**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º. jun. 1982. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 25, p. 11-21, jan./abril 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSBzhfyd9hz9Xf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2020.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, n.17, p. 99-110, jan/jul., 2009.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabeth. *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de serviço social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais “Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c792cc85-9d1d-412b-9008-86ff6dc6c35c/content>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/rGvVYrXM7wyV5tz5GSJmB7B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 2. d. São Paulo: Cortez, 1997.

PRAUN, Lucieneida Dováo. **Não sois máquina! Reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/928124>. Acesso em: 22 jun. 2020.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abril 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 07-16, junho 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108/96>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore *et al.* **Movimentos sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa**. São Paulo: EDUC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40657/1/9786587387727.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: ____ / ____ / ____ . IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: _Nº_____. SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro para os devidos fins que fui convidado (a) e informado (a) por escrito acerca da pesquisa intitulada “O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL”, sob a responsabilidade da doutoranda Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, e da Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, orientadora da pesquisa, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Campus Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para a elaboração e apresentação de tese de doutorado em Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos. A pesquisa possui o intuito de analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19. Declaro que fui informado (a) acerca dos propósitos da pesquisa, dos procedimentos metodológicos que serão utilizados, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, ____ de ____ de ____.

Assinatura do (a) participante

Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UNESP

Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Orientadora - UNESP

APÊNDICE B - CONTATO VIA E-MAIL COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIONAL SUL II DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Prezado (a), boa tarde!

Venho por meio deste contato solicitar o e-mail dos (as) assistentes sociais docentes e supervisores (as) acadêmicos (as) desta Instituição de Ensino Superior (IES) para que eles possam participar da minha pesquisa de doutorado intitulada “O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Campus de Franca/SP.

A pesquisa possui o intuito de analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19.

Os (as) participantes da pesquisa serão assistentes sociais no exercício da docência supervisores (as) acadêmicos (as) vinculados (as) as instituições de ensino superior públicas e privadas da Regional Sul II da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ressalta-se que, a ABEPSS é composta por seis regionais, sendo que a Regional Sul II compreende o estado de São Paulo.

A pesquisa obedecerá à Resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012, pois a mesma envolverá seres humanos, e todo o trabalho será embasado pelo Código de Ética do Assistente Social, respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos.

A sua participação da sua IES será de suma importância para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Cordialmente.

Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi Doutoranda em Serviço Social pela UNESP

APÊNDICE C - CONTATO VIA E-MAIL COM OS (AS) SUPERVISORES ACADÊMICOS (AS) DE ESTÁGIO

Prezado (a) profissional,

Venho por meio deste contato convidá-lo (a) a participar da minha pesquisa de doutoramento intitulada “O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Campus de Franca/SP.

A pesquisa possui o intuito de analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19.

Os (as) participantes da pesquisa serão assistentes sociais no exercício da docência supervisores (as) acadêmicos (as) vinculados (as) as instituições de ensino superior públicas e privadas da Regional Sul II da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ressalta-se que, a ABEPSS é composta por seis regionais, sendo que a Regional Sul II compreende o estado de São Paulo.

A pesquisa obedecerá a Resolução CNS Nº 510, de 07 de abril de 2016 no que diz respeito a proteção dos/as participantes em caso de um eventual dano, respeitando-se a confidencialidade das informações e o anonimato dos/as participantes.

Este é o nosso primeiro contato, para apreensão dos dados empíricos a pesquisa de campo será desenvolvida inicialmente por meio de um questionário semiestruturado – elaborado pela pesquisadora, contendo perguntas abertas e fechadas, com intuito de conhecê-lo (a). A sua participação será de suma importância para o alcance dos objetivos da pesquisa, nesse sentido por gentileza responder as seguintes questões:

1. Nome: (opcional)

2. Idade:

3. Estado civil:
4. Você tem filhos? () Sim () Não Quantos?
5. Graduação em Serviço Social realizada em instituição: () Pública () Privada
6. Modalidade da graduação: () Presencial () À Distância
7. Nível de formação acadêmica:
- () Graduação
 - () Especialização
 - () Mestrado profissional
 - () Mestrado acadêmico
 - () Doutorado
 - () Pós-doutorado
8. Você continua estudando por meio de algum curso? Qual?
9. Há quanto tempo atua na área do Serviço Social?
10. Há quanto tempo atua na instituição que está atualmente?
11. Você atua enquanto supervisor (a) acadêmico (a) de estágio? Há quanto tempo?
12. Atualmente você possui quantos vínculos empregatícios? Quais são e qual a carga horária em cada?
13. Qual é o tipo de vínculo empregatício que você possui?
- () Celetista

- ☐ Contrato temporário
- ☐ Prestação de serviço
- ☐ Trabalho informal
- ☐ Outro. Qual?

Cordialmente,

Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi
Doutoranda em Serviço Social pela UNESP

APÊNDICE D – ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA COM OS (AS) SUPERVISORES (AS) ACADÊMICOS(AS)

Nome (opcional):

1. Como é o seu cotidiano profissional?
2. A tríade universitária – ensino, pesquisa e extensão – é desenvolvida na instituição? Se a resposta for positiva, você consegue desenvolver as atividades relacionadas a tríade com qual periodicidade?
3. Quantos estagiários/as você supervisiona?
4. Como ocorre o processo de supervisão acadêmica na IES?
5. Você participa de atividades voltadas para a supervisão de estágio, tais como: reuniões promovidas pelo Núcleo de Estágio ou fóruns de estágio? Se a resposta for positiva, quais são as atividades?
6. Como ocorre o processo de supervisão acadêmica na IES?
7. Como compreende a sua participação no processo de qualificação da formação profissional?
8. Comente sobre suas condições de trabalho para o exercício da docência/supervisão acadêmica.
9. Quais são os rebatimentos da precarização do ensino superior na supervisão acadêmica e na formação profissional em Serviço Social?

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____,

declaro, para os devidos fins ter sido informado (a) verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: "O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL". O projeto de pesquisa será conduzido por Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, orientada pela Prof.ª Dr.ª Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Tese, observando os princípios éticos da pesquisa científica seguindo procedimentos de sigilo e discrição. Estou ciente de que este material será utilizado para a elaboração e apresentação de tese de doutorado em Serviço Social, observando os princípios éticos da pesquisa científica e respeitando-se a confidencialidade das informações e anonimato dos sujeitos. A pesquisa possui o intuito de analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia do Novo Coronavírus. Fui esclarecido (a) sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2022.

Assinatura do participante

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
Av. Eufrásio Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211, CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetico@franca.unesp.br



Gabrielle Sgarbi
 Pesquisador Responsável
 Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi
 Avenida São Vicente, 3371, ap 03 bl 02
 (16)99139-4245
 gabriellesgarbi@gmail.com

Carlene
 Orientadora
 Prof.ª Dr.ª Carlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
 Rua João Urias Pimenta, 4390, Parque Franville
 (16)99965-1170
 carleneoliveira@terra.com.br

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O (DES)COMPASSO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Pesquisador: Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59950122.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.713.192

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado de forma clara e concisa. Todos os elementos necessários para a compreensão da pesquisa, notadamente sobre como se dará a pesquisa de campo, estão presentes.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal da pesquisa foi explicitado de forma clara e direta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os potenciais riscos foram bem considerados, em consonância com o disposto na Resolução CNS 510 de abril de 2016. Também foram apresentadas formas evitá-los e/ou para diminuir seus impactos. Os benefícios também foram suficientemente conjecturados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Como toda pesquisa bem fundamentada, a presente é relevante e apresenta de forma clara como se dará o contato com os participantes da pesquisa, ao todo 20 indivíduos. Foram plenamente atendidas as orientações de parecer de pendência anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória para este projeto foram corretamente preenchidos e inseridos, a saber: Informações Básicas do Projeto, Folha de Rosto, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorização da entidade onde se pretende realizar a pesquisa de campo, arquivo

Endereço: Av. Euzébio Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 5.713.192

com o projeto original completo, questionário semiestruturado de perguntas a serem feitas aos participantes da pesquisa.

Recomendações:

Não há recomendações a serem feitas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de pesquisa. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1930806.pdf	27/07/2022 17:37:39		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoInstitucional.pdf	27/07/2022 17:37:09	Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclegraduacao.pdf	09/05/2022 15:35:15	Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	03/05/2022 22:21:30	Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclegraduacao.docx	03/05/2022 22:09:23	Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	03/05/2022 22:07:52	Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900 bloco I sala 16
 Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
 UF: SP Município: FRANCA
 Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 5.713.192

FRANCA, 20 de Outubro de 2022

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Euzásia Monteiro Petraglia, 000 bloco I sala 18
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP: 14.409-160
UF: SP Município: FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 Fax: (16)3706-8724 E-mail: comletrica@franca.unesp.br

Página 03 de 03

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO NESS PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Termo de autorização institucional para realização de pesquisa

Ao responsável pelo Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social (NESS).

Eu, Gabrielle Stéphanie Nascimento Sgarbi, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus Franca, venho solicitar autorização para realizar no NESS, o projeto de pesquisa intitulado “O (des) compasso da supervisão acadêmica em Serviço Social na perspectiva da formação profissional”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, no Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Campus de Franca/SP.

A pesquisa possui o intuito de analisar como ocorre a supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social frente à precarização das condições de trabalho docente, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19.

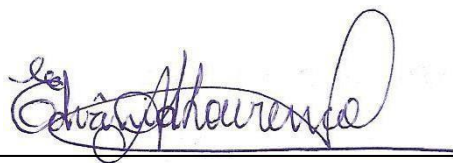
Os (as) participantes da pesquisa serão assistentes sociais no exercício da docência supervisores (as) acadêmicos (as) vinculados (as) as instituições de ensino superior públicas e privadas da Regional Sul II da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ressalta-se que, a ABEPSS é composta por seis regionais, sendo que a Regional Sul II compreende o estado de São Paulo.

A pesquisa obedecerá a Resolução CNS Nº 510, de 07 de abril de 2016 no que diz respeito a proteção dos/as participantes em caso de um eventual dano, respeitando-se a confidencialidade das informações e o anonimato dos/as participantes.

A qualquer momento a instituição poderá solicitar esclarecimentos acerca da pesquisa e os resultados serão publicizados para as instituições participantes da pesquisa e na defesa da tese de doutorado.

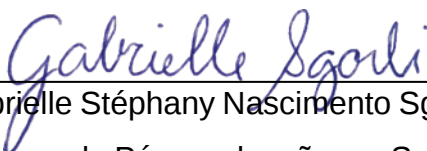
Autorização Institucional

Eu, Edvânia Ângela de Souza, responsável pelo Núcleo de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Serviço Social, declaro que fui informado (a) acerca da pesquisa supracitada e autorizo a execução da mesma.



Responsável pelo NESS

CPF: 141.111.978-92



Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - UNESP